



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FRANCIENE MICHELE CONSORTE LUIZÃO

**A PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO
POLÍTICA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LONDRINA:
PARANÁ, PERANTE AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO
DO TRABALHO**

FRANCIENE MICHELE CONSORTE LUIZÃO

**A PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO
POLÍTICA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LONDRINA:
PARANÁ, PERANTE AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO
DO TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, como exigência à obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ideni Terezinha Antonello.

Londrina
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central e
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

L953p Luizão, Franciene Michele Consorte.
A perspectiva da economia solidária como política pública no município
de Londrina – Paraná, perante as transformações do mundo do trabalho /
Franciene Michele Consorte Luizão. – Londrina, 2013.
185f. : il.

Orientador: Ideni Terezinha Antonello.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina,
Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.
Inclui bibliografia.

1. Geografia urbana – Teses. 2. Economia solidária – Teses. 3. Políticas públicas
– Paraná – Teses. 4. Desenvolvimento econômico e população – Teses. I. Antonello,
Ideni Terezinha. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas.
Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 911.3::711

FRANCIENE MICHELE CONSORTE LUIZÃO

**A PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA
PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LONDRINA: PARANÁ, PERANTE AS
TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina, como exigência à obtenção do título de mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Ideni Terezinha Antonello
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dra. Tânia Maria Fresca
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dra. Líria Maria Betiol Lanza
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 30 de Agosto de 2013.

Dedico este trabalho ao meu marido
Fernando e ao nosso filho Vitor, pelos
profundos laços de amor que nos unem.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas inúmeras bênçãos que me concedeu neste período.

Aos meus pais, Mário e Rosângela, que sempre me incentivaram a estudar e a perseguir meus sonhos.

À minha irmã, Giovana, pela força e disposição em me ajudar em todos os momentos, apesar das dificuldades vivenciadas nesta etapa de nossas vidas.

À minha avó paterna Irene, que durante o processo de finalização desse trabalho nos deixou e foi para a casa de Deus. Tenho certeza de que o céu está em festa com a sua chegada! Muito obrigada pelo apoio e pelos ensinamentos.

À Prof. Dra. Ideni Terezinha Antonello, por ter me aceitado como orientanda, pela compreensão de minhas ausências e, acima de tudo, pela disposição, dedicação e pelas valiosas contribuições durante o desenvolvimento deste estudo.

À Prof^a. Dra. Tânia Maria Fresca, pela disponibilidade em participar da banca de qualificação.

À Prof^a. Dra. Líria Maria Betiol Lanza, que suscitou reflexões sobre o trabalho e incentivou a pesquisa sobre Economia Solidária.

Aos demais professores do curso de Mestrado, pelas inúmeras lições recebidas.

À Patrícia Góes, amiga querida que me incentivou a ingressar no mestrado de Geografia.

À Neusa, pela valiosa contribuição na organização e correção do texto.

À amiga-irmã Grasieli, que sempre me motivou e incentivou nos momentos mais difíceis, cuidando de meu filho com disposição e, sobretudo, ampliando minhas oportunidades para superar, continuar e amadurecer nesta caminhada.

À gerente de inclusão produtiva da Prefeitura Municipal de Londrina, Sra. Nelma Liberato, pela disponibilidade em apontar suas expectativas e concepções sobre esta forma de organização no município de Londrina.

Aos sócios do Centro Público de Economia Solidária do município de Londrina, pela generosa colaboração ao responder aos instrumentos de coleta de dados.

A todos os amigos, familiares e colegas de trabalho, que de certa forma contribuíram tanto no apoio para finalização deste trabalho, quanto ouvindo minhas angustias. Sem o apoio de todos vocês, não teria conseguido vencer mais essa etapa de minha vida.



Economia Solidária: “constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir”.

(Paul Singer)

LUIZÃO, Franciene Michele Consorte. **A perspectiva da economia solidária como política pública no município de Londrina-Paraná, perante as transformações do mundo do trabalho.** 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina – PR.

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar as potencialidades da Economia Solidária como estratégia de inclusão socioespacial no município de Londrina perante o processo de exclusão socioeconômica sofrida pela população. Para tanto, foi inserida discussão teórica sobre as políticas públicas, a precarização do trabalho e as formas de exclusão social presentes na sociedade brasileira. A metodologia adotada constou inicialmente de criteriosa revisão bibliográfica sobre as Políticas Públicas no contexto contemporâneo, bem como sobre as mudanças ocorridas no atual cenário político-econômico-social do Brasil. Em seguida, foi realizada pesquisa documental sobre a pobreza e o trabalho no Brasil, no Paraná e em Londrina, por meio de análise de documentos, mapas e estatísticas. Na pesquisa de campo, foi aplicado um instrumento de pesquisa com questões abertas e fechadas, em uma abordagem qualitativa e quantitativa, com vistas a identificar a concepção dos participantes dos empreendimentos do Centro Público de Economia Solidária sobre as mudanças ocorridas em sua vida resultante da participação no empreendimento. Outro instrumento foi aplicado com a gestora do Centro, a fim de verificar a contribuição deste para o município. Os resultados encontrados permitem afirmar que existe um comprometimento do Poder Público com a concretização das ações do Programa Municipal de Economia Solidária e os empreendimentos mostram-se bastante envolvidos. Decorrente da análise das entrevistas realizadas com 22 grupos que integram o Programa Municipal de Economia Solidária no município de Londrina, obteve-se a confirmação de que se trata de importante estratégia de inclusão social, na medida em que a maioria dos entrevistados deu respostas que convergem para a valorização dos trabalhos desenvolvidos, bem como na autoestima e autonomia dos sócios dos grupos. Deve-se ponderar, portanto, que é preciso fortalecer a Economia Solidária no âmbito da política pública e, ao mesmo tempo, articulá-la com os movimentos da sociedade civil por meio de ações concretas que possam dar impulso à sua consolidação e crescimento. Reforça-se, no entanto, a necessidade de demarcar o espaço de atuação do programa, dotando-o de mecanismos que ampliem a esfera de atuação dos empreendimentos e imprimam maior autonomia aos diferentes atores que transitam nesse cenário.

Palavras-chave: Precarização do trabalho. Políticas públicas. Economia Solidária.

LUIZÃO, Franciene Michele Consorte. **The perspective of the solidarity economy and public policy in Londrina, Paraná, transformations given the world of work.** 2013. 185p. Thesis (Master's Degree in Geography) – State University of Londrina. Londrina - PR.

ABSTRACT

The overall goal of this research is to analyze the potentialities of Solidarity Economy as a strategy for socio-spatial inclusion in the city of Londrina before the socio-economic exclusion process experienced by the population. Therefore, it was introduced a theoretical discussion on public policies, the precarization of work and the forms of social exclusion present in the Brazilian society. The methodology initially consisted of a thorough literature review on Public Policies in the contemporary context, as well as on the changes taken place in the current political-economic-social scenario of Brazil. Then, a documentary research was carried out on poverty and work in Brazil, in Parana State and in Londrina, through the analysis of documents, maps and statistics. In the field research, it was applied a research instrument with open- and closed-ended questions in a qualitative and quantitative approach, aimed at identifying the cognition of the participants in the group of Public Center of Solidarity Economy on the changes perceived in their lives resulting from their participation in the group. Another instrument was applied to the manager of the Center in order to verify its contribution to the city. The results found up revealed that there is a commitment of the Government with the implementation of actions of the City Solidarity Economy Program and the groups were highly engaged. From the analysis of interviews with 22 groups that comprise the Municipal Program for Solidarity Economy Londrina, obtained the confirmation that it is important to social inclusion strategy, in that the majority of respondents gave responses that converge to the value of the work performed, as well as self-esteem and autonomy of the members of the groups. Must consider, therefore, that we must to strengthen the Solidarity Economy under the scope of public policy and at the same time, to articulate it with civil society movements through concrete actions so as to boost its consolidation and growth. It is reinforced in here, however, the need to set the scope of the program, providing it with mechanisms that broaden the sphere of action of groups and confer greater autonomy to the different actors who move across this scenario.

Keywords: Precarization of work. Public policies. Solidarity Economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro – 2008-2011	39
Figura 2 – População e renda do Paraná.....	49
Figura 3 – Domicílios pobres no estado do Paraná, 2010.....	51
Figura 4 – Representação do desenvolvimento geograficamente desigual do estado do Paraná.....	52
Figura 5 – Mesorregião Norte-central paranaense.....	55
Figura 6 – Espacialização da renda dos chefes de famílias – Londrina.....	56
Figura 7 – Empreendimentos Econômicos Solidários e produtos/serviços	84
Figura 8 – Princípios da Economia Solidária.....	85
Figura 9 – Fluxograma de processos da gestão atual da Economia Solidária em Londrina	88
Figura 10 – Empreendimentos Econômicos Solidários no município de Londrina	100
Figura 11 – Número de empreendimentos entrevistados por Região	103
Figura 12 – Empreendimentos Econômicos Solidários participantes da pesquisa empírica	106
Figura 13 – Grau de dedicação ao empreendimento – Região.....	113
Figura 14 – Grau de dedicação ao empreendimento – Região Norte	127
Figura 15 – Grau de dedicação ao empreendimento – Região Leste	134
Figura 16 – Grau de dedicação ao empreendimento – zona rural de Londrina	145
Figura 17 – Grau de dedicação aos empreendimentos.....	147
Figura 18 – Benefícios sociais recebidos pelos entrevistados	148
Figura 19 – Economia Solidária como única fonte de renda da família.....	150

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População urbana e rural do município de Londrina – 2000-2010.....	55
Tabela 2 – Domicílios pobres – Londrina - 2000/2010.....	57
Tabela 3 – Princípios da Economia Solidária.....	86
Tabela 4 – Relação de Empreendimentos Solidários Entrevistados.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Empreendimentos entrevistados – Região Central – Londrina	107
Quadro 2 – Empreendimentos entrevistados – Região Norte – Londrina	119
Quadro 3 – Empreendimentos entrevistados – Região Leste – Londrina	130
Quadro 4 – Empreendimentos entrevistados – Região Oeste – Londrina	137
Quadro 5 – Empreendimentos entrevistados – Região Sul – Londrina.....	142
Quadro 6 – Empreendimentos entrevistados – Zona Rural de Londrina.....	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCAs	Cooperativas Centrais dos Assentados
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CONCRAB	Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária no Brasil
CPAs	Cooperativas de Produção Agropecuária
CPES	Centro Público de Economia Solidária
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CTPN	Companhia de Terras Norte do Paraná
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FSM	Fórum Social Mundial
GT-Brasileiro	Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INTES	Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PME	Pesquisa Mensal de Emprego

PMES	Programa Municipal de Economia Solidária
PROVOPAR	Programa do Voluntariado Paranaense
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SPETR	Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 REFLEXÕES SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DO MUNDO DO TRABALHO	20
1.1 AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO QUE REDUNDAM NO DESEMPREGO, EXCLUSÃO SOCIAL, POBREZA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.....	20
1.2 MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E TRANSFORMAÇÕES.....	30
1.3 DESEMPREGO E INFORMALIDADE DIANTE DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.....	37
1.4 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DA POBREZA.....	45
2 REFLEXÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SEU PAPEL DE INTERVENÇÃO SOCIOESPACIAL NO BRASIL	59
2.1 POLÍTICA DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	66
2.2 DESENVOLVIMENTO E EVOLUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	74
2.3 PROGRAMA MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: A REALIDADE DO MUNICÍPIO DE LONDRINA.....	81
3 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LONDRINA	90
3.1 O OLHAR DA GESTÃO DO PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE LONDRINA.....	90
3.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CONCEPÇÃO DOS SÓCIOS DOS EMPREENDIMENTOS: A REALIDADE EM DESTAQUE.....	103
3.2.1 Análise de Resultados da Pesquisa com os Empreendimentos da Região Central do Município de Londrina.....	107
3.2.2 Análise de Resultados da Pesquisa com os Empreendimentos da Região Norte do Município de Londrina.....	119
3.2.3 Análise de Resultados da Pesquisa com os Empreendimentos da Região Leste do Município de Londrina.....	130

3.2.4	Análise de Resultados da Pesquisa com os Empreendimentos da Região Oeste do Município de Londrina.....	136
3.2.5	Análise de Resultados da Pesquisa com os Empreendimentos da Região Sul do Município de Londrina	142
3.2.6	Análise de Resultados da Pesquisa com os Empreendimentos da Zona Rural do Município de Londrina.....	143
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
	REFERÊNCIAS	157
	APÊNDICES	164
	APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados aplicado à gerente de inclusão produtiva	165
	APÊNDICE B – Instrumento de coleta de dados aplicado aos sócios do empreendimentos	166
	ANEXOS	168
	ANEXO A – Lista de empreendimentos econômicos solidários que integram o centro público de economia solidária de Londrina	169
	ANEXO B– Lei nº 10.523, de 28 de agosto de 2008.....	181

INTRODUÇÃO

A sociedade moderna traz inúmeras implicações que interferem de maneira decisiva na produção do espaço urbano, seja na dimensão geográfica, histórica, cultural ou social. As mudanças que ocorrem em um ritmo cada vez mais acelerado, no âmbito da natureza, da ciência e da tecnologia, produzem um profundo impacto em um determinado espaço.

Sendo assim, o escopo desta pesquisa volta-se para a análise das consequências de tais mudanças no mundo do trabalho, tais como a exclusão do mercado de trabalho, o desemprego e a pobreza. Nesse sentido, a Economia Solidária ampara-se na proposta de aliviar a pobreza e proporcionar autonomia, como uma alternativa à exclusão social e como uma nova forma de trabalho. Não obstante, deve-se considerar os empreendimentos econômicos solidários em desenvolvimento no município de Londrina a partir da potencialidade de geração de trabalho, uma vez que a renda não se afigura como a única motivação para a inserção dos empreendedores nos grupos.

Pode-se considerar que há um estilo de vida que representa culturalmente a sociedade moderna e que se evidencia por meio de fatos cotidianos. Esse estilo representa uma sociedade consumista daquilo que produz e em cujo grande centro encontram-se indivíduos que se movem por uma moral do prazer de viver o presente, atentos com a autoaparência, a autoimagem e a informação sobre si mesmos, ou seja, uma sociedade individualista e pautada no consumo vinculado ao mercado.

A partir disso, o foco central deste estudo volta-se para a avaliação dos resultados da proposta do Programa Municipal de Economia Solidária (PMES) em Londrina, uma vez que a proposta do empreendimento solidário se alicerça em uma concepção de vida vinculada ao coletivo e a geração de trabalho e renda solidária. Assim, para atingir o escopo da pesquisa esta investigação se respalda na visão da Gestora do Centro Público de Economia Solidária de Londrina e, principalmente, na realidade expressa pelos 22 empreendedores solidários de Londrina a partir das diferentes experiências vivenciadas.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar as potencialidades da Economia Solidária como estratégia de inclusão socioespacial no município de Londrina, perante o processo de exclusão socioeconômica sofrida

pela população na conjuntura atual do mercado de trabalho. Nesse contexto, voltou-se a análise para as transformações do mundo do trabalho que redundam no desemprego, exclusão social, pobreza, precarização do trabalho, tendo em vista que a Economia solidária visa atacar diretamente a problemática vivenciada pelo mundo do trabalho.

Na perspectiva de avaliar os resultados concretos da Economia Solidária como política pública de geração de trabalho e renda se tem com objeto de estudo os empreendimentos solidário presente no município de Londrina. Com base nesta realidade buscou-se na pesquisa identificar a concepção da gestora do Programa Municipal de Economia Solidária sobre os avanços e desafios da ES no município de Londrina e, particularmente apreender as experiências vivenciadas pelos grupos de empreendedores vinculados ao Centro Público de Economia Solidária de Londrina.

Salienta-se que o procedimento metodológico adotado constou inicialmente de criteriosa revisão bibliográfica baseada em livros, artigos científicos, teses, dissertações e monografias de conclusão de curso tendo com intuito principal realizar uma revisão da literatura sobre as Políticas Públicas no contexto da Economia Solidária, bem como sobre as transformações ocorridas no mundo trabalho.

Em seguida, foi realizada pesquisa documental sobre a pobreza e o trabalho no Brasil, no Paraná e em Londrina, por meio de análise de documentos, mapas e estatísticas.

Na pesquisa de campo, foi aplicado um instrumento de pesquisa com questões abertas e fechadas, conforme consta no Apêndice A e B, com uma abordagem qualitativa e quantitativa, com vistas a identificar a concepção dos participantes dos empreendimentos do Centro Público de Economia Solidária de Londrina, sobre as mudanças ocorridas em sua vida resultante da participação no empreendimento. Outro instrumento foi aplicado à gestora do Centro, a fim de verificar a contribuição deste para a cidade.

Para selecionar os empreendimentos que seriam abordados, foram obtidas informações em uma relação dos respectivos empreendimentos no Programa, cedida pela gestora. Para a delimitação da amostra da pesquisa, observou-se que a escolha dos empreendimentos deveria resultar dos seguintes critérios:

- a) O empreendimento deveria estar vinculado ao PMES;
- b) Empreendimentos com produtos diversificados;
- c) Sócios de empreendimentos em diferentes regiões do município de Londrina.

Assim, foram realizadas 22 entrevistas, as quais foram gravadas em áudio e depois transcritas de forma literal. Após a gravação em áudio das entrevistas, as mesmas foram transcritas e digitalizadas. Estes dados foram analisados a partir da elaboração de gráficos, tabelas e mapas, além da análise qualitativa dos resultados obtidos.

A distribuição das entrevistas realizadas segundo os empreendimentos por Região mostra-se equilibrada, à exceção da Região Sul, na qual foi possível obter apenas uma entrevista. Assim, a amostra desta pesquisa é composta por sócios de 5 empreendimentos do Centro, 5 empreendimentos da Região Norte, 4 pertencentes à Região Oeste e igual número de empreendimentos da Região Leste, além de 3 sócios de empreendimentos pertencentes à zona rural.

Há que se observar que foi realizada apenas uma entrevista na Região Sul, pois a partir da listagem fornecida por uma técnica do Centro Público, haviam quatro empreendimentos que compunham tal Região, foi realizado contato telefônico com todos, no entanto, obtivemos sucesso em contato apenas com um empreendimento.

Ressalta-se que se optou por fazer a análise pela Região em que se localizam os empreendimentos solidários no intuito de apreender as especificidades e dinâmicas vinculadas ao espaço que os mesmos estão inseridos.

Buscou-se, ao longo das diferentes etapas do estudo, identificar a relação entre o espaço geográfico e as políticas públicas, no sentido de analisar o processo de desenvolvimento e sedimentação da Economia Solidária em Londrina, a partir das perspectivas pessoais dos participantes dos empreendimentos e da gestora do Centro Público.

Assim, os eixos de análise da pesquisa podem ser assim elencados:

- a) a concepção da gestora do PMES acerca dos resultados desta implantação no município;
- b) a percepção dos empreendedores quanto à valorização da sociedade em relação ao trabalho produzido nos empreendimentos solidários vinculados ao PMES;
- c) a indicação dos aspectos positivos e negativos da proposta de ES;
- d) a motivação dos empreendedores;
- e) a inserção em programas de transferência de

renda do governo; f) o grau de dedicação ao empreendimento; e f) a possibilidade de enfrentamento ao desemprego por meio da inserção na Economia Solidária.

Os resultados conduziram a uma ampliação do universo de relações destacadas, uma vez que os conhecimentos específicos podem ser aplicados a diferentes empreendimentos, preservando as peculiaridades de cada um, todavia ressaltando o caráter universal das relações que tecem as mudanças de um determinado espaço para a promoção de autonomia dos indivíduos que nela habitam.

O conteúdo sistematizado do processo desta pesquisa, no que se refere à construção de referencial teórico, à sistematização e à análise dos dados coletados, está organizado em três capítulos.

No primeiro capítulo estão sistematizadas algumas reflexões sobre a situação atual do mundo do trabalho, discutindo as transformações vinculadas ao desemprego, à exclusão social, à informalidade, pobreza e precarização do trabalho. O segundo capítulo traz considerações sobre a política pública de geração de trabalho e renda, incluindo tópicos sobre o desenvolvimento e evolução da Economia Solidária no Brasil, o desenvolvimento local e a realidade do Programa Municipal de Economia Solidária em Londrina.

O terceiro capítulo traz os resultados da pesquisa empírica realizada com a gestora do Centro Público de Economia Solidária e com empreendedores de diferentes Regiões do município. Por fim, são tecidas as considerações finais.

1 REFLEXÕES SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DO MUNDO DO TRABALHO

O presente capítulo visa discutir as relações existentes entre as contradições do modo de produção capitalista e suas implicações no mundo do trabalho. Dessa forma, buscamos apontar a Economia Solidária como uma alternativa para romper com esse processo de exclusão social que marca o mundo do trabalho na atualidade, a qual desencadeia a desigualdade social de parte da população.

1.1 AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO QUE REDUNDAM NO DESEMPREGO, EXCLUSÃO SOCIAL, POBREZA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho, como componente imprescindível ao homem, apresenta uma série de nuances que demandam uma análise mais aprofundada, tendo em vista a complexidade de seus elementos e os impactos que produz no indivíduo e na sociedade.

Segundo Silva e Guimarães (2010), a crise estrutural sofrida no mundo do trabalho a partir de meados de 1970, desencadeou inúmeras alterações na base tecnológica da produção de mercadorias do capital, as quais estavam estruturadas sobre o sistema produtivo taylorismo/fordismo.

Dessa forma, destaca-se no modelo fordista, que os processos de trabalho eram baseados na produção industrial onde a linha de montagem era cronometrada, em série, e existia separação entre quem planejava, pensava, elaborava e quem operacionalizava.

Sendo assim, Marques (1997) aponta que nos princípios do fordismo, a organização da:

Produção pressupunha a especialização extrema do trabalhador e uma cadência acentuada do ritmo de trabalho [...] Ford introduziu a linha de montagem, organizando os trabalhadores e as peças de acordo com a ordem natural da montagem [...] eliminando assim o deslocamento dos trabalhadores [...] a velocidade da esteira é aumentada ou diminuída de acordo com o interesse da empresa. Dessa forma, o trabalhador torna-se quase um elemento agregado à máquina, pois esse tipo de organização da produção inibe qualquer autonomia no tocante ao desenvolvimento das tarefas (MARQUES, 1997, p. 44).

A partir dos pontos apresentados, observa-se que ocorreu uma significativa simplificação das tarefas e a especialização do trabalhador, e conseqüentemente um aumento no ritmo de trabalho. No processo fordista de produção, observa-se que foi reduzida a jornada de trabalho em uma hora, dobrou-se os salários, como estratégia de manter os trabalhadores na fábrica.

No entanto, no final da década de 1960, o modelo fordista, passou a ser questionado pelos trabalhadores no que diz respeito às condições de trabalho. Tal fato, juntamente com outras questões conjunturais fizeram que o fordismo entrasse em crise nos anos 1970. Essa crise se instalou na medida em que esse modelo de produção não respondia mais às demandas postas.

Se até então o modo de produção capitalista estava voltado à produção em massa e ampla utilização da força de trabalho, essa dotada de especialização para a produção em série, com a introdução de uma nova forma de acumulação do capital - a “acumulação flexível” - entra em cena, também designado de toyotismo. Esse modelo apóia-se em novas técnicas de gestão da força de trabalho e de uma nova forma de organização produtiva, que passou a produzir de acordo com demandas de consumo das mercadorias, requerendo um trabalhador polivalente e multifuncional e a linha de produção passou a ser executada em equipe.

Assim, o toyotismo ganhou destaque nesse contexto. Segundo Antunes (1999), o toyotismo já vinha de um processo de desenvolvimento na fábrica da Toyota, no Japão, e buscava a desconcentração, a qualidade total e o aumento da produtividade sem aumento dos trabalhadores.

Nesse sentido, é fomentada a substituição do processo produtivo fordista para o toyotismo, o que representa uma estratégia dos capitalistas na busca de manter as relações sociais de produção capitalista no mundo. No entanto, convém ressaltar que essa estratégia parece intensificar as desigualdades sociais, uma vez que a grande maioria dos trabalhadores estaria excluída desse processo, tendo em vista a exigência de um novo perfil para o trabalhador, isto é, a imposição ao trabalhador de desenvolver a capacidade de ser “polivalente”, o que subentende a necessidade de qualificação.

A imposição de novo modelo organizativo do trabalho afeta diretamente o mundo do trabalho nas décadas de 1980 e 1990, o que leva a deterioração da condição de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

Decorrente do processo de alargamento dos horizontes do capital como fator preponderante na composição das ações do mundo do trabalho, a produção também sofreu alterações, à vista das inúmeras transformações emanadas dos avanços tecnológicos que caracterizaram a última década do século XX e os primeiros anos do novo milênio.

A este respeito, Lira (2008, p.142) reforça que:

A década de 1990 apresenta um cenário no qual um novo padrão tecnológico que revoluciona a estrutura da produção alia-se às estratégias utilizadas junto aos países para flexibilizar toda e qualquer restrição legal à movimentação do capital financeiro pelo mundo, e de quaisquer outros fatores que inviabilizem seu trânsito até os melhores locais de investimento.

Nesse cenário de mudanças, cabe apontar, ainda sob a égide do pensamento de Lira (2008, p. 131), que:

Novos meios e formas de organização do trabalho, aliados à telemática, procuram ultrapassar o taylorismo e o fordismo e gerar novas formas de regulação, de envolvimento e de controle do trabalho. Assim, o capital busca aumentar a produtividade com custos menores, racionalizando e flexibilizando a produção, a ponto de adequá-la às necessidades momentâneas do mercado.

É incontestável que o consumo é um fator de destaque quando se pondera acerca da produção. Nessa perspectiva, o papel do capital, ao focar o aumento da produtividade por meio da racionalização e flexibilização da produção, volta-se para o consumo como categoria de análise para as demandas do trabalho na sociedade contemporânea.

Cabe, então, ressaltar a reestruturação produtiva do capital como um traço marcante do mundo do trabalho. Para Antunes (2008, p. 44):

Essa reestruturação produtiva fundamentou-se ainda no que o ideário dominante dominou como *empresa enxuta*. A empresa enxuta, a empresa moderna, *lean production*, a empresa que constribe, restringe, coíbe, limita o *trabalho vivo*, ampliando o maquinário tecnocientífico, que Marx denominou como *trabalho morto*. E redesenha cada vez mais a planta produtiva, reduzindo força de trabalho e ampliando a sua produtividade. O resultado está em toda parte: desemprego explosivo, precarização ilimitada, rebaixamento salarial, perda de direitos etc. Esse é o desenho do *admirável mundo do capital* (*grifos do autor*).

Na crítica apresentada pelo autor, denota-se um dos pontos centrais da atual conformação do mundo do trabalho, quando se percebe que o trabalho vivo deixa de assumir papel de maior importância em face da ampliação da produtividade decorrente das inovações tecnológicas e de novas formas de gerenciamento da empresa moderna.

Como resultado desta nova conformação da empresa e do capital, tem-se um desenho alarmante da sociedade, no qual imperam a precarização do trabalho e a conseqüente elevação dos índices de desemprego e insegurança profissional em todos os níveis e setores de atuação.

Pochmann (2008) reforça que desde 1980, a desestruturação do mercado de trabalho, caracterizada pelo crescente desemprego aberto, pelo desassalariamento e pela maior geração de postos de trabalho precário, constitui um cenário que exige uma alteração radical nos rumos das políticas públicas de emprego.

Silva e Guimarães (2010, p.157) complementam que “[...] essas transformações no processo de acumulação e reprodução do capital incidem diretamente na reprodução das relações sociais e, sobretudo, na precarização do trabalho na atualidade”.

A partir do que apontam os autores, denota-se a necessidade de repensar as conseqüências deste quadro de mudanças ocasionadas pelo processo de acumulação e reprodução do capital. Trata-se, assim, de rever as condições impostas aos trabalhadores por esta nova ordem produtiva.

Conforme explicita Lira (2008, p.133):

As conseqüências originadas a partir das transformações no mundo do trabalho, provocadas pela ‘nova ordem produtiva’, são a heterogeneização, a complexificação e a fragmentação da classe trabalhadora, que dificultam, mas não inviabilizam o seu movimento na direção da emancipação humana.

Nesse processo de complexificação e heterogeneização da classe trabalhadora, verifica-se que as diferentes modalidades de trabalho encontram-se articuladas pelo capital e se constata a existência de uma dinâmica própria – e perversa – na qual tanto o trabalho produtivo quanto o improdutivo encontram-se subordinados ao capital, mas é no trabalho informal e improdutivo que pode ser encontrado um maior contingente de trabalhadores (LIRA, 2008).

A partir da constatação levantada pela autora acima mencionada, pode-se afirmar que a subordinação ao capital traz para o mundo do trabalho uma série de requisitos que nem sempre podem ser cumpridos pelos trabalhadores, o que tende a elevar ainda mais a precarização das relações de trabalho.

Busca-se em Pochmann (2010, p. 65) a análise da amplitude de tais influências no contexto atual:

Nos serviços, cada vez mais informatizados, o trabalho pode ser realizado em qualquer lugar e em qualquer horário, o que torna insatisfatório o sistema atual de regulação das relações de trabalho. Atualmente, a jornada de trabalho não somente está mais intensa no local de sua realização, como também está se levando para casa as novas demandas informacionais de trabalho (por telefone celular, computador, internet etc.). Tudo isso representa ganhos de produtividade cada vez mais fundados no trabalho imaterial, que continua não sendo tratado nas negociações coletivas pelos sindicatos, tampouco tributado pelo governo. O resultado vem sendo a concentração ainda mais ampla da renda e da riqueza, quase nada percebida pelas medidas de contabilidade social, que não conseguem captar os ganhos de produtividade provenientes da intensificação do trabalho.

Esta flexibilização das relações de trabalho faz com que sejam necessárias novas formas de organização e de regulação, sobretudo quando se percebe no trabalho imaterial uma fonte de aumento da produtividade, sem que este seja valorizado como fator preponderante na elevação da produtividade por meio de um ritmo de trabalho cada vez mais intensivo.

Ao discutir os novos contornos do mundo do trabalho, não se pode fugir da discussão acerca da amplitude assumida pelo capital. Tem-se, então, a compreensão de que o mundo se tornou um só mercado, dessa forma, há a necessidade de constante adaptação e revisão dos padrões de consumo e produção. Na mesma direção, denota-se que as mudanças ocorrem em um ritmo cada vez mais acelerado, seja no âmbito da natureza, da ciência e tecnologia, e produzem um profundo impacto em um determinado espaço.

A complexidade do atual momento histórico é também percebida por Santos (1996, p. 203):

[...] na medida em que se multiplicam as interdependências e cresce o número de atores envolvidos no processo, podemos dizer que não apenas se alarga a dimensão dos contextos como aumenta sua espessura. Ao albergar a todos os atores, independentemente de sua força, velocidade, cor, classe ou procedência, o espaço geográfico nos condena a estar juntos e nos exige um processo de negociação permanente.

À primeira vista, tal ampliação de fronteiras pressupõe uma ideia de generalização, de difusão, de ampliação do acesso aos mercados no mundo inteiro, criando oportunidades novas para todos. Entretanto, o que se observa é o favorecimento das classes e ideologias dominantes, evidenciando-se, desse modo, uma maior exclusão social, percebida nas estruturas de produção e de trabalho, na manipulação de informações, na exclusão de grande parte da população que se encontra desempregada ou subempregada, bem como na discrepância salarial entre os melhores remunerados e os trabalhadores menos qualificados.

Nesse ponto, cabe apontar a análise realizada por Pochmann (2010, p. 26) acerca dos sintomas da degradação do trabalho percebidos desde a década de 1980. Nas palavras do autor:

A resposta brasileira à crise da dívida externa do começo da década de 1980 produziu a primeira recessão econômica no país desde a Grande Depressão de 1929. Concomitantemente à queda no consumo interno, houve a reorientação da política macroeconômica para o mercado externo (exportações), cujo destino final terminou sendo o abandono do projeto nacional-desenvolvimentista. Apesar dos constrangimentos impostos ao dinamismo econômico nacional a partir da década de 1980, os sinais de interrupção do movimento de estruturação do mercado de trabalho não se mostraram tão evidentes. O surgimento do desemprego aberto urbano de grande proporção entre os anos 1981 e 1983 foi fortemente contido no período subsequente de 1984 e 1986, mantendo-se relativamente estável até o final de 1989. Entretanto, a pobreza e a desigualdade de renda não deram folga, sobretudo com a fase de superinflação, degradando o poder de compra dos salários. Ou seja, o ajuste no interior do mercado de trabalho era feito por meio da redução do custo do trabalho, não do emprego, mesmo com a expansão do emprego informal, à margem da legislação social e trabalhista.

O autor citado expõe, com propriedade, os sérios problemas decorrentes da recessão econômica que deu origem à queda do consumo interno no Brasil. Nesta direção, percebe-se que o surgimento do desemprego aberto pode ser apontado como uma das causas da situação brasileira verificada. Há que se tecer

ainda críticas à forma de ajuste do mercado de trabalho, quando se recorreu à redução dos custos do trabalho, e não do emprego. Resultante desta situação, o emprego informal ganha vulto, permanecendo à margem da legislação social e trabalhista.

Conforme se denota, crises no mundo do trabalho podem desencadear também uma crise social, na medida em que os trabalhadores, desprovidos de condições para manter seus empregos, passam a atuar na informalidade, ou mantêm-se distanciados deste novo mercado que requer, cada vez mais, exigências que nem sempre podem ser atendidas. Tal distanciamento resulta em um acelerado processo de exclusão que atinge cada vez mais um contingente significativo de trabalhadores.

Na concepção de Campos *et.al* (2003, p. 27):

A exclusão é um todo que se constitui a partir de um amplo processo histórico determinado que acompanha, em maior ou menor grau, a evolução da humanidade. As raízes de sua manifestação foram identificadas por alguns e pronunciadas por muitos ao longo do tempo.

Ao se fazer uma digressão pela história da humanidade, é possível confirmar a exclusão como um fenômeno que acompanha o homem em todos os estágios evolutivos. Não obstante, quando se aborda a questão da exclusão do mundo do trabalho no capitalismo, vários outros fatores estão presentes. Além da inevitável precarização que acompanha o desemprego e o trabalho informal, persiste o distanciamento dos padrões da sociedade, onde impera a cultura do consumo. Dessa forma, além de se manter distante do trabalho – ou em virtude desse fato – o indivíduo deixa de inserir-se na sociedade de consumo.

Nessa ordem de pensamento, Campos *et.al.* (2003, p. 31) pontificam:

De um lado, a cultura consumista da modernidade termina por engolir tudo, em sentido figurado, potencializando as aspirações de inclusão social pelo consumo (ter), e, de outro, as expectativas esvaziadas por conta da desigualdade econômica e da baixa generalização de oportunidades (ser). Na sociedade de mercado, a insegurança material mantém-se permanente, ainda que a inclusão proporcionada pela cultura individualista do consumo seja acompanhada da exclusão gerada por privações relativas e insegurança social.

Nessa perspectiva do ter e do ser, vislumbra-se a sociedade a partir de um processo de exclusão que se acirra à medida que o sujeito deixa de *ser* quando não tem condições de *ter*.

Ainda no que diz respeito ao desemprego e a precarização, cabe apontar o que afirma Barbosa (2007) quando refere que a crise de acumulação do capitalismo nas últimas três décadas foi contornada com o aumento do rendimento do capital às expensas do desemprego e da precarização do trabalho, concebidos como pontos cruciais da dinâmica da luta de classes.

Da análise realizada por Barbosa (2007), abstrai-se que a crise social se mantém com estatuto de permanência uma vez que seus elementos determinantes também se mantêm, o que impõe um mercado de trabalho bastante restritivo e impele cada vez mais os trabalhadores para o mundo da informalidade. Ao analisar o fenômeno da exclusão em uma perspectiva histórica, Campos *et.al* (2003, p. 36) referem que:

O avanço da urbanização da pobreza transcorreu acompanhado de um forte êxodo rural, capaz de gerar um enorme excedente de mão de obra pouco qualificada e de baixa escolaridade vagando pelas cidades mais industrializadas. Não obstante o importante aumento médio anual no emprego assalariado formal, que permitiu o acesso imediato aos direitos sociais e trabalhistas (cidadania regulada), verificou-se que a grande repressão sindical e o autoritarismo político terminaram por resultar no arrocho salarial.

Novamente retoma-se a questão do espaço como fator determinante das condições sociais, sem um planejamento para inclusão social destes migrantes, lançam uma luz sobre a origem de muitos dos problemas que impactam a sociedade urbana brasileira. Embora sem a pretensão de discutir com maior profundidade esta temática, sabemos que o aumento da população urbana representa um dos mais graves problemas que precisam ser enfrentados, sobretudo pela proposição de políticas públicas efetivas e voltadas para a universalidade de propostas que atendam a totalidade da população.

Singer (2001), ao comentar os impactos e mudanças estruturais verificados no Brasil nas últimas décadas, refere que estes têm elevado o desemprego e o subemprego em todas as suas formas e ainda o agravamento da exclusão social, contribuindo, portanto, para o aumento da pobreza. A isto, acrescentam-se as análises de Barbosa (2007), ao elucidar que o desemprego

associa-se a precarização baseada na degradação das condições e relações de trabalho, que reestrutura o mercado e aumenta a heterogeneidade social com trabalhos parciais, terceirizados, temporários, com sérias consequências para os processos de solidariedade e formação de entidades coletivas entre os trabalhadores.

Esta mesma autora considera o capital não apenas como materialidade econômica, mas como uma forma de controle a qual todos devem se ajustar, resultando em uma característica totalizante e a exigência de mediações que garantam sua reprodução. Nesse sentido, passa impor limites para a solidariedade e cooperação no trabalho, na medida em que, retomando as ideias de Marx, a igualdade de condições no mercado é uma proposição utópica (BARBOSA, 2007).

Barbosa (2007, p. 53) expressa sua opinião nos seguintes moldes:

Os movimentos de expansão e contração do capital refazem espaços para as atividades não tipicamente capitalistas, evidenciando suas relações de subordinação com essa vida mercantil típica. Do ponto de vista liberal, porém, essa segmentação social é natural, pois é assim que se apresentam, é assim que funcionam a produção e a distribuição de riqueza, reafirmando o dualismo social, – uma vez que nem todos vão acompanhar as necessidades do capital – e a não-abrangência do acesso ao bem-estar. A ideologia empreendedora parece servir para fortalecer essa proposição, buscando a adesão e o consentimento à sua dissimulação nas práticas sociais concretas.

É possível vislumbrar, diante do que constata Barbosa (2007), que a contradição presente nos modos de produção e distribuição da riqueza, podem ser determinante para a perda da solidariedade dos trabalhadores, na medida em que o caráter socialmente abrangente do capital impõe-se de maneira contundente sobre as relações de trabalho e suas formas de organização.

Há que se falar ainda na ideologia do empreendedorismo, que parece mascarar uma situação em que a informalidade é elevada à categoria de avanço nas formas de engendramento do trabalho, mas que oculta uma forma de negação dos direitos sociais conquistados ao longo de toda a trajetória do trabalho humano.

Nessa mesma forma de pensamento, Antunes (2008, p. 46) destaca que:

Trata-se, em verdade, de um crescente processo de *desconstrução* do trabalho, típico de nossa sociedade involucral, do desperdício, da mercadoria crescentemente desprovida de utilidade social. E, quando olhamos para o chão produtivo, o que se vê é um mundo do trabalho crescentemente precarizado.

Nesse cenário pouco otimista, constata-se que a precarização das relações de trabalho na sociedade capitalista brasileira do início do século XXI atinge de forma incisiva uma parcela significativa da população, trazendo ainda, de forma indelével, consequências para a própria constituição da sociedade, na medida em que o trabalho – como pressuposto da própria dignidade humana – nem sempre está acessível a todos, o que coloca muitos à margem da sociedade, fazendo eclodir graves problemas sociais. Dessa forma, estamos diante de processos sociais que fomentam formas diferenciadas e mais complexas de trabalho. Cada vez mais o capital e sua lei do valor necessitam do trabalho, mas recorrem cada vez mais ao trabalho precarizado.

Essa situação marcada pela contradição própria do modo de produção capitalista evidencia a necessidade de um redimensionamento do significado do trabalho na vida humana e das diferentes formas pelas quais ele pode ser exercido, diante do cenário que se descortina no contexto atual da sociedade brasileira.

Ainda no que se refere às transformações que impactaram o mundo do trabalho, Lira (2008, p.154) conclui que:

As mudanças no mundo do trabalho, acompanhadas das mudanças societárias, mais fortes na década de 1990, promoveram uma rearticulação entre Estado, o mercado e a sociedade, alterando os padrões de uso e consumo da força de trabalho e da regulação entre capital e trabalho. A flexibilização das relações de trabalho, a diminuição do trabalho vivo no processo produtivo direto da mercadoria, a descentralização das cadeias de produção favorecem o crescimento do excedente de mão de obra estrutural, seja pelo desemprego, seja pela maior informalização nas relações de trabalho, gerando, dessa maneira, uma instabilidade constante para o trabalhador, inclusive para aqueles que ainda permanecem em seus postos de trabalho com registro em carteira. A insegurança quanto à inserção no mercado de trabalho, por parte dos trabalhadores assalariados com registro, diz respeito não só à permanência no emprego, como também ao acesso a benefícios de proteção social relacionados ao contrato de trabalho (cobertura de seguridade social, auxílio-alimentação, vale-transporte etc.).

A partir das conclusões apresentadas pela autora, depreende-se que as alterações sofridas pelos padrões de uso e consumo das forças de trabalho deixam entrever a necessidade do trabalhador adequar-se a uma nova articulação entre capital e trabalho, na medida em que se faz necessário enfrentar a instabilidade decorrente do novo arranjo produtivo na economia brasileira.

Desse modo, fenômenos como o crescimento do desemprego e a crescente informalização das relações de trabalho desencadeiam uma insegurança que atinge não apenas a preocupação com o emprego, mas, sobretudo, o acesso a benefícios sociais de maior amplitude, como a seguridade social.

Sendo assim, para avaliar a extensão da importância do trabalho na vida humana, faz-se necessário acompanhar a evolução histórica do mercado de trabalho e as transformações pontuais que o caracterizaram nos últimos anos, na sociedade brasileira - tarefa que realizamos no tópico a seguir.

1.2 MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: PROCESSO HISTÓRICO E TRANSFORMAÇÕES

A partir da reflexão sobre as transformações no mundo do trabalho com a reestruturação produtiva do capital podemos afirmar que o Brasil não ficou isento do reflexo gerado pelo quadro econômico mundial, pela flexibilização e precarização das relações de trabalho. Nesse sentido, afirmam Cruz e Santos (2010 p. 137):

Com a consolidação da corrente neoliberal, nota-se que o capitalismo contemporâneo gerou a um ritmo acelerado inúmeros problemas sociais, dentre os quais se destaca a crescente massa de pobres e excluídos em todo o mundo. Todavia, nem o Mercado e nem o Estado, por meio dos seus tradicionais mecanismos econômicos e redistributivos, conseguem equacionar os graves problemas sociais que o mundo enfrenta. E ainda aponta que a história recente registra números que indicam graves deficiências sociais, abrangendo grandes contingentes populacionais nas sociedades contemporâneas dos países subdesenvolvidos. Essas deficiências sociais, indicam que não tendo as pessoas acesso aos direitos sociais básicos são também marginalizados economicamente.

A conjuntura brasileira apresenta um panorama composto por desigualdades sociais, desemprego e um expressivo número de pessoas que vivem na linha de pobreza ou abaixo dela. Assim, diante desse cenário, muitas são as

alternativas que se apresentam em favor de atenuar ou até mesmo solucionar os problemas gerados. Uma das alternativas apontada é pautada em uma nova concepção de economia baseada na solidariedade.

No contexto brasileiro segundo Singer (2001), ocorre a deterioração das relações de trabalho, o que ocasiona, dentro outros fatores, a abertura de mercado, a adoção de sistema cambial para estabilização dos preços, tornando o Brasil dependente de capital externo, cuja consequência é a elevação do desemprego, do subemprego e da exclusão social.

Em um primeiro momento, deve-se ponderar sobre a trajetória histórica do emprego na sociedade brasileira do século XX, no intuito de ampliar a compreensão sobre as configurações atuais do mercado de trabalho no país.

Busca-se em Pochmann (2008, p. 24) a compreensão do processo histórico de consolidação do modo de produção capitalista no Brasil, ou seja, quando se torna a base do desenvolvimento econômico nacional. Ao tomar como pano de fundo o trabalho assalariado desempenhado nas fazendas da segunda metade do século XIX, o autor enumera três grandes movimentos históricos que caracterizam a evolução do trabalho no Brasil, a saber:

O primeiro movimento em direção ao trabalho livre refere-se ao período que vai da abolição da escravatura (1888) à Revolução de Trinta (1930). Como se tratava de uma fase em que a economia brasileira caracterizou-se pela exportação de bens primários, uma vez que dependia fortemente de sua inserção na economia mundial, por meio da produção e venda no mercado externo de produtos agropecuários, o grosso da força de trabalho encontrava-se no meio rural.

Verifica-se, conforme a análise realizada pelo autor que, embora tenha se caracterizado como trabalho livre, o período analisado conservava o ranço do sistema escravocrata, na medida em que a força de trabalho era explorada e pouco ou nada se valorizava o trabalhador como sujeito de direitos.

Sobre o segundo movimento histórico relacionado à evolução geral do trabalho no Brasil, Pochmann (2008, p. 25) assim explana:

[...] transcorreu durante a Revolução de Trinta (1930) e o início do último governo da ditadura militar (1980), quando o mercado de trabalho tornou-se nacional e o assalariamento passou a ser predominante no conjunto das formas de uso da mão de obra no Brasil. Contribuiu para isso, a difusão do ciclo da industrialização nacional, possibilitado pela nova forma de inserção do país na economia mundial, inicialmente pela substituição de produtos importados por produção doméstica (1930/54) e, posteriormente, pelo movimento de internalização da produção de bens e serviços relativos à Segunda Revolução Industrial e Tecnológica (1870/1910), como automóvel, química fina, avião, eletrodoméstico, dentre outros, entre 1955 e 1980.

Deve-se ressaltar, na contramão das ideias apresentadas pelo autor, que a industrialização nem sempre se mostrou positiva para a melhoria das condições de trabalho dos brasileiros, na medida em que novos postos de emprego foram criados, mas aumentou o nível de qualificação exigida, deixando fora do mercado de trabalho muitos trabalhadores, sobretudo aqueles oriundos do espaço rural.

Pochmann (2008, p. 25-26) aponta o esgotamento do projeto de industrialização nacional como o marco do terceiro movimento histórico em curso desde 1981, e reforça que:

A predominância de elevada oscilação no conjunto das atividades econômicas, caracterizadas pela estagnação da renda *per capita*, culminou com a geração adicional de um maior contingente de mão de obra sobrando, deserdados das condições necessárias de incorporação social e ocupacional provenientes do modelo de políticas públicas implementadas durante os anos de 1930 a 1980. O movimento de desestruturação do mercado de trabalho ganhou maior dimensão ainda com a implantação do programa neoliberal desde 1990, diante da inserção passiva e subordinada do país na economia mundial. Além da ausência de crescimento econômico sustentado, o processo de abertura produtiva, comercial, tecnológica e financeira terminou por destruir ocupações urbanas e rurais existentes devido à ampliação das importações, da reforma do Estado e da desnacionalização do parque produtivo nacional. Assim, o trabalho no Brasil passou a registrar mais recentemente o avanço do desassalariamento (decréscimo relativo dos empregos assalariados no total da ocupação), do desemprego e das ocupações precárias.

Diante do exposto, observa-se que o Brasil vive sua mais grave crise do emprego. Após a recessão entre 1990 e 1992, que elevou o desemprego no Brasil, assistiu-se a uma leve desaceleração nas taxas de desemprego durante o

breve ciclo de recuperação econômica ocorrido entre 1993 e 1997. De 1998 até 2003, o desemprego registrou taxas ainda muito elevadas, somente suavizadas levemente no ano de 2004 devido a recuperação da economia nacional.

As medidas introduzidas no conjunto das políticas de emprego durante a década de 1990 terminaram por não alterar o comportamento fragmentado e pulverizado das políticas públicas de atenção ao desemprego. Ademais da baixa efetividade das políticas de emprego do governo federal, assistiu-se a permanência de reduzida sensibilidade na aplicação dos escassos recursos públicos para a heterogeneidade do desemprego.

Da mesma forma, a introdução das medidas de corte neoliberal terminaram agravando o quadro geral do desemprego no Brasil, colaborando, inclusive, com o deslocamento da responsabilidade pública para o indivíduo. Por conta disso, cabe uma ampla reformulação das políticas de emprego, uma vez que o corte de recursos públicos na área do trabalho, acompanhado da flexibilização do mercado de trabalho e da desregulação das políticas públicas do trabalho somente fragilizou ainda mais a condição de precarização do mundo do trabalho.

Desde a década de 1990, o desemprego em massa é uma realidade no Brasil. O período em destaque remete ao período que o Brasil assumiu o neoliberalismo, portanto, adotou também o compromisso com o livre mercado, com a desregulamentação das leis trabalhistas e, conseqüentemente com a desestruturação do mercado de trabalho. Sendo assim, diante do período de presidência de Fernando Henrique Cardoso durante dois mandatos consecutivos, o país obedeceu às coordenadas econômicas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

As propostas neoliberais ao longo da década de 1990 remetem a uma situação que ainda não foi superada, mesmo diante das medidas populistas assumidas pelo governo Lula (2003-2010), como o Programa Fome Zero, lançado oficialmente em 2003 e o programa Bolsa Família, do mesmo ano. Dessa forma, persistem até hoje os problemas referentes a precarização do trabalho, em grande parte resultante do decréscimo dos empregos assalariados, do desemprego e das ocupações precárias.

Cabe, pois, avaliar o que afirma Lira (2008, p.133):

As políticas neoliberais adequam-se ao processo de mudanças no mundo do trabalho. Através delas, promoveu-se uma série de medidas macroeconômicas, visando à adequação das condições econômicas e sociais às leis do mercado, eliminando progressivamente as chamadas regulações governamentais protetoras, acusadas de inviabilizar a expansão, a produtividade e a competitividade do capital. Ao mesmo tempo em que há uma redução do operariado industrial e fabril, há também a ampliação do trabalho precário e do assalariamento no setor de serviços.

Do posicionamento da autora, resulta a compreensão de que o neoliberalismo adotado pelo governo brasileiro em período recente trouxe alterações negativas para o mundo do trabalho, na medida em que se observa a intensificação do trabalho precário e a diminuição dos postos de trabalho na indústria.

Pochmann (2008) reforça que a introdução das medidas de corte neoliberal agravou o quadro geral do desemprego no Brasil, ao mesmo tempo confirma a tendência do discurso ideológico de atribuir a responsabilidade desta condição para o indivíduo. Como proposta para superação deste quadro pouco otimista, o autor sugere uma ampla reformulação das políticas de emprego, visando superar a fragilização do trabalho, resultante da flexibilização do mercado de trabalho e da desregulação das políticas públicas.

Ao procederem a análise do período de 1960 a 2000, com o objetivo de analisar os distintos indicadores de exclusão social, Campos *et. al.* (2003) reportam-se à existência de combinações contraditórias, reunindo, de um lado, o rápido crescimento econômico com o regime político democrático e de outro lado, o avanço no processo de exclusão. Assim, não ocorreram transformações significativas na questão social, uma vez que o país não se mostrou capaz de superar o aumento da exclusão socioeconômica.

Ao aprofundar a análise do mesmo período (1960 a 2000), Campos *et. al.* (2003) posicionam a sociedade brasileira em situação de extrema desigualdade de renda, terra e poder. A análise dos autores pauta-se no emprego formal, por considerarem que este indicador oferece um nível mínimo de garantias para o trabalhador, assim se constituiu em um bom indicador da evolução da inclusão social da população.

Há que se traçar, assim, dois processos distintos para a evolução da formalização dos vínculos empregatício no país, ainda conforme Campos *et. al.* (2003, p. 50):

Num primeiro momento, que vai de 1960 a 1980, verifica-se um aumento significativo, ainda que não homogêneo, da formalização dos vínculos empregatícios em todo o país e, correlatamente, a expansão da proteção social. Movimento que se reverte num segundo momento, que vai de 1980 a 2000 – mas principalmente na segunda metade desse período – caracterizado por uma diminuição da participação do emprego formal no total da ocupação, bem como da ampliação significativa do desemprego estrutural e da precarização dos postos de trabalho, reduzindo a proteção ao trabalhador, ao mesmo tempo em que a Constituição de 1988 introduzia um novo conceito de seguridade social.

No primeiro momento destacado por Campos *et. al.* (2003, p. 50), ressalta-se a proteção social trazida à tona pela formalização dos vínculos empregatícios. Este parece ser o fator preponderante para a grande parcela da população que busca no emprego formal a garantia de direitos como seguridade social, estabilidade e segurança.

Ao se retomar a avaliação de Pochmann (2008, p. 23) em relação às condições enfrentadas pelos trabalhadores, verifica-se que essa se apresenta negativa em relação às últimas décadas:

A renda *per capita* permaneceu praticamente estagnada, enquanto o salário mínimo perdeu 50% do seu poder aquisitivo e o desemprego aberto foi multiplicado 3,5 vezes. Por consequência, a participação do rendimento do trabalho na renda nacional, que era de 50% em 1980, passou para apenas 36% em 2003. Ainda em 1980, o Brasil situava-se entre as 8 principais economias industriais do mundo. Atualmente, o país responde pela décima quarta posição na economia mundial. [...] o aprofundamento do ciclo de financeirização da riqueza durante as duas últimas décadas ocorre em consonância com a desestruturação do mercado de trabalho.

Um dado relevante para explicar a situação de pobreza no Brasil como resultado da estagnação da economia brasileira diz respeito à perda do poder aquisitivo de 50% em relação ao salário mínimo. Desse modo, mais que analisar a posição do país na economia mundial, importa considerar a efetividade das políticas públicas desenvolvidas no sentido de minimizar as mazelas sociais resultantes do processo de alijamento da população de um mercado de trabalho cada vez mais excludente e seletivo.

Para Pochmann (2008, p.34):

A grave crise de emprego, gerada desde 1990, não foi suficiente para que o país viesse a constituir um sistema público de emprego. Apesar das inovações realizadas mais recentemente, o conjunto das políticas públicas direcionadas ao desemprego aprofundou a fragmentação das ações em diversas instituições sem coordenação, com maior pulverização dos recursos e ainda reduzida escala de cobertura. Enfim, passou a reinar a desarticulação e desintegração, com desperdícios, baixa eficácia e pequena eficiência.

Cabe aqui afirmar que a fragmentação das ações que constituem as políticas públicas revela-se o maior empecilho para a consolidação de um sistema de geração de emprego no Brasil. Pochmann (2008) aponta, com bastante propriedade, a importância em se evitar a ausência de coordenação destas ações, bem como a pulverização dos recursos em uma escala reduzida de cobertura.

Desse modo, entende-se que, embora seja evidente a preocupação com a instauração de um sistema de política pública de emprego no Brasil, a falta de articulação e de integração obstaculiza sua eficácia em termos de geração de empregos para um número crescente de brasileiros. Observa-se, assim, na realidade brasileira deste início de século, a baixa efetividade e eficácia das políticas de emprego do governo federal, conjugada a aos escassos recursos públicos para com a heterogeneidade do emprego.

Essa heterogeneidade se concretiza na segmentação dos problemas do emprego no Brasil, conforme apontam as análises realizadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):

O mercado de trabalho brasileiro se caracteriza por um alto grau de informalidade e de desigualdade de capital humano. O governo do Brasil está tentando combater essa desigualdade de capital humano por meio de seus programas destinados a melhorar o acesso à educação e à saúde. Além disso, embora o Brasil conte com uma estrutura reguladora e um conjunto de instituições trabalhistas relativamente efetivos, estes atendem apenas uma fração limitada dos trabalhadores e podem restringir a capacidade de adaptação das empresas à evolução da economia (BID, 2003, *apud* BARBOSA, 2007, p. 203).

Da análise realizada pelo órgão mencionado, resulta a compreensão de que as ações estatais brasileiras não têm se mostrado suficientes para conter o acelerado processo de informalidade no mercado de trabalho, evidenciando a falta de estratégias do país as transformações no mundo do trabalho, conforme se discute na seção a seguir.

1.3 DESEMPREGO E INFORMALIDADE DIANTE DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Uma parcela significativa da população brasileira se depara com ínfimas condições de vida e têm que se submeter a qualquer situação para conseguir minimamente sobreviver. Da mesma forma, apresenta-se diante disso, uma série de perdas, que estão intimamente ligadas à perda da capacidade de produção, do trabalho, da renda e da capacidade de participação política. Sendo assim, Marques (1997, p. 69) pontifica que:

[...] A precarização do trabalho afeta o conjunto dos trabalhadores. Para os que vivem a situação de desemprego há muito tempo, não houve perda somente do trabalho. Sua inutilidade social os desqualifica, também, sobre o plano cívico e político. Para os que ainda têm a felicidade de estar empregados, parcial ou totalmente, a possibilidade de demissão ou o fim do contrato determina que vivam somente o dia de hoje, não havendo mais, no seu horizonte, o amanhã. Nesse quadro de incerteza, o trabalho perde crescentemente sua capacidade de integrar os indivíduos na sociedade.

Barbosa (2007, p. 42) reflete que o desemprego e a precarização são responsáveis de maneira direta pelas necessidades de rentabilidade financeira, fazendo recuar os salários e as proteções dos contratos de trabalho, as legislações específicas e/ou as negociações coletivas. Nas palavras da autora:

Nesse contexto, a informalidade ganha novo sentido e legitimidade. Convém dizer que o termo é usado para designar práticas diferentes. *Grosso modo*, refere-se à atividade econômica caracterizada por: 1) unidades produtivas baseadas no descumprimento das normas e da legislação concernentes a contratos, impostos, regulações e benefícios sociais; e, 2) ocupações destituídas de proteção social, de garantias legais e de estabilidade, sendo recorrente ainda o fato de serem atividades de baixa produtividade, instáveis, com baixos salários, quando não se realizam sem remuneração por familiares e por autoemprego (BARBOSA, 2007, p. 42).

No âmbito do mercado de trabalho observa-se uma extensa parcela da população que funciona como estabilizadora do sistema, que se faz necessária e se apresenta disponível para desenvolver atividades pontuais, temporárias, parciais, porém, faz com que os salários não subam e que direitos conquistados sejam precarizados. O desemprego estrutural, na visão de Antunes (1999), contém:

[...] uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há portanto, um processo de maior heterogeneidade, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 1999, p. 41-42).

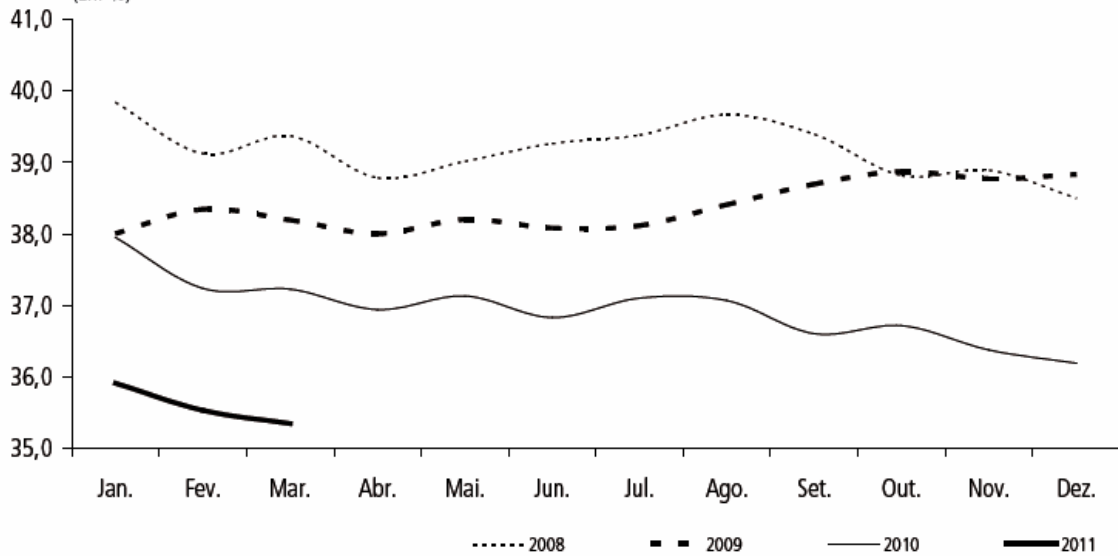
Para aclarar o avanço do emprego informal no país, busca-se novamente em Barbosa (2007, p. 44) os dados referentes ao período compreendido entre 2003 e 2004:

Segundo o IBGE, o saldo de empregos formais (com carteira de trabalho) no Brasil, entre 2003 e 2004, foi de 23 mil, ao passo que o de empregos informais totalizou 240 mil. Ou seja, para cada emprego formal criado apresentam-se mais 10 no segmento da informalidade, o que significa que a recuperação do mercado de trabalho de que se fala corresponde à abertura de vagas que são 2,5 milhões de desempregados e 2,8 milhões que nem sequer são considerados na PEA por terem desistido de procurar emprego.

Na Figura 1 são expostos os resultados dos indicadores sobre a informalidade no mercado de trabalho no Brasil¹, correspondentes ao período compreendido entre 2008 e 2011.

¹ Ao buscar uma análise mais recente da questão da informalidade, foram obtidos dados acerca do desempenho do mercado de trabalho brasileiro no primeiro trimestre de 2011 com base nos indicadores da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conjugadas a informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Figura 1 - Grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro – 2008-2011
(Em %)



Fonte: IPEA (2011, p. 12)

A visualização da Figura 1 permite inferir que o nível de informalidade médio da população ocupada no período avaliado apresenta decréscimo. Salienta-se, no entanto, que tal avaliação inclui a situação da ocupação e da informalidade em algumas regiões metropolitanas, a saber: Porto Alegre, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

Nestas Regiões, a taxa de informalidade situa-se em 35,6% nos três primeiros meses de 2011, o que representa uma queda em relação ao primeiro trimestre de 2010 (37,5%). Percebe-se que a redução foi ínfima, o que relava uma porcentagem alta de trabalhadores em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho.

No entanto, ao considerarmos o avanço do emprego informal no país no período mencionado por Barbosa (2007), verifica-se que um novo panorama está sendo construído no mundo de trabalho brasileiro.

Sobre a situação de crescente informalização do trabalho, Barbosa (2007, p. 45) ainda ressalta que:

A informalidade não é mais transitória, como era considerada ao tomá-la como excedente da mão de obra que, em épocas de crescimento, incorporava os contingentes remanescentes na formalização das relações de trabalho e, em períodos recessivos, constituía uma espécie de *colchão amortecedor*, que acolhia a mão de obra excedente, com a função de reduzir o custo do trabalho e da reprodução social para o capital. Agora, a luta de classes em favor da acumulação continua arbitrando a exploração do trabalho com o excedente advindo da informalização, mas com diminuto controle social e poder de barganha dos trabalhadores.

Os dados obtidos nas estatísticas divulgadas por Barbosa (2007) e pelo IBGE (2010) confirmam a não transitoriedade da informalidade. Assim, não cabe mais a metáfora de *colchão amortecedor*, empregada pela autora para caracterizar o excedente da mão de obra, posto que os números dessa forma de acesso ao mercado de trabalho sinalizam um movimento constante.

Entretanto, embora a informalidade seja uma realidade cada vez mais palpável, deixando de ser uma exceção e podendo ser elevada à categoria de antídoto à problemática do desemprego estrutural, produz precarização, achatamento salarial e diminuição do enfrentamento coletivo dos conflitos, penalizando as próprias condições de reprodução social dos trabalhadores (BARBOSA, 2007).

Ao se estabelecer um prólogo para a discussão que será conduzida mais adiante neste trabalho, deve-se ponderar que a proposição de ações no âmbito da Economia Solidária encontra respaldo na necessidade de dirimir tais consequências do trabalho informal na sociedade brasileira.

Outro ponto a ser trazido ao debate diz respeito ao crescente uso da tecnologia em substituição ao trabalho humano, o que acarreta o processo de desemprego e de precarização do trabalho. Ao se refletir sobre o alto índice de informalidade e subemprego não apenas no Brasil, mas no mundo todo, Santos *et. al.* (2011) destacam que a situação atual reflete um jogo de forças desproporcional em que o trabalho encontra-se enfraquecido e destituído de prestígio.

No tocante aos avanços tecnológicos presentes no cenário contemporâneo, Lira (2008, p. 134) complementa:

O desenvolvimento da informática e da robótica, assim como as mudanças na estrutura do capital (financeirização, mundialização) e sua descentralização criaram condições para que o capital pudesse reduzir cada vez mais o trabalho vivo na indústria e aumentar o trabalho morto (incorporado às máquinas), além de produzir mudanças na organização da produção (terceirização, trabalho precário etc.). Com isso, elevados contingentes de trabalhadores veem-se obrigados a buscar no formal precário e, principalmente, na informalidade, atividades que possam suprir suas necessidades de renda e, conseqüentemente, tornem possível a troca dessa renda por mercadorias que viabilizem sua sobrevivência. Dessa forma, o trabalho informal tem seu papel na rede que faz parte do processo de acumulação do capital, de maneira secundária, mas necessária, pois através do rebaixamento dos custos, assegura a manutenção e reprodução de parte do excedente estrutural da força de trabalho. Isso comprova que a informalidade mascarada de alternativa ao desemprego é uma miragem que cria expectativas junto aos trabalhadores que jamais serão cumpridas, ao contrário, cada vez mais a informalidade os coloca em situação de vulnerabilidade social.

Embora não se possa creditar ao desenvolvimento das tecnologias todas as conseqüências da precarização do trabalho, verifica-se que a redução do trabalho vivo traz em seu bojo mudanças que impactam de forma perversa as relações formais de trabalho. É bastante oportuna também a crítica realizada pela Lira (2008) quando se reporta às expectativas não concretizadas dos trabalhadores informais e ao fato de que a informalidade constitui fato gerador de vulnerabilidade social.

Nas condições em que preleciona Lira (2008), fica evidente que a situação da informalidade como alternativa ao desemprego não se coaduna com a realidade, uma vez que está ausente desta forma de trabalho os benefícios e demais condições que tornam o trabalho humano elemento de inserção social dos seres humanos.

Conforme afirma Barbosa (2007), a alternativa à crise pela via da desvalorização da força de trabalho afigura-se como uma receita conhecida na história do capitalismo. Assim, duas alternativas se apresentam: as atividades de subsistência que pouco interessam ao capital e as atividades informalizadas que baixam os custos do trabalho, conformando uma atualizada e rentável maneira de acumulação capitalista, de modo subordinado.

Tanto uma como outra podem ser encontradas na Economia Solidária, e estão associadas a processos sociais atados e determinados pelo movimento do capital que produz, arruína e recria práticas econômicas não abalazadamente capitalistas (BARBOSA, 2007, p. 48).

Ainda sobre esse tema, Pochmann (2001) complementa que o aumento do desemprego reflete a incapacidade da economia brasileira de gerar expressivos postos de trabalho. Assim, o desemprego estrutural – o qual ocorre porque os que são vítimas da desindustrialização, em geral, não têm pronto acesso aos novos postos de trabalho – é semelhante, em seus efeitos, ao desemprego tecnológico, ou seja, esse não aumenta necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir.

Conforme destacam Campos *et. al.* (2003, p. 38):

Diante do débil comportamento econômico, o desempenho do mercado de trabalho foi negativo. Por um lado, a expansão do emprego assalariado foi decepcionante, sendo responsável pela queda na taxa de assalariamento formal com carteira assinada e o total das ocupações. Por outro lado, o país registrou uma significativa elevação tanto nas ocupações precárias (assalariados sem registro em carteira, autônomos e ocupados não remunerados) como no desemprego. Este cresceu a uma taxa média anual de mais 13%, enquanto as ocupações informais aumentaram, em média, 2,4% anualmente. A brutal perda de participação dos salários na renda nacional revela também a clara presença do movimento de desestruturação do mercado de trabalho nacional.

Na mesma forma de pensamento, Lira (2008) aduz que não se pode compreender de maneira simplista a relação entre informalidade e pobreza, uma vez que é primordial avaliar as interfaces sobre as quais se articulam as desigualdades, a pobreza e o trabalho na atual conjuntura do capital.

De acordo com Nishimura (2005), há aqueles que se inserem no mercado informal em ocupações precárias, sazonais e semiclandestinas como vendedores ambulantes, guardadores de carro em vias públicas, limpadores de para-brisa de carros, lavadores de carros em locais públicos; e aqueles que encontram trabalho na própria comunidade, a partir das relações de vizinhança e da vinculação aos empreendimentos produtivos.

Nessa situação encontram-se os que há décadas vivem de “bicos”, do comércio ambulante, de trabalhadores sazonais, da prestação de serviços que não exigem qualificação, frutos da pressão crescente do desemprego, que se apresenta como fator poderoso para que grande número de pessoas aceite o emprego informal.

Partindo desse pressuposto, Lira (2008, p. 140), explicita que:

No Brasil, a informalidade apresenta-se heterogênea, envolvendo grupos de trabalhadores com qualificação diferenciada e variadas formas de organização da produção. Está articulada de forma subordinada aos movimentos de expansão e reprodução do capital. Seu escopo é ampliado ou reduzido de acordo com esses movimentos, já que, em seu interior, estão atividades criadas para suprir necessidades geradas pelo capital. Outra característica perversa da informalidade refere-se ao aspecto da legalidade de suas atividades, sob o ponto de vista da evasão tributária e do vínculo dessas ocupações às chamadas atividades ilícitas, como tráfico de drogas e contrabando.

A partir da composição da informalidade a que se refere Lira (2008), denota-se a dificuldade de compreensão da própria gênese da informalidade, posto que estão presentes inúmeras condições, como a qualificação de trabalhadores, suas formas de organização e, acima de tudo, as pressões a que estes trabalhadores estão sujeitos pela expansão do capital perante a reestruturação produtiva do capital.

No que diz respeito aos direitos sociais que advêm do trabalho, a informalidade traz em seu bojo outra séria implicação, na medida em que deixa de trazer divisas para o país, uma vez que o trabalho informal equivale a uma considerada margem de evasão tributária.

Sendo assim, Antunes (2008, p. 48) afirma:

A nova condição de trabalho está sempre perdendo mais direito e garantias sociais. Tudo se converte em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade: o trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não-ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho, é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta essa debilidade. Nessa guerra de desgaste, ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação à renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não-ocupação.

A partir das análises de Lira (2008) e Antunes (2008), é possível vislumbrar, no diálogo trazido por estes autores, que a informalidade deixa de se configurar como proposta de melhoria das condições de trabalho humano e repercute em severa perda das garantias dos direitos sociais historicamente conquistados por meio de lutas travadas por trabalhadores e representações sindicais.

Indo além na sua análise, Lira (2008, p.139), ressalta que

A informalidade no país possui como característica uma funcionalidade estratégica ao capital, na medida em que se articula às diversas cadeias produtivas de forma direta através da terceirização, ou indireta na esfera da circulação, de modo a rebaixar cada vez mais os custos da produção. Se em outros períodos a informalidade era relacionada apenas às atividades de sobrevivência, na atualidade ela surge como vital ao capital, inserindo-se nas diversas áreas de trabalho e assumindo uma imagem ilusória de “opção de trabalho”, associada ao empreendedorismo.

Quando se menciona o caráter funcional da informalidade, verifica-se que ao capital é interessante manter esta estrutura, tendo em vista as vantagens trazidas, sobretudo no que diz respeito à diminuição dos custos de produção. Nessas condições, o discurso capitalista que apregoa o trabalho informal como antídoto para a crise estrutural do emprego se esvazia, na medida em que se considera que esta modalidade de ocupação vem sendo manipulada a serviço do capitalismo.

Cabe ainda considerar que o discurso da informalidade como corolário da autonomia, da independência, da transformação de trabalhador em empresário, também se mostra destituída de significado, na medida em que não existem quaisquer garantias de proteção social, qualificação e renda.

Barbosa (2007, p.49) complementa:

Deve-se observar que a redução do emprego e a terceirização, elementos dessas transformações no mundo do trabalho, fortalecem novas sociabilidades e, desse modo, a informalidade, em vez de ser residual, pode vir a ser mais indistinguível da organização produtiva. Cada vez mais o trabalho assalariado é recomposto com o trabalho autônomo ou de pequena empresa, o que leva a obscurecer a relação de emprego, transfigurada em relação de negócios e transação comercial de mercadorias. Com essa flexibilização do trabalho, o deslocamento de postos da relação salarial para a informalidade tem se dado pelo crescimento de cooperativas, trabalho familiar ou domiciliar e pequenas empresas.

A partir destas transformações, cabe indagar se a flexibilização do trabalho pode trazer benefícios para a nova conformação do mundo do trabalho (cooperativas, trabalho familiar, microempresas), na medida em que as rupturas nesta importante dimensão da vida humana podem desencadear um aumento expressivo dos índices de pobreza e exclusão social, os quais serão discutidos no tópico subsequente.

1.4 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E ESPACIAIS DA POBREZA

São notórias as condições adversas que atingem de forma drástica uma elevada parcela da população brasileira, principalmente no que diz respeito à garantia dos direitos e garantias que fundamentam os princípios da dignidade humana. A partir do estudo do IPEA pode-se visualizar a situação geral da população referente a taxa de pobreza:

Ao analisar o comportamento de redução nas taxas de pobreza durante o período de estabilidade monetária estudos do IPEA consideram a possibilidade de o Brasil vir a superar a condição de pobreza extrema e reduzir sensivelmente a taxa de pobreza absoluta nos próximos anos. Quando se projeta no tempo a redução anual nas taxas de pobreza absoluta (3,1 pontos percentuais) e extrema (2,1 pontos percentuais) alcançada no período de maior registro de sua diminuição recente (2003-2008), pode-se inferir que em 2016 o Brasil terá superado a miséria e diminuído a 4% a taxa nacional de pobreza absoluta (IPEA, 2010, p.11).

No contexto brasileiro, Silva e Guimarães (2010) afirmam que a retomada do crescimento econômico tem promovido a inserção de uma parcela de trabalhadores no mercado de trabalho, mas o maior desafio tem sido o enfrentamento do desemprego e das desigualdades sociais na vida da população, pois:

[...] Aumentou a procura por trabalhadores qualificados, mas a maioria das pessoas que se oferecem para suprir as vagas de emprego disponíveis não possui aptidões que o mercado de trabalho requer. Isso ocorre, em primeiro lugar, porque a demanda de força de trabalho apresentada pelo mercado de trabalho parte das necessidades do processo produtivo e as aptidões que os trabalhadores possuem são, na essência, secundárias (SILVA; GUIMARÃES, 2010, p. 158).

Embora o discurso da qualificação insuficiente do trabalhador não possa ser contestado, cabe reforçar que a própria cultura em que grande parte dos trabalhadores brasileiros está inserida deixa de propiciar condições para que os mesmos possam buscar os meios para elevar suas condições de empregabilidade, na medida em que se percebe que a qualificação abre um leque de possibilidades para a conquista de novas oportunidades de trabalho.

Para Santos (2004), é necessário compreender que tudo isso resulta da adoção de um modelo socioeconômico capitalista selvagem que não traz oportunidades sociais para todas as pessoas. Implica, sim, acumulação e o privilégio de uma minoria em detrimento da maioria.

Assim, de acordo com Castel (1998, *apud* SILVA; GUIMARÃES, 2010), a contemporaneidade tem revelado que as alternativas ao desemprego estrutural têm se voltado a reforçar a renda e não o trabalho, como elemento central na vida social das famílias. O trabalhador, no entanto, permanece como referência dominante não só economicamente, mas psicológica, cultural e simbolicamente, fato que se comprova pelas reações daqueles que não têm trabalho, que vivenciam cotidianamente o flagelo do desemprego, do não trabalho, do não labor.

Castel (2001, p. 568-569) postula que:

A exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas: antigos trabalhadores se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, populações mal escolarizadas, mal alojadas, mal cuidadas, mal consideradas etc.

A composição destes novos grupamentos humanos caracteriza o cerne da desigualdade que se tornou uma marca constante na sociedade brasileira, como fruto, em grande parte, deste processo pernicioso de exclusão social. Trata-se, assim, de discutir não a natureza das relações sociais que se formam pelas distintas posições dos desempregados, da população não escolarizada, mas dos meios de enfrentamento destas condições e das formas pelos quais se pode reverter a amplitude das desigualdades existentes no país.

De acordo com Singer (2001), a crise de desemprego se manifesta no Brasil por aumento do desemprego “aberto”, isto é, da proporção de pessoas que

não exercem outra atividade que a de ativamente procurar trabalho. Estas pessoas em geral pertencem a famílias cuja subsistência está assegurada por reservas ou por outro membro, que está ocupado. O referido autor complementa que os pobres raramente podem se dar ao luxo de ficarem “desempregados”. Os pobres ficam “parados” quando a procura por seus serviços cessa, mas eles não podem permanecer nesta situação muito tempo. Se não conseguem ganhar a vida na linha de atividade a que vinham se dedicando, mudam de atividade no intuito de garantir a própria subsistência.

Destaca-se, portanto, diante dessa situação de precariedade em relação ao mundo do trabalho a análise de Soares (2003, p. 60-61):

[...] o trabalho se torna uma coisa rara, desejável a qualquer preço, submetendo os trabalhadores aos empregadores e estes, como se pode ver todos os dias, usam e abusam do poder que assim lhes é dado. A concorrência pelo trabalho é acompanhada por uma concorrência no trabalho, que é ainda uma forma de concorrência pelo trabalho, que é preciso conservar, custe o que custar, contra a chantagem da demissão. Essa concorrência, às vezes tão selvagem quanto a praticada pelas empresas, está na raiz de uma verdadeira luta de todos contra todos, destruidora de todos os valores da sociedade e de humanidade e, às vezes, de uma violência sem rodeios.

Ainda nesse contexto, Campos *et. al.* (2003, p. 29) postulam que:

[...] a exclusão social pôde ser originalmente identificada à situação de *não ter*. Ou seja, não ter acesso à terra para produzir o necessário, não ter trabalho, não ter renda suficiente para atender às necessidades básicas e assim por diante. A exclusão social, todavia, resultaria de um processo mais amplo e complexo no tempo, que vai para além da situação singela de *não ter*. Trata-se, na realidade, dos estrangimentos do *ter*, o que torna o fenômeno da exclusão social uma temática do *ser* muito mais do que simplesmente *ter*. Assim, a exclusão social assume características de natureza política e econômica, fazendo com que alguns segmentos sociais sejam algo *porque têm*, enquanto outros não sejam *porque não têm* e, possivelmente, jamais serão, pois nunca terão. Em síntese, as raízes da exclusão social encontram-se inseridas nos problemas gerais da sociedade (*grifos dos autores*).

Uma vez que essa exclusão acontece, pois favorece as classes e ideologias dominantes e ignora a maioria da população, que tem reduzida a sua participação nesse processo, são necessárias discussões de novas estratégias e

ações públicas nacionais, bem como por parte dos governos locais, que visem reforçar a sua capacidade de governabilidade, estimulando o desenvolvimento econômico e social nos municípios.

Para tanto, o aumento das mudanças provocadas pelo empobrecimento de parte dos desempregados, sobretudo os que ficam por longos períodos sem trabalho, agrava a concorrência nos mercados informais, em que os pobres oferecem seus serviços. São pessoas que não têm escolaridade, profissionalização ou incentivo, portanto, o que falta a eles é oportunidade.

Porém, segundo Pochmann (2010, p. 49):

O compromisso político em torno da retomada do emprego nacional, aliado aos esforços de melhor repartição da renda nacional, especialmente para os segmentos populacionais mais vulneráveis, constituíram as principais referências de enfrentamento da condição de pobreza e da desigualdade de renda. A capacidade da economia nacional de gerar emprego se mostrou suficiente para absorver os trabalhadores ingressantes e parte dos que se encontravam desempregados, assim como as políticas de proteção social e trabalhista se apresentaram mais efetivas e eficazes no enfrentamento das mazelas sociais.

Embora o autor postule que a economia nacional nos últimos anos tenha se recuperado em termos de geração de novos empregos, tal fato não se mostra suficiente para reverter as condições de desemprego que ainda afligem um grande contingente de sujeitos e, de forma ainda mais contundente, as desigualdades continuam impactando a população menos favorecida.

Nesse contexto a naturalização da pobreza foi incorporada à cultura contemporânea fazendo acreditar-se que se trata de algo inevitável (SANTOS, 2010). Transfere-se a culpa para o plano individual, argumentando-se que a miséria é decorrente da falta de esforço, do comodismo ou da preguiça de boa parte da população, alegando-se, ainda, “que cada um tem o que merece”. Assim, ao responsabilizar o pobre pela sua condição adversa, escamoteiam-se os problemas estruturais crônicos da sociedade.

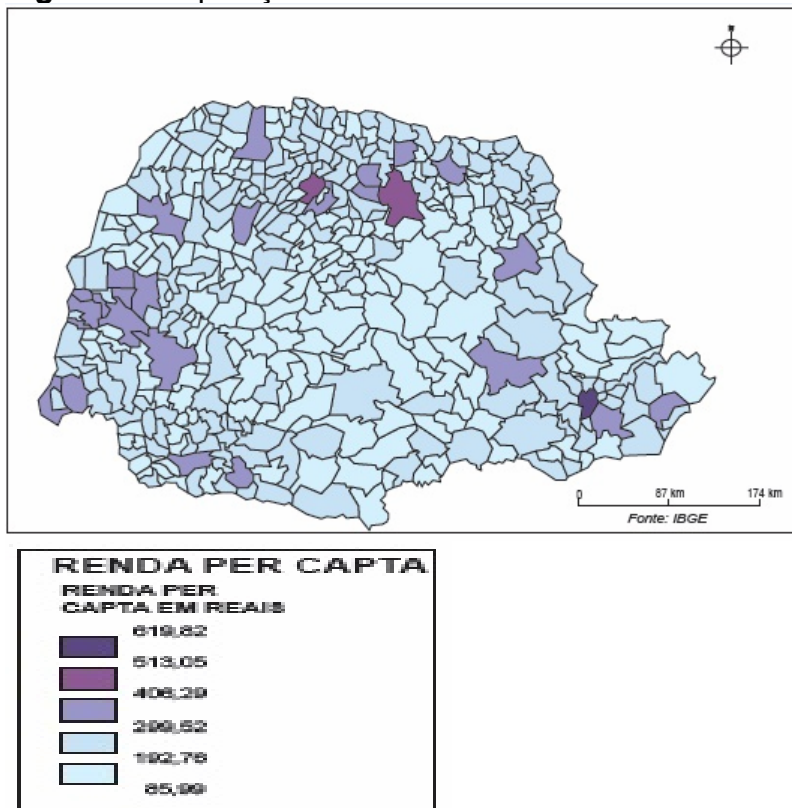
A par destas considerações, a pobreza no mundo atual é um assunto que vem atraindo cada vez mais a atenção de todos, pois aumentam continuamente as parcelas da população excluída socialmente. Na economia brasileira, o problema da pobreza é estrutural e se agrava, tendo em vista que a pobreza é fruto mais da desigualdade na distribuição de renda do que da falta de

recursos. Considera-se como a nova pobreza àquela composta por jovens desempregados, idosos que não conseguem mais emprego e pelas mulheres que se encontram fora do mercado de trabalho.

Embora sem a pretensão de esgotar o assunto da pobreza e da exclusão social – cuja análise resultaria em outro trabalho – pretende-se, a seguir, apresentar os dados referentes à territorialização da pobreza no Paraná.

Em primeiro plano, deve-se apontar que a situação do Paraná, não se mostra tão crítica, uma vez que se verifica que no Estado prevalece a renda *per capita* entre de R\$ 85,99 e R\$192,76, conforme aponta a Figura 2.

Figura 2 - População e renda do Paraná



Fonte: BARROS et. al.(2008, p. 44)

Contudo, ao se visualizar espacialmente este indicador é possível verificar a desigualdade da sua distribuição, pois se destacam os municípios de Curitiba, Londrina e Maringá, com, respectivamente R\$619,82 e R\$513,05, sinalizando as maiores rendas do Estado, ou seja, as maiores rendas se concentram em três municípios. Observa-se que no nível intermediário, com renda de R\$299,52, situam-se municípios como Arapongas e Apucarana, próximos a Londrina; Marialva,

vizinho de Maringá; Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon, no Oeste; e Foz de Iguaçu. Esta aproximação nos níveis de renda mais elevados pode ser atribuída ao grau de desenvolvimento dos polos em que se concentram tais municípios. A Figura 2 revela as desigualdades na distribuição da renda no território paranaense, uma vez que fica concentrada nos recortes espaciais citados anteriormente.

Pode-se apontar, diante da análise expressa pela Figura 2 que não foram registradas situações de extrema pobreza no estado do Paraná, a qual implica, segundo classificação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, uma renda *per capita* inferior a R\$ 70,00, enquanto a linha de pobreza varia de R\$ 70,01 a R\$ 140,00.

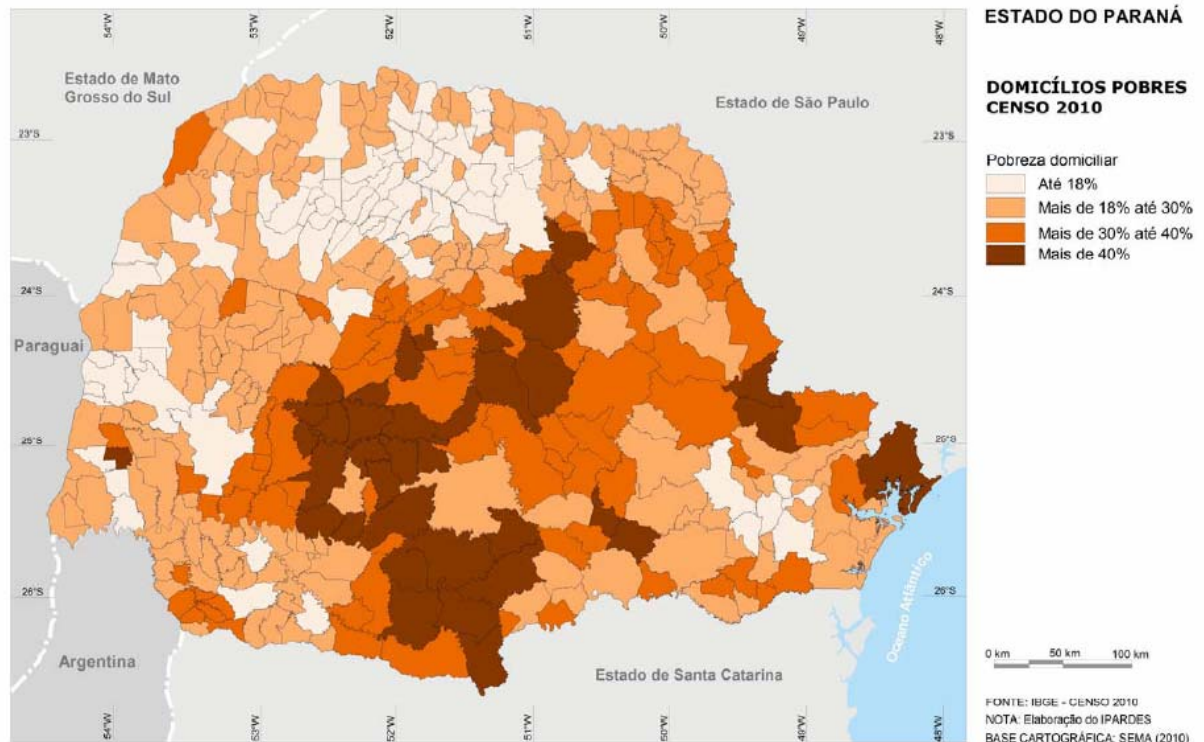
Trazendo novas informações para análise, Souza e Nazareno (2011, p. 2) explanam que:

No Paraná, verifica-se que, em termos absolutos, as regiões mais populosas detêm os maiores contingentes de domicílios pobres, ressaltando-se a influência da escala demográfica na variável em estudo. Tanto é assim que três mesorregiões paranaenses, em 2010, concentraram mais da metade dos domicílios pobres: “Metropolitana de Curitiba”, que abrange também o litoral; “Norte Central”, onde estão localizados Londrina e Maringá; e “Oeste”, que tem como polos Cascavel e Foz do Iguaçu.

Nas Mesorregiões citadas são expressas com maior clareza as desigualdades em termos de números de domicílios pobres, pois quando se constata que Curitiba possui a maior renda per capita do estado do Paraná e em seu redor se concentra mais da metade de domicílios pobres, a desigualdade no que diz respeito às contradições entre pobreza e a concentração de renda fica evidente no território.

Para complementar a análise da espacialidade da pobreza no Estado apresenta-se a Figura 3, na qual se pode observar com maior clareza a espacialidade dos dados referentes a distribuição dos domicílios pobres no Paraná, no ano de 2010.

Figura 3 - Domicílios Pobres no Estado do Paraná - 2010



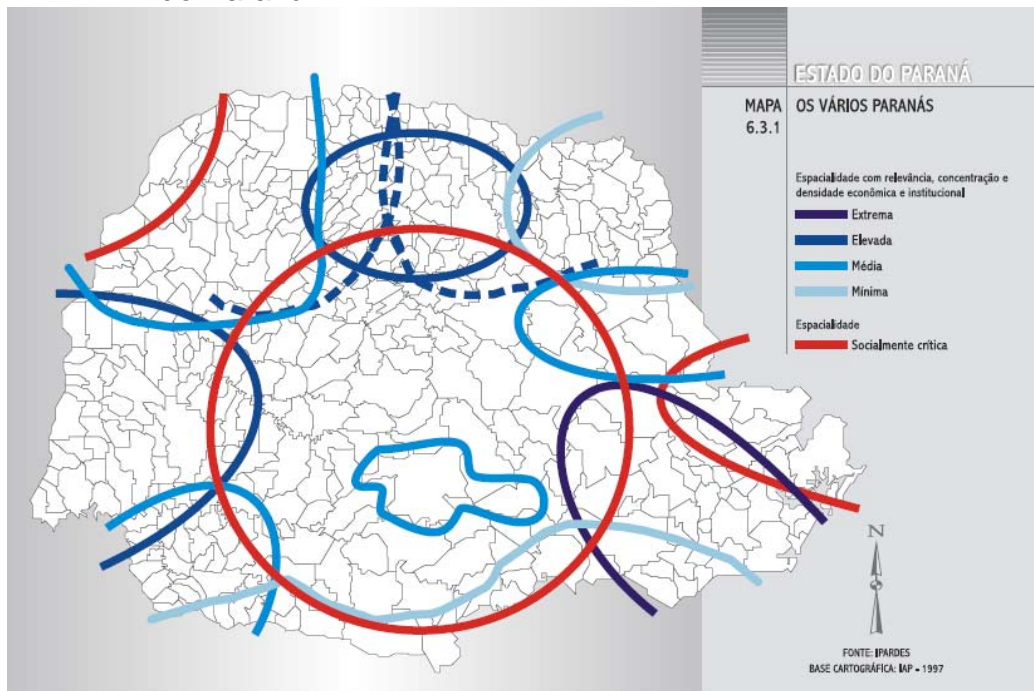
Fonte: Souza e Nazareno (2011, p. 4)

Uma vez localizadas as áreas em que se comprovam as taxas mais alarmantes de domicílios pobres, importa avaliar os processos que geram ou intensificam as condições de pobreza e, por consequência, a vulnerabilidade social, considerando-se, ainda, as diversidades e heterogeneidades regionais.

Estudo realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2006) caracterizou o Paraná como um cenário de concentração econômica, demográfica e dos ativos institucionais; grande desigualdade entre as diferentes porções de seu território, algumas com agravos sociais relevantes, mesmo nas porções com os melhores desempenhos econômicos e institucionais.

A par desta constatação, foram estabelecidas quatro categorias de espacialidades com diferentes graus de relevância econômica e uma categoria de espacialidade socialmente crítica, conforme Figura 4.

Figura 4 - Representação do desenvolvimento geograficamente desigual do estado do Paraná



Fonte: IPARDES (2006, p. 77)

Antonello (2011, p. 7) explica que “[...] as espacialidades são a expressão da divisão social do trabalho materializada no território e corrobora a lógica contraditória do capital de inclusão e exclusão de recortes espaciais no processo de territorialização do capital que tem como cariz a desigualdade”.

A autora explicita que as espacialidades identificadas no estudo do IPARDES se apresentam da seguinte forma:

[...] no grau muito alto se inserem 5 municípios: Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu e São José dos Pinhais, sendo que este último faz parte da aglomeração metropolitana de Curitiba, portanto, levando em conta este fato se têm 4 municípios que são considerados como núcleos que possibilitam a dinâmica econômica, o desenvolvimento de conhecimento técnico-científico e desempenham funções urbanas complexas. Enquanto que 82 municípios se enquadram no grau de baixa relevância, ou seja, dentre eles 42 apresentam posição econômica baixa, 49 possuem um grau de infraestrutura técnico-científica baixa e nenhum exerce a função de centralidade na rede urbana. (ANTONELLO, 2011, p. 8).

Sem nos determos mais nesta questão, cabe acrescentar, contudo, que a análise da autora aponta que 321 municípios paranaenses apresentam um grau baixíssimo dos indicadores sociais, tal fato demonstra que as desigualdades

são evidentes e que é necessário, por parte da administração pública e da sociedade organizada, que sejam realizados esforços no sentido de promover ações de enfrentamento a esta realidade, ou seja, se elaborar e colocar políticas públicas voltadas para esta realidade.

A partir da reflexão sobre a territorialização da pobreza no estado do Paraná, volta-se a presente análise para recorte espacial desta pesquisa, ou seja, o município de Londrina. Dessa forma, o intuito é avaliar as condições socioeconômicas e espaciais da pobreza no município.

Para adentrar na realidade atual de Londrina, primeiramente faremos uma pequena contextualização histórica da sua formação. Assim, a criação do município de Londrina remete ao ano de 1929, quando a localidade era conhecida como Patrimônio Três Bocas, pertencente ao distrito de Jataí. Em uma viagem exploratória, foi criado o primeiro núcleo da Companhia de Terras do Norte do Paraná. A criação efetiva do município ocorreu cinco anos mais tarde pelo Decreto Estadual nº 2519, no dia 10 de dezembro de 1934, quando foi instalado o município e empossado o primeiro prefeito (FRESCA, 2002).

Ainda segundo esta autora, ao longo da década de 1930, a cidade de Londrina estava em plena construção, os desmatamentos se sucediam, as ruas estavam sendo abertas e as primeiras casas eram construídas. O desenvolvimento da cidade foi influenciado pelo planejamento original da colonizadora e por forças dimensionadas pelo preço a ser pago pelos terrenos urbanos (FRESCA, 2002).

Ao fazer uma análise do desenvolvimento do município, Martins (2007) reforça que o crescimento da malha urbana foi diretamente orientado pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) com forte atuação no mercado imobiliário, sendo o zoneamento definido pelos preços diferenciados dos terrenos.

O fluxo populacional na direção do norte do Paraná inicialmente fez parte da frente demográfica relacionada à frente pioneira e associada à venda de pequenas propriedades rurais e à cafeicultura, sendo os primeiros colonizadores migrantes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e da região Nordeste. Destacaram-se também os imigrantes italianos, alemães e japoneses, dentre outras nacionalidades, que povoaram as terras paranaenses, atraídos pelas condições oferecidas na região e pelas adversidades que enfrentavam em sua terra de origem, no período pós-guerra (MARTINS, 2007).

Além do atrativo utilizado na propaganda da colonizadora da existência de solos férteis, caracterizado pela terra roxa, a nova área tinha como atrativos a criação de infraestrutura de transporte com ligação com o estado de São Paulo.

No início do século XX, o norte do Estado do Paraná estava ocupado somente até a margem leste do rio Tibagi. Uma gigantesca área localizada entre os rios Tibagi, Ivaí e Paraná foi adquirida pela Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP, subsidiária brasileira da empresa inglesa Paraná Plantations Co. Com sede em Londres, que a convite do Governo Brasileiro no período do então presidente da República, Arthur Bernardes, instalou-se na porção norte do Estado com a finalidade de realizar um importante empreendimento fundiário das terras (MARTINS, 2007, p.51).

As condições cruciais para fazer avançar a ocupação do norte do Paraná, estabelecidas pela CTNP, estavam articuladas à aquisição das terras pelos ex-colonos e a interferência do Estado no sentido de garantir a continuidade e produção do café. As cidades criadas pela CTNP, bem como a infraestrutura necessária com destaque ao sistema de transporte mediante a associação entre estradas e ferrovias abertas contribuíram de forma significativa para este processo de ocupação (FRESCA, 2000). Nesse contexto:

Londrina, já nos anos 50, emergiu no cenário nacional como importante cidade do interior do Brasil. Nesse período, apresentou considerada expansão urbana, em razão da produção cafeeira no norte do Paraná, em especial na cidade de Londrina, o que levou à intensificação do setor primário de toda região. Nessa década, a população passou de 20.000 para 75.000 habitantes, sendo que quase metade se encontrava na área rural (LONDRINA, 2011, p. 4).

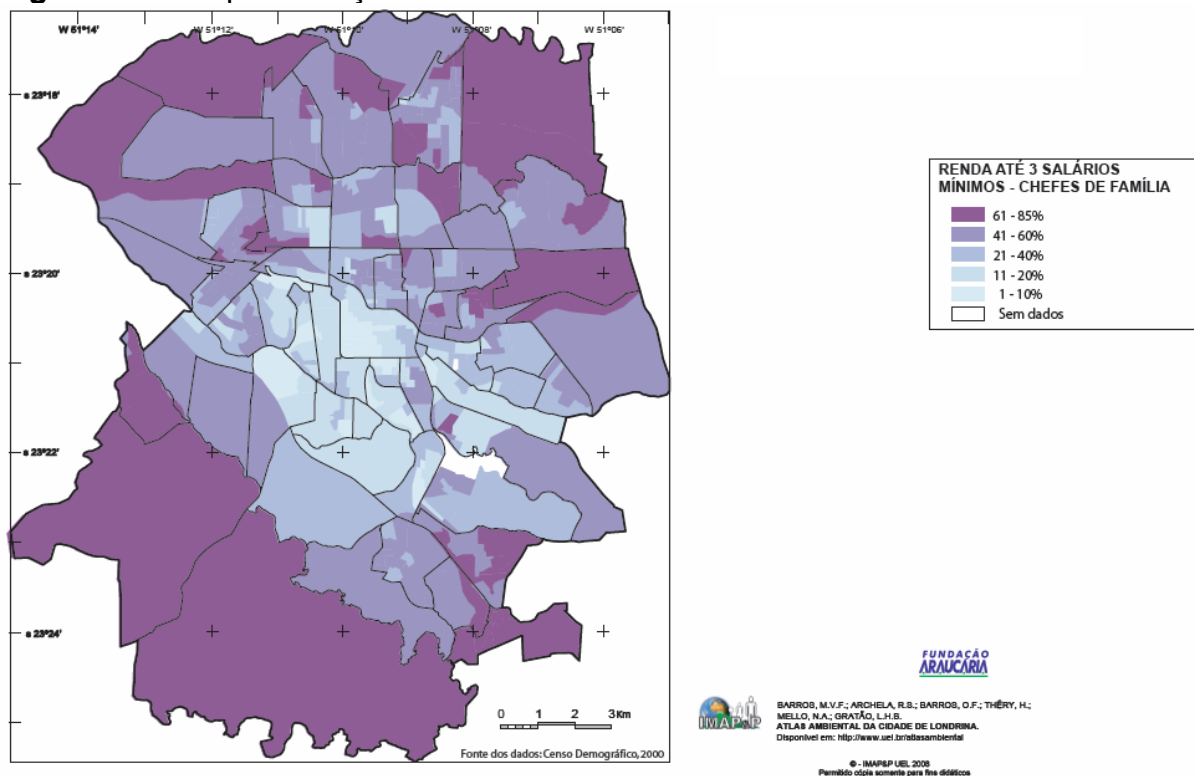
A expansão da cidade de Londrina, a partir de 1970, pode ser considerada um processo complexo e de grandes proporções, uma vez que a que recebeu migrantes de outras cidades paranaense, assim Londrina atingiu no ano 2009 a marca de 510.707 habitantes, mantendo-se na posição de terceira maior cidade da Região Sul do Brasil, precedida apenas por Porto Alegre e Curitiba, ambas capitais (IBGE, 2010).

Na Figura 5 pode ser observada a localização do município de Londrina no estado do Paraná, de acordo com sua divisão em mesorregiões.

município residia na zona rural, tendo este percentual diminuído ainda mais em 2010, para 2,60%.

Ao se voltar novamente para a análise da renda da população sob a dimensão local, pode parecer contraditória a situação do município de Londrina como um dos que detêm a maior renda *per capita* do Estado, como destacado anteriormente. Ocorre, no entanto, uma disparidade de renda interna no município, ou seja, a discrepância entre ricos e pobres se acentua na medida em que se avalia que o município apresenta, ao mesmo tempo patamares elevados de renda com persistência de bolsões de miséria, os quais podem ser visualizados na Figura 6.

Figura 6 - Espacialização da renda dos chefes de famílias na cidade de Londrina



Fonte: BARROS et. al.(2008, p. 131)

Tendo como referência a classificação realizada pelos autores (BARROS et. al. 2008), que consideraram a predominância da renda de chefes de família igual ou menor que três salários mínimos. Assim, nas áreas com os tons mais escuros da Figura 6, situam-se entre 61 a 85% de famílias cujos chefes têm renda nesta faixa. Se observarmos com maior atenção estas áreas, verifica-se que se trata de bairros periféricos, nos quais a pobreza é revelada não apenas pelas condições

de moradia e falta de oportunidades de emprego, mas pela falta das condições essenciais de subsistência.

Em posição complementar a estes dados, uma reportagem vinculada no jornal Folha de Londrina revelou que na cidade de Londrina existem 58.732 pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Dentro desse contingente, 6,97% da população, não possui renda ou consegue no máximo R\$ 60,00 de rendimento mensal, valor insuficiente para suprir as necessidades básicas diárias (AVANSIN; GUERIN, 2010). Como base nesta informação, cabe voltar à afirmativa colocada anteriormente de que não foi identificada condição de extrema pobreza no estado do Paraná, tendo em vista a classificação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, a qual considera uma renda *per capita* inferior a R\$ 70,00, enquanto a linha de pobreza varia de R\$ 70,01 a R\$ 140,00, ou seja, a pesquisa dos autores revelam que em Londrina existem uma população vivendo abaixo da linha de pobreza.

Ao se observar a evolução da trajetória econômica de Londrina, que foi o principal polo produtor de café nos anos 50 e 60, do século XX, ela passou por profundas transformações após o declínio dessa atividade. Logo após, houve diversificação de atividades agrícolas, concomitantemente em que as principais cidades próximas a Londrina conseguiram alavancar o processo de industrialização.

Porém, Londrina sofre com o êxodo rural provocado pela crise de erradicação do café e a consequente diversificação e mecanização da agricultura na segunda metade da década de 1970, e também, pela crise econômica nacional nos anos 1980 e 1990. A consequência foi que milhares de trabalhadores liberados pelo campo, sem qualificação profissional e baixo nível de escolaridade, ocasionaram o surgimento de inúmeras habitações irregulares e um alto percentual de pobreza das famílias londrinenses.

A Tabela 2 apresenta o número de domicílios pobres em Londrina, também no decênio 2000/2010.

Tabela 2 - Domicílios pobres – Londrina - 2000/2010

2000			2010		
Abs.	%	Total de domicílios	Abs.	%	Total de domicílios
25.775	20,2	127.701	19.974	12,1	164.917

Fonte: Adaptado de Souza e Nazareno (2011, p. 8)

Em relação aos dados constantes da Tabela 2, verifica-se que houve a diminuição do número de domicílios pobres no período compreendido entre 2000 e 2010, quando se percebe que o percentual teve um decréscimo de 8,1%, passando de 20.2% para 12,1%. Em contrapartida, destaca-se o aumento no número total de domicílios.

Cabe acrescentar que a relação entre pobreza e trabalho não se encontra restrita às dificuldades de inserção no mercado de trabalho, expressa pelo desemprego ou pela inatividade, mas se evidencia de maneira ainda mais destacada quando se analisam as características da ocupação.

A elevada taxa de desemprego pode estar associada a uma situação ainda mais crítica quando, apesar da disponibilidade por parte das pessoas, as tentativas de encontrar emprego são mal sucedidas.

Dadas as condições avaliadas neste capítulo, importa – na sequência deste estudo – promover uma reflexão sobre as políticas públicas e seu papel na atual conjuntura do país.

2 REFLEXÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: SEU PAPEL DE INTERVENÇÃO SOCIOESPACIAL NO BRASIL

Neste capítulo, discorreremos sobre as políticas públicas e sua importância na estruturação de novos contornos sociais, na medida em que se voltam para as condições de superação das dificuldades vivenciadas por um grande contingente da população que se encontra mais diretamente afetado pelos fenômenos de precarização do trabalho, pobreza e exclusão social.

O cenário de instabilidade e precariedade no mundo do trabalho, apresentado anteriormente, passou a exigir ações dos governos que viessem ao encontro às necessidades criadas pela reestruturação produtiva do capital, particularmente as vinculadas à manutenção da classe trabalhadora. Dessa forma, torna-se fundamental destacar como se constitui a intervenção do Estado, aqui na forma de Políticas Públicas.

Deve-se ponderar que o homem, atuando sobre determinado espaço, imprime nele suas marcas e sofre também as influências de suas ações, dos fatores externos e das pressões de um mercado que não se mantém atrelado a uma área restrita, mas se estende para fronteiras cada vez mais amplas.

Santos afirma que:

[...] quando a constituição do território é um dado essencial na produção da história, nesta era da globalização, também não basta proclamar que o espaço geográfico existe como um dado inseparável do resto da vida social. Lugares e regiões tornam-se tão fundamentais para explicar a produção, o comércio, a política, que se tornou impossível deixar de reconhecer o seu papel na elaboração do destino dos países e do mundo. O espaço geográfico torna-se algo dotado de grande autonomia no processo histórico, e é exatamente esse fato – essa maturidade histórica – que leva a uma reafirmação da geografia no rol dos saberes (*apud* ARROYO, 2006, p. 480).

Cabe aqui buscar a compreensão acerca do espaço no qual estamos inseridos, que vai muito além do espaço físico, abrangendo também questões referentes à diversidade regional, geográfica, cultural, econômica, social, política do país.

Segundo Sposati (2008), o Brasil tem alta densidade populacional em seus 5.564 municípios e, considerando a sua heterogeneidade e desigualdades

entre suas regiões, é urgente e necessário pensar as ações das Políticas Sociais na perspectiva socioterritorial.

[...] não é um terreno no sentido de uma dimensão de terra. Território é dinâmica, pois para além da topografia natural, constitui uma 'topografia social' decorrente das relações entre os que nele vivem e suas relações com os que vivem em outros territórios. Território não é gueto, apartação, ele é mobilidade. Por isso discutir medidas de um território é assunto bem mais complexo de que definir sua área com densidade. Implica considerar o conjunto de forças e dinâmicas que nele operam (SPOSATI, 2008, p. 9).

Quando a autora menciona a mobilidade que caracteriza o território, deixa clara a complexidade que compõe esta categoria de análise geográfica, na medida em que nele atuam forças e dinâmicas resultantes dos diferentes arranjos sociais, políticos e culturais que compõem a sociedade de forma geral.

Do mesmo modo, tais diferenças determinam uma gama de relações, que integram a vida cotidiana em um determinado local ou território. Assim, os valores e princípios enraizados de uma determinada dinâmica conduzem a padrões de comportamentos com regras próprias. Importa, assim, considerar que “[...] a territorialidade se faz pelos significados e ressignificações que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida em dado território” (KOGA, 2003, p. 38).

Dessa forma, como conclui Arroyo (2006, p. 493), é preciso repensar o espaço em uma sociedade multifacetada no valor, no trabalho, no híbrido, na diferença.

E há que começar pela reinvenção dos métodos e das representações geográficas (da própria *geo-grafia*, como forma de representação). Na sociedade pluralizada, onde a economia política do espaço vira o espaço político da economia que acumula sobre a diferença, a regulação espacial deve falar a linguagem da diferença e do híbrido. Idem as representações. Como se explica (ou se visualiza), então, este momento histórico a partir das mudanças que também experimenta o espaço geográfico?

Em resposta à indagação acima, depreende-se que o momento histórico em que vivemos vem sendo fortemente impactado por inúmeras transformações, também no que concerne às instituições públicas, as quais, no entendimento de Souza (2004), estão passando desde a promulgação da

Constituição de 1988, por profundas modificações que criaram novas institucionalidades, principalmente na esfera local, resultado de compromissos gerados durante o processo de redemocratização.

Ainda se reforça a necessidade de considerar o espaço geográfico como lócus de todo um processo de redimensionamento do fazer humano como produto de transformação da realidade posta.

Ao repensar a importância do território para compreender as transformações que ocorrem nesse contexto, busca-se em Koga (2003) a análise acerca da relevância do território para o engendramento das políticas públicas. De forma esclarecedora, Koga (2003, p. 33) concebe a cidade como “[...] território múltiplo, como o chão concreto das políticas, a raiz dos números e a realidade da vida coletiva”.

A autora argumenta ainda que as políticas públicas em geral tendem a homogeneizar as ações, sem considerar as particularidades e a dinâmica peculiar de cada realidade. Nessa dimensão, o espaço não se constitui apenas uma área fria, estática, mas afigura-se como um elemento efetivo para análise, móvel, rico em detalhes (KOGA, 2003).

Nessa maneira de conceber o espaço, fica claro, ainda no entendimento de Koga (2003), que as políticas sociais, inseridas em um cenário cada vez mais afetado por dinâmicas complexas, devem ser espacializadas tornando-se fundamental uma análise mais territorial, com elementos e instrumentos capazes de apontar a direção mais adequada para determinadas ações em determinados espaços sociais.

Dessa forma, Koga e Nakano (2006, p. 99) afirmam que:

É importante ressaltar que o território não é mero receptáculo dos processos de constituição dessas diferenças e desigualdades. O território brasileiro é constitutivo desses processos e atua na potencialização ou não das diferenças, no aprofundamento ou não das desigualdades. O território é elemento que atua com outros agentes na produção social de realidades coletivas. A grandiosidade do território pode constituir processos emancipatórios, mas pode atuar também na mesquinhez de preconceitos e apartações sociais que provocam erosões nos padrões de civilidade. Incorporar a perspectiva territorial na formulação, na implementação, no monitoramento, na avaliação e na revisão de políticas públicas implica necessariamente manejar as potencialidade ativas dos territórios na constituição de processos e relações sociais e de poder.

Nesse contexto de transformação no mundo do trabalho, principalmente, a dinâmica produtiva que fomenta a precarização das relações de trabalho e, conseqüentemente, a exclusão de uma grande parte da população de ter acesso a qualidade de vida faz-se necessário destacar a importância do território para ampliar a compreensão sobre as transformações que impactam nas relações de trabalho e os modos de produção, por conseguinte no território.

De acordo com Nishimura (2005), a pobreza e a realidade vivida no mundo contemporâneo de falta de emprego atingem cada vez mais parcelas crescentes da população e fazem com que formas alternativas de sobrevivência sejam encontradas. Para Castel (2001), esta situação de desemprego e da precarização das relações de trabalho é que resultam em exclusão social. Segundo o autor:

[...] A presença, aparentemente cada vez mais insistente, de indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios à margem do trabalho e nas fronteiras das formas de troca socialmente consagradas – desempregados por período longo, moradores dos subúrbios pobres, [...] vítimas das readaptações industriais, jovens à procura de emprego e que passam de estágio a estágio, de pequeno trabalho à ocupação provisória... [...] (CASTEL, 2001, p. 23).

Reforça-se a posição de Castel (2001) no que diz respeito à incidência da situação de flutuação em que se encontram jovens e adultos despojados de sua própria posição da sociedade – trazida pelo potencial de empregabilidade.

No intuito de estruturar uma sociedade mais equilibrada e justa, o Estado é um elemento essencial, pois cria malhas de proteção social, visando garantir a seguridade social, para qualquer cidadão, independente de sua capacidade de contribuição. Dessa forma, os dados socioeconômicos servem de base para elaboração e execução de projetos de inclusão social, por meio de políticas públicas, que priorizem quem sempre foi excluído do desenvolvimento. Assim pode-se efetivar a construção de um país mais justo socialmente, uma vez que no conjunto da população existem empreendimentos (produção familiar, micro-empresendimentos, cooperativas entre outros) que dependem constantemente dos mecanismos de proteção social e de garantias de renda.

Nesse sentido, salienta-se a definição de política pública de Costa (2010, p. 143 - 144):

Entendemos por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos. São ações que evoluem como questões de liberdade e igualdade, ao direito à satisfação das necessidades básicas, como saúde, educação, habitação, emprego, acesso à terra, meio ambiente, transporte etc.

Para a autora, as políticas públicas devem focar, com absoluta prioridade, a tomada de decisões que envolvam ações voltadas para a liberdade e igualdade dos sujeitos, no atendimento aos direitos essenciais dos cidadãos.

Nesse sentido, Viana (2008, p. 68) afirma que:

[...] um Estado existe em função de um interesse maior, da própria sociedade, e será a expressão daquilo que cada sociedade almeja. Nesse sentido, falar de política pública é falar de Estado, é falar de pacto social, de interesses e também de poderes, visto que, atrás de todo interesse há o poder. Falar de política pública é falar do Estado em ação, do processo de construção de uma ação governamental para um setor, o que envolve recursos, atores, arenas, ideias e negociação.

Nesse contexto, Bucci (2002) pondera que as políticas públicas representam um conjunto de programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados.

Já no entendimento de Baptista e Peixoto (1999), o termo políticas públicas refere-se a um conjunto de decisões formalizadas sobre um assunto de interesse coletivo, que é considerado importante e prioritário para o desenvolvimento social. É a expressão formalizada de diversos interesses processados. As políticas públicas emanam do poder público que as formaliza, legitima e controla.

Do ponto de vista de Souza (2006), não existe uma única definição de política pública, embora em sua base esteja situado o governo como o *locus* no qual os embates se desenvolvem. Em diferentes abordagens, as definições de

políticas públicas assumem uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores.

Para esta mesma autora:

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 26).

Diante das considerações formuladas por Souza (2006), entende-se que as políticas públicas assumem posição de destaque na formulação de ações que devem ser propostas pelo governo, acompanhadas de análise dos resultados de tais ações e, quando necessário, da proposição de mudanças nos cursos das políticas implementadas.

Segundo Koga e Nakano (2006, p. 99), no Brasil, as políticas públicas se deparam com o desafio de:

[...] intervir para a democratização do poder público e a universalização dos direitos sociais básicos, bem como para reduzir as desigualdades socioterritoriais, sem perder os vínculos com as particularidades e diversidade locais. Tais particularidades territoriais, sociais, econômicas e culturais se expressam num imenso mosaico de lugares e contextos, habitados por pessoas que não vivem as plenas condições de cidadania.

Ao se considerar que o Estado tem um papel fundamental no bem estar da população, cabe ressaltar que a erradicação da pobreza tem que se tornar um objetivo nacional, visando conduzir a uma nova hierarquia de prioridades, em que as vantagens sociais se sobreponham às econômicas. Principalmente neste momento em que a condição da pobreza e a realidade vivenciada no mundo contemporâneo atingem cada vez mais parcelas crescentes da população e fazem com que formas alternativas de sobrevivência sejam encontradas.

Como defende Coraggio (2003, p. 90):

Isso amplia as vantagens de buscar outras formas de efetivar as capacidades das pessoas, competindo ou associando-se para ascender a meios e condições de vida através do trabalho comunitário, da produção simples de mercadorias em empreendimentos individuais, familiares ou cooperativos, das redes de coalizão do poder de compra para baratear os preços de meios de vida, da ocupação de espaços públicos e outras condições de vida do entrono, dos movimentos reivindicatórios frente ao Estado ou ao capital.

Necessita-se de um conjunto variado de políticas públicas do Estado que sejam direcionadas às camadas mais negligenciadas, visando melhorar a qualidade de vida da população. Esse conjunto de ações deve gravitar em torno de programas que garantam um nível mínimo de renda e que atenda as necessidades básicas da população, ou seja, infraestrutura, de saneamento básico, saúde, habitação, previdência social, incentivo ao cooperativismo popular, educação universalizada, integral e de qualidade, entre outras.

Face às várias definições apresentadas, verifica-se que a ação do Estado é expressa pelas políticas públicas, as quais permitem realizar intervenções sobre as dinâmicas econômicas e sociais, sobre os atores e instituições que constituem a nação.

Costa (2010, p. 144) ainda afirma que:

[...] a política pública compreende um elenco de ações e procedimentos que visam à resolução de problemas sociais em torno da alocação de bens e recursos públicos, destacando-se que os personagens envolvidos nestes conflitos são denominados atores políticos.

Na visão de Silva (2008), uma política pública é uma ação governamental em um setor da sociedade situado em determinado espaço geográfico. Afirma ainda que a política pública tem um público definido, isto é, empreendimentos ou organizações cuja situação é afetada pelas ações que, obrigatoriamente, têm objetivos a alcançar, particularmente, destacam-se as políticas públicas de cunho social.

Dessa forma, segundo informações do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA (2010, p. 76):

Do ponto de vista conceitual, a política social pode ser compreendida como tendo duas dimensões. A primeira envolve medidas de proteção social, destinadas a reduzir e mitigar riscos e vulnerabilidades a que qualquer indivíduo está exposto numa sociedade de mercado, tal como o de não poder prover o sustento próprio e o da família por meio do trabalho, seja por velhice, morte, doença ou desemprego. Assim, as políticas de proteção social compreendem aquelas referentes às áreas de previdência social, saúde e assistência social. A segunda vertente refere-se mais propriamente à ideia de promoção social, e diz respeito às ações destinadas a garantir a todos os indivíduos de uma população as mesmas oportunidades de acesso aos recursos e benefícios conquistados pela sociedade, em seu percurso histórico. Na interseção dessas duas dimensões, encontram-se os temas que vêm sendo incorporados mais recentemente à discussão sobre políticas sociais no Brasil. Entre eles, merecem destaque as questões da igualdade de gênero e da igualdade racial.

Na medida em que o Estado passa a ser eficiente na incorporação destas dimensões das políticas públicas, a ação estatal poderá maximizar os resultados tanto no que tange à proteção das pessoas vulneráveis quanto no que diz respeito a garantir iguais oportunidades para os diferentes segmentos populacionais.

Nessa direção é importante observar que no Brasil, as políticas públicas têm o desafio de intervir visando à universalização dos direitos sociais, bem como a diminuição das desigualdades socioespaciais. Segundo Silva *et. al.* (2007), as ações do Estado lhe permitem realizar intervenções sobre as dinâmicas econômicas e sociais, seus atores e instituições.

Portanto, compete ao poder local (municípios) juntamente como o ente estadual e federal intervir, com a elaboração e aplicação de políticas públicas continuadas que visem à melhoria da qualidade de vida da população, e cujas ações sejam voltadas para as necessidades básicas e buscando a promoção da integração ao mercado de trabalho, ou seja, objetivando o enfrentamento da pobreza.

Nesse sentido, no próximo tópico busca-se enfocar diretamente a política pública de geração de trabalho e renda, uma vez que refere diretamente ao cerne da presente pesquisa.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: ECONOMIA SOLIDÁRIA

Quando se aborda a importância de estabelecer políticas públicas, destaca-se a emergência daquelas voltadas para a geração e trabalho e renda. Esta

constatação pode ser corroborada pela análise realizada no primeiro capítulo deste estudo, quando pontuamos a questão da precarização do trabalho e suas consequências para uma parcela expressiva da população que está voltada para a informalidade ou foi duramente castigada pelo desemprego.

Portanto, para amenizar a questão do desemprego e oferecer oportunidades para aqueles que se encontram excluídos, faz-se necessário criar alternativas de reinserção na economia. Nessa mesma forma de pensamento, Costa (2010) sugere a proposição de políticas de geração de renda para a inclusão de indivíduos menos favorecidos, a fim de que exerçam sua cidadania com dignidade. Para tanto, urge considerar, nos mesmos patamares de importância, o emprego e a relação de trabalho autogestionário², isto é, diferente da relação patrão-empregado.

Diante do exposto, Borinelli et. al. (2012) colocam que a Política Pública de Economia Solidária é recente e ainda está em construção e em processo de implantação no Brasil.

Diante dessa perspectiva, a Economia Solidária surgiu como proposta para suprimir a desigualdade social. Sobre isso Singer afirma que:

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão “desregulamentada” das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia sintetizado na ideologia do socialismo (SINGER, 2005, p.83).

Segundo Gaiger (2003, p. 192), o surgimento do termo economia solidária ocorreu em 1990:

² Para Bitelman (2008 p. 26) a autogestão significa a administração feita democraticamente pelos próprios trabalhadores, com o livre acesso às informações importantes sobre a gestão do empreendimento, com transparência. A prática democrática pressupõe que as decisões sejam tomadas de forma coletiva, e que os rumos do empreendimento, assim como a organização do trabalho e todas as questões mais importantes, sejam decididas por todos. Já Leite (2007 p. 33) destaca que a autogestão é o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um coletivo. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo de estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais.

[...] a partir de uma série de atividades econômicas que apresentava como princípios básicos a cooperação, a autonomia e a gestão democrática, manifestando-se através grupos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas falidas recuperadas pelos trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, entre outros. Segundo os autores, estas atividades apresentam em comum a solidariedade em detrimento aos interesses individuais e ao ganho material, o que se revela por meio da socialização dos recursos produtivos e pela adoção de critérios igualitários.

No âmbito do sistema de informações, as políticas públicas de economia solidária são definidas como:

[...] aquelas ações, projetos ou programas que são desenvolvidos os realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal com o objetivo de fortalecimento da economia solidária. [...] As políticas de economia solidária possuem como beneficiários diretos trabalhadores (as) e/ou sócios (as) de empreendimentos econômicos solidários (EES), considerando-se tanto os que já estão constituídos quanto os que estão em processo de constituição (BRASIL, 2010, p.4).

Dados do IPEA (2010, p. 75) refletem que:

O enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais que caracterizam a estrutura social brasileira tem se realizado, nas últimas cinco décadas, segundo orientações distintas. Até os anos 1970, acreditava-se que tais problemas fossem dependentes do crescimento econômico e que, se este ocorresse a taxas razoáveis, a distribuição da riqueza e da renda se daria de forma automática. No entanto, ao longo do tempo essas expectativas não se confirmaram. Já ao final daquela década, o regime militar no poder percebia a necessidade de adotar medidas para estender alguns benefícios do crescimento a maiores segmentos da população e para aliviar os próprios efeitos perversos do crescimento sobre grupos mais vulneráveis. As políticas sociais ganharam, então, um pouco mais de densidade, ainda que de forma discreta e restrita. É apenas no contexto da redemocratização do país – e com a promulgação da nova Constituição, em 1988 – que tais políticas adquirem maior legitimidade e penetração na própria agenda governamental.

Ao visar a garantia de trabalho e a renda para um número ampliado de brasileiros, encontra-se em construção no Brasil o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), traduzido como um conjunto de programas de governo dirigidos ao mercado de trabalho nacional, tendo em vista os seguintes objetivos:

- i)* combater os efeitos do desemprego (por intermédio de transferências monetárias como as previstas no seguro-desemprego);
- ii)* requalificar a mão de obra e reinseri-la no mercado (via programas de qualificação profissional e de intermediação de mão de obra); e
- iii)* estimular ou induzir a geração de novos postos de trabalho por meio da concessão de crédito facilitado (IPEA, 2010, p. 83).

Embora o Sistema ainda não tenha sido implementado em sua totalidade, as bases que o sustentam mostram-se sólidas e promissoras, na medida em que as políticas previstas possuem uma fonte de financiamento estável, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Em relação à política pública de geração de trabalho e renda salienta-se a importância da Economia Solidária, como elucidam Silva e Guimarães (2010, p. 165):

Tratando-se da geração de trabalho e renda, a emancipação avança nos empreendimentos de economia solidária na medida em que estes deixam de se constituir apenas como formas de enfrentamento da pobreza e se tornam meios e formas de enfrentamento das expressões da questão social que é própria da sociedade capitalista. Seja pela via das ações estatais com ou sem a participação da sociedade civil, a efetivação dos direitos sociais na atualidade requer a emancipação na sociedade da informação e do conhecimento com políticas de geração de trabalho e renda que contemplem a inserção destas categorias-chave nos processos de sociabilidade da população.

Nesse contexto, cabe ressaltar que nos últimos anos a Economia Solidária apresenta-se, como uma inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social, segundo informações declaradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em 2011. Inclui uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário (MTE, 2011).

Sob a óptica de Pitaguri (2010. P. 97) torna-se fundamental que:

[...] o Estado desenvolva políticas voltadas para o desenvolvimento da economia solidária, como parte das políticas de distribuição de renda e de inclusão social. Desigualdades e pobreza são fenômenos que requerem políticas e programas de combate às desigualdades. Enfrentar esse binômio representa um dos principais desafios da atualidade.

Dessa forma, Coraggio (2003) afirma que o Estado deve se direcionar para priorizar o apoio à economia solidária oferecendo: financiamento, crédito, incentivos fiscais, capacitação e formação continuadas e qualificação profissional e ainda desenvolver um sistema de controle de qualidade dos produtos.

No entanto, para Schwengber (2005, p.7):

[...] as políticas públicas de fomento à economia solidária no governo Lula buscaram resgatar a dívida histórica que a sociedade brasileira tem com os mais pobres e os excluídos, acolhendo uma reivindicação importante que surgiu da resistência do movimento social contra a tendência de aumento da exclusão social.

Todavia, para Barbosa (2007), observa-se uma contradição: se de um lado temos o Estado em sua fase neoliberal, que não apresenta compromisso com a universalização de direitos e com um programa de desenvolvimento econômico que seja capaz de inserir os trabalhadores no emprego formal. Por outro, dispõem de programas de inclusão, como o de economia solidária baseado no auto-emprego, para um conjunto de trabalhadores que terá muita dificuldade de manter seus empreendimentos sem o permanente apoio do Estado.

A questão colocada por Barbosa (2007) é fundamental para se pensar a totalidade da política pública voltada para geração de trabalho e renda, contudo a economia solidária se insere em uma perspectiva diferenciada, no sentido de pensar a geração de trabalho e renda em uma lógica diferente da relação capitalista de trabalho.

Nesse sentido, Gaiger (2003) destaca que na economia solidária há uma relação íntima entre a posse e o uso dos meios de produção, ou seja, a cooperação entre os trabalhadores. O autor define a economia solidária como uma *forma social de produção específica* que difere intrinsecamente da forma de produção capitalista. Assim, as práticas no campo da economia solidária são orientadas pelo compromisso com a sociedade e com a emancipação dos trabalhadores.

Nessa linha de defesa Arroyo (2006, p. 65) pontifica que pensar em Economia Solidária é pensar grande, a partir de uma estratégia aplicada ao local/e ou território, com o escopo de reverter à lógica da desigualdade, por meio de condutas humanas e éticas para um modelo de novo padrão civilizatório.

Entretanto, cabe salientar que não existe consenso na literatura quanto à definição sobre Economia Solidária. Por décadas, este tipo de atividade foi concebido como autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Contudo, em relação definição atual da Economia Solidária Lechat (2010) considera que a mesma envolve organismos produtores de bens e serviços, organizados em condições jurídicas distintas e nas quais a participação resulta da livre vontade dos sujeitos. Assim, o poder não tem por origem a detenção do capital e este, por sua vez, não fundamenta a aplicação dos lucros.

Nessa ordem de pensamento, por Economia Solidária entende-se um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta da lógica do mercado capitalista e da própria lógica do Estado. Trata-se de condições peculiares em que a economia é organizada a partir de fatores humanos, favorecendo as relações nas quais o laço é valorizado por meio da reciprocidade e adoção de formas comunitárias de propriedade.

Nessa perspectiva Pitaguari (2010, p.46) considera que a concepção de Economia Solidária gira em torno de que ela, “[...] não é a única opção de sobrevivência dos indivíduos mais pobres ou desempregados, ela é uma das alternativas à forma de relação de produção tipicamente capitalista, ou seja, ao mercado de trabalho assalariado”. E Lechat (2010, p. 48) ainda reforça que:

[...] o conceito de Economia Solidária proporciona uma ênfase sobre o desejo primeiro da economia social na sua origem de evitar o fosso entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação destas três dimensões que se situa o essencial da economia social ou solidária.

Vista sob este prisma, entende-se como elemento seminal da proposta de Economia Solidária a articulação entre as dimensões social, econômica e política, a partir do engendramento de ações que trazem em seu bojo a necessidade de diminuir a distância entre estas facetas essenciais à sociedade.

Cabe ainda considerar a definição de Economia Solidária trazida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE):

[...] um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem (MTE, 2011).

Embora a definição proposta não contemple toda a extensão da Economia Solidária, os termos empregados pelo MTE (2011) apresentam a cooperação e o fortalecimento do empreendimento como pontos centrais de qualquer programa que se pretenda instalar nesta proposta.

No que diz respeito ao conceito proposto pela Prefeitura do município de Londrina - PR, objeto de estudo desta pesquisa, os empreendimentos da economia solidária de Londrina, que promovem o Programa Municipal de Economia Solidária – PMES – encontramos a seguinte definição:

Economia Solidária é uma forma diferente de trabalhar, produzir, comercializar e consumir. É o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizadas e realizadas solidariamente de forma coletiva e autogestionária. Além da cooperação, a Economia Solidária trabalha por intermédio de Oficinas Solidárias, Assessoria, capacitação técnica e de gestão e de investimento solidário (PMES, 2011).

Salienta-se que se trata de um processo em permanente construção. Ressalta-se que uma das preocupações do Programa de Economia Solidária de Londrina é a necessidade de apoio aos empreendimentos de geração de trabalho e renda. No sentido de que se possa garantir-lhes a autonomia e protagonismo dos empreendedores solidários sem, contudo, deixar de avaliar, continuamente, de forma coletiva, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, os resultados dessa ação.

Ao se reportar às origens da Economia Solidária, Santos e Borinelli (2010, p. 3) explicitam a própria concepção que marca esta proposta de geração de trabalho e renda, nas palavras dos autores:

A Economia Solidária surge como modo de produção, distribuição, consumo e convivência alternativa ao capitalismo, casando o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição. A lógica da Economia Solidária é a oposição à ditadura do capital e ao poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona, excluindo e controlando vidas num processo de seleção que teima em querer ser visto como natural. A aceitação de tais desigualdades e o seu revestimento de um caráter irremediável, só serve para abalar a própria estrutura democrática em que se apoiam as sociedades modernas, inviabilizando qualquer processo de avanço no campo da participação popular.

Os autores expressam com clareza os princípios que regem a Economia Solidária, a partir da articulação entre os processos de produção, distribuição, consumo e convivência, reportando-se a um casamento entre a posse e o uso dos meios de produção e distribuição. Nesses moldes, vislumbra-se a necessidade de ampliar os canais de participação popular na busca de uma postura de não aceitação das desigualdades que afligem de maneira contundente uma parcela considerável da população brasileira.

Dentre as possibilidades apresentadas pela Economia Solidária é considerado o seu potencial em consolidar uma nova forma de constituição do trabalho, conforme afirmam Nishimura e Rizzotti (2010, p. 153):

As alternativas de geração de trabalho e renda vêm sendo adotadas tanto por organismos públicos nas esferas federal, estadual e municipal, assim como por meio de iniciativas da sociedade civil vinculadas aos movimentos populares, organizações comunitárias, sindicais, universidades, entre outras. Nesse sentido, a proposta da Economia Solidária aponta para uma nova constituição de trabalho. Compreende-se o trabalho, nessa linha, aquele organizado sob a égide da gestão democrática e coletiva, da autogestão, do respeito ao meio ambiente, do atendimento às necessidades humanas nos processos de produção, comercialização e consumo e como fonte de realização e valorização do trabalhador.

As autoras acima mencionadas defendem a Economia Solidária como alternativa ao capitalismo, como o objetivo de atingir aqueles marginalizados do mercado de trabalho.

A economia solidária ainda une a posse e uso dos meios de produção e distribuição. Nesse sentido, o modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. (SINGER; SOUZA, 2000, p. 13).

Nesse contexto o tópico seguinte destina-se a análise do processo de desenvolvimento da economia solidária no Brasil.

2.2 DESENVOLVIMENTO E EVOLUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Destaca-se a seguir alguns ramos onde se pode observar o surgimento e consolidação da Economia Solidária brasileira. No começo da década de 1980, aflorou-se as primeiras experiências de Economia Solidária, a partir da iniciativa dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) os quais, visavam gerar trabalho e renda de forma associativa para moradores das periferias. Os PACs foram financiados pela Cáritas Brasileira, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Outro ramo que se caracterizou como primórdios da Economia Solidária no Brasil foi quando os trabalhadores assumiram empresas falidas ou em vias de falir, e as reerguiam sob o formato de cooperativas autogestionárias. Segundo SINGER (2002, p.32):

[...] essas ações serviram de base para a concepção da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) e da União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL), criadas em 1995 são entidades que fomentam e apoiam às empresas autogestionárias ou em vias de se transformarem.

Ressalta-se que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) também contribuiu e promoveu a formação de cooperativas agrícolas autogestionárias, visando desenvolver um modelo solidário de cooperativismo. O MST criou em 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), composto no nível local pelas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), no nível estadual pelas Cooperativas Centrais dos Assentados (CCAs) e a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB) no nível nacional.

Outra vertente de cristalização da Economia Solidária no Brasil é as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Essas são formadas pelas cooperativas e empreendimentos de produção associados, incubados por instituições universitárias. Temos como exemplo, que a primeira experiência ocorreu em 1995, pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia, mais conhecido como COPPE, instituição pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Na visão de (SINGER, 2002, p. 123) as incubadoras tem como objetivo atender “[...] grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária, além de apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários”.

No ano de 1999, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) instituiu a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). A ADS tem difundido conhecimentos sobre Economia Solidária, organizando cursos de capacitação voltados para lideranças.

Diante desse contexto de desenvolvimento da Economia Solidária e com apoio de entidades de fomento, as prefeituras dos municípios e alguns governos de Estados ganham destaque, ao promover a capacitação e dando apoio a pessoas beneficiadas pelos programas de transferência de renda, para que montem pequenos negócios cooperativos. Segundo (SINGER, 2002), com essas ações objetiva-se, superar ações de assistência social de combate à pobreza, avançando em soluções mais ambiciosas e emancipatórias, ou seja, que garantam o auto-sustento dos trabalhadores por meio do seu próprio trabalho.

No ano de 2001, começaram os preparativos do I Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre – RS. Ao mesmo tempo, ocorriam as articulações entre as diversas entidades de apoio à Economia Solidária no Brasil, ações essas que começaram a ser desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro). Segundo dados do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, entre as diversas oficinas, houve 1.500 participantes na oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão” que debateu a auto-organização dos trabalhadores, as políticas públicas e as perspectivas econômicas e sociais de geração de trabalho e renda (FBES, s/d.).

Após a eleição e vitória de Luís Inácio da Silva, para ocupar o cargo de presidente do Brasil, o GT- Brasileiro entregou para o novo presidente uma Carta aprovada na I Plenária Brasileira da Economia Solidária, intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”. Essa continha as bases para a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. E em junho de 2003 durante a III Plenária Brasileira da Economia Solidária, foi criado oficialmente o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, s.d.).

O FBES apoiou a criação de fóruns estaduais em todo Brasil. Desde então, destaca-se que o número de programas municipais e estaduais de economia solidária tem aumentado consideravelmente e que cada vez mais tem atingido um contingente maior da população (FBES, s.d).

Já em junho 2003, foi instituído o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), dessa forma, o Governo Federal criou, e instituiu pelo mesmo ato legal a SENAES, no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O CNES tem como principal atribuição propor diretrizes para as ações voltadas à economia solidária. (MTE/SENAES, s/d. a). E foi a partir de 2004 que a SENAES começou a contar com orçamento próprio, e implementou o “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento”. Sua finalidade é promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social.

Para Singer (2004, p.4), com a criação do CNES e da SENAES, o Estado brasileiro reconheceu um processo social que estava em curso no país desde 1980. As primeiras políticas públicas brasileiras de economia solidária surgiram na virada do século XX para o XXI, em alguns Estados da federação e muitos municípios.

Após sua criação a SENAES, começou a financiar a construção de Centros de Referência de Economia Solidária no país, visando que se iniciassem cursos de capacitação, encontros e comercialização de produtos. Essa secretaria apoiou a organização de feiras para comercialização de produtos da Economia Solidária; a organização de fóruns estaduais para discutir questões relacionadas a este tipo de economia, entre outras diversas atividades e ações.

Diante do exposto, Nishimura e Rizzotti (2010, p. 155) apontam que a origem da Economia Solidária:

[...] tem intrínseca relação com o surgimento do capitalismo industrial, que provocou a expulsão dos trabalhadores do campo. Estes se tornaram modernos proletariados nos sistemas fabris, não só os adultos, como também as crianças, sem nenhuma proteção e regulamentação do trabalho, inclusive quanto a sua jornada, sua exploração era ilimitada. A difusão da máquina provocou um ascendente empobrecimento dos artesãos.

Nessa perspectiva histórica, constata-se que a Economia Solidária situa-se como resposta a um processo que vem se estendendo ao longo de séculos e que atinge de maneira desastrosa os trabalhadores, explorados em nome da acumulação de capital e atualmente ganha uma dimensão perigosa com a reestruturação produtiva do capital.

Essa análise é aprofundada por Singer (2002, p. 83), quando ao autor preleciona que:

A pobreza e o desemprego, consequências desse modo de produção do início do século XIX, provocaram reação por parte dos operários que se organizaram em cooperativas como forma de resistência à Revolução Industrial e seus resultados, já em seus primórdios. Essa organização ocorreu como forma de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas.

Retomam-se, assim, as ideias do cooperativismo como ação e reação a um sistema injusto de gerenciamento dos modos de produção, tendo como objetivo imprimir maior autonomia a um contingente de trabalhadores até então massacrados pelos ditames da Revolução Industrial.

Sobre os trabalhadores deste período, Singer (2002, p. 111) esclarece que:

Essa massa de alijados do mercado de trabalho, sem proteção social, busca alternativas para criar suas oportunidades de trabalho e de sobrevivência e encontra, na Economia Solidária, uma forma diferente de produzir, comercializar e consumir. Essa proposição permite atuar na perspectiva da inclusão social. Isso faz com que em muitos países ressurgira a economia solidária, a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos.

Nas palavras de Singer (2002) reside a essência da proposta de Economia Solidária, na medida em que se destacam elementos de suma importância, como a democracia que deve permear todos os empreendimentos que compõem a base do sistema produtivo de uma nação.

Indo além, Singer e Souza (2000, p. 13) reforçam que:

A Economia Solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). Sob o capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, cooperando entre si... O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos.

Essa mesma ideia é trazida à tona por Santos e Borinelli (2010), a qual enseja a união dos princípios da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição. Importante ainda a consideração efetivada por Singer e Souza (2000), quando mencionam que a Economia Solidária representa uma síntese que supera o capitalismo e a pequena produção de mercadorias, assumindo um papel de maior vulto no fortalecimento da autonomia de empreendimentos fortalecidos pela cooperação.

Nessa direção, percebe-se que o desenvolvimento da Economia Solidária passa, por atividades que desencadeiam a organização dos empreendimentos de geração de trabalho e renda para a vivência do modelo da Economia Solidária, a qual envolve um processo de conhecimento da realidade dos empreendimentos entre si e da prática de uma nova constituição do trabalho.

Conforme Mazzetto *et. al.* (2010, p. 73) apontam, outros aspectos deram origem à Economia Solidária:

A origem dessas formas alternativas de geração de trabalho e renda remonta aos anos 1980, quando foram criadas várias cooperativas, empresas de autogestão e outros empreendimentos similares. Com o aprofundamento da crise e as posteriores transformações econômicas e sociais esses movimentos foram se fortalecendo. Várias medidas adotadas recentemente são indicativas do espaço que essas iniciativas têm na agenda política nos últimos anos. A principal foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em 2003, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego que ficou responsável pela implementação de políticas que compreendem ações de inclusão, proteção e fomento aos trabalhadores/as que participam de forma alternativa da organização do mundo do trabalho como, por exemplo, as iniciativas de Economia Solidária.

Embora remonte a mais de três décadas, pode-se avaliar que as iniciativas de Economia Solidária ainda se mostram tímidas, na medida em que ainda não estão bem claras as linhas de ação a serem seguidas para a operacionalização das propostas.

Singer (2002, p.114), ao posicionar-se a favor da Economia Solidária como alternativa ao capitalismo, explicita:

A economia solidária é ou poderá ser *mais do que mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*. [...] A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor.

Na fala do autor, percebe-se a visão da Economia Solidária como um movimento em construção, na medida em que o autor acena com a possibilidade de um vir-a-ser, ensejando a percepção de que existem ainda muitos caminhos a serem trilhados a partir desta proposta.

Na mesma perspectiva, é possível afirmar que a Economia Solidária só será suficientemente fortalecida quando alcançar o patamar de representatividade e legitimidade de determinado território. Nesse sentido, Mazzetto *et. al.* (2010, p. 74) destacam a importância da formação de uma rede conectando os diferentes empreendimentos que formam a Economia Solidária no Brasil, a saber:

A articulação da Economia Solidária em vários fóruns locais e regionais resultou na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e, além desse, são realizados atualmente 27 fóruns estaduais nos quais há a participação de milhares de pessoas, em todo o território brasileiro. Com isso, ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários foram fortalecidas e novas organizações, de abrangência nacional, foram criadas (MAZZETTO *et. al.*, 2010, p. 74).

Nishimura e Rizzotti (2010, p. 156) enfatizam que:

A Economia Solidária tem se apresentado como um importante instrumento político e econômico para viabilizar a geração de trabalho e renda, por meio da produção e comercialização de produtos a partir das atividades produtivas realizadas por empreendimentos baseados na autogestão e cooperação dos trabalhadores, tanto os urbanos quanto aqueles que atuam na agricultura familiar. Na atualidade as políticas municipais de geração de trabalho e renda, baseadas na economia solidária, têm se constituído nem recurso utilizado pelos gestores públicos para atender demandas que emergem de setores organizados da sociedade civil.

Verifica-se que os municípios e estados têm demonstrado um envolvimento maior na proposição da Economia Solidária, e mesmo em âmbito federal o Poder Público assumiu esta proposição. Não obstante, a despeito da ampliação desta participação, a Economia Solidária não se encontra presente como política de Estado de forma ampla.

Por vezes, tem sido incorporada às práticas de governos democráticos e populares com o reconhecimento e respaldo às formas organizativas coletivas de trabalho e na busca de mecanismos que possam estabelecer um marco regulatório específico e investimentos que a legitimem e a consolidem.

Assim, a Economia Solidária constitui-se em uma proposta de busca da melhoria da qualidade de vida pautada na recuperação da inclusão no mundo do trabalho, associando iniciativas da sociedade civil e do Poder Público com princípios que superem a relação de exploração.

Para Singer (2002), a Economia Solidária tem sua razão de existir na medida que efetivamente altere para melhor as condições de vida do trabalhador. Nas palavras do autor:

[...] a economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de autossustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológico solidários (SINGER, 2002, p. 120-121).

Diante do posicionamento de Singer (2002), compreende-se que não basta propalar os benefícios da Economia Solidária como uma alternativa para as

mudanças sociais pretendidas no atual estágio de evolução do mundo do trabalho. É preciso considerar que esta estratégia somente poderá ser classificada como benéfica na medida em que a produção, comercialização e consumo interferirem concretamente para o alcance de mudanças qualitativas na vida das pessoas e no bem estar de parcelas crescentes da população.

Isto posto, embora haja o reconhecimento pelo Estado da necessidade de se criar novas condições de geração de trabalho e renda, urge o estabelecimento de parcerias com as demais esferas de administração pública no sentido de ampliar a geração de mais postos de trabalho.

Destaca-se, na proposta de Economia Solidária, a nova perspectiva nas relações de trabalho; a valorização do espaço local e comunitário; a valorização das potencialidades e de capacidades de homens e mulheres; a possibilidade de congregar diferentes dimensões como a econômica, política, social e cultural; a capacidade de articular os limites das pessoas com as exigências do mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, avançar na incorporação de princípios adormecidos como a solidariedade, cultura do bem comum, a autogestão e a cooperação.

Na sequência, apresentamos a realidade vivenciada no município de Londrina por meio da instalação do Programa Municipal de Economia Solidária.

2.3 PROGRAMA MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – A REALIDADE DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

O Programa Municipal de Economia Solidária de Londrina (PMES) foi implantado em 2005, pelo Poder Público Municipal, para dar sequência ao no Programa Londrina Fome Zero. Ele tem como eixo a geração de renda e a capacitação profissional. Tendo ainda como linhas de ação o desenvolvimento das finanças solidárias; a educação para o consumo ético, justo e solidário; a capacitação conceitual técnica e de gestão dos trabalhadores solidários; assessoria técnica e a implementação de uma rede solidária de produção, comercialização e consumo.

Segundo Nishimura (2005), a cidade de Londrina foi um dos primeiros municípios a articular e implantar a Política Pública de Economia Solidária e a montar um Centro Público de Economia Solidária (CPES), financiado pela SENAES, o qual é referência para todo o país.

A base legal do PMES foi consolidada por meio da Lei municipal nº 10.523, de 28 de agosto de 2008. A lei prevê a participação e controle social dos trabalhadores e entidades de apoio e fomento da Economia Solidária, por meio do Conselho Geral de Gestão, cuja finalidade é: propor, deliberar e fiscalizar a Política Pública de Economia Solidária. Sendo este Conselho composto por 16 membros, onde 6 são trabalhadores e/ou trabalhadoras da Economia Solidária, 2 representantes de entidades de fomento e 8 representantes do Poder Público.

A partir desse novo cenário apresentado, ações ligadas à Economia Solidária começaram a serem desenvolvidas. Considerando esta trajetória, os avanços e obstáculos, é que as atividades no campo da Economia Solidária passaram a se configurar como integrantes de um programa municipal, de caráter intersetorial.

Dessa forma, o programa engloba uma ação intersetorial da Prefeitura Municipal de Londrina, com a participação das diferentes áreas como o ambiente, educação, idoso, mulher, saúde, cultura, entre outras, e é coordenado pela assistência social do município, mediante o Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR) - Londrina. Na medida em que foram se estabelecendo os empreendimentos solidários do Programa de Economia Solidária de Londrina eles foram se disseminando e podem ser encontrados por todas as regiões do município, tanto na zona urbana quanto na zona rural.

Segundo Cruz e Santos (2010, p. 142):

Com a diretriz nacional estabelecida e a partir de demanda municipal identificada, o município de Londrina assinou em 2004 um convênio com o Governo Federal para a construção de um Centro Público de Economia Solidária (CPES), contando com investimentos no montante de R\$ 378.268,78 (trezentos e setenta e oito mil, duzentos e sessenta e oito reais e setenta e oito centavos).

Os autores acima citados Cruz e Santos (2010, p. 142) ainda destacam que o CPES apresenta como foco de suas ações a formação e capacitação conceitual, técnica e de gestão administrativa coletiva; assessoria e fomento aos empreendimentos solidários; investimento social; suporte na exposição, comercialização com a realização de feiras descentralizadas e feira de economia solidária; estratégias de divulgação e sensibilização de diferentes segmentos do

município e a espacialização da economia solidária, por meio da organização de estruturas físicas que pudessem demarcar a identidade da Economia Solidária.

Além disso, pensa-se na difusão do conceito e das práticas, por meio de diferentes estratégias, como a realização das feiras, eventos, teatro, boletins específicos, entre outros; o processo de capacitação dos próprios empreendimentos; o apoio financeiro para que possam ter viabilidade de funcionamento; a relação de parceria do Poder Público e sociedade civil, tanto na participação no Comitê Gestor do Programa, como nas organizações regionais (NISHIMURA, 2005).

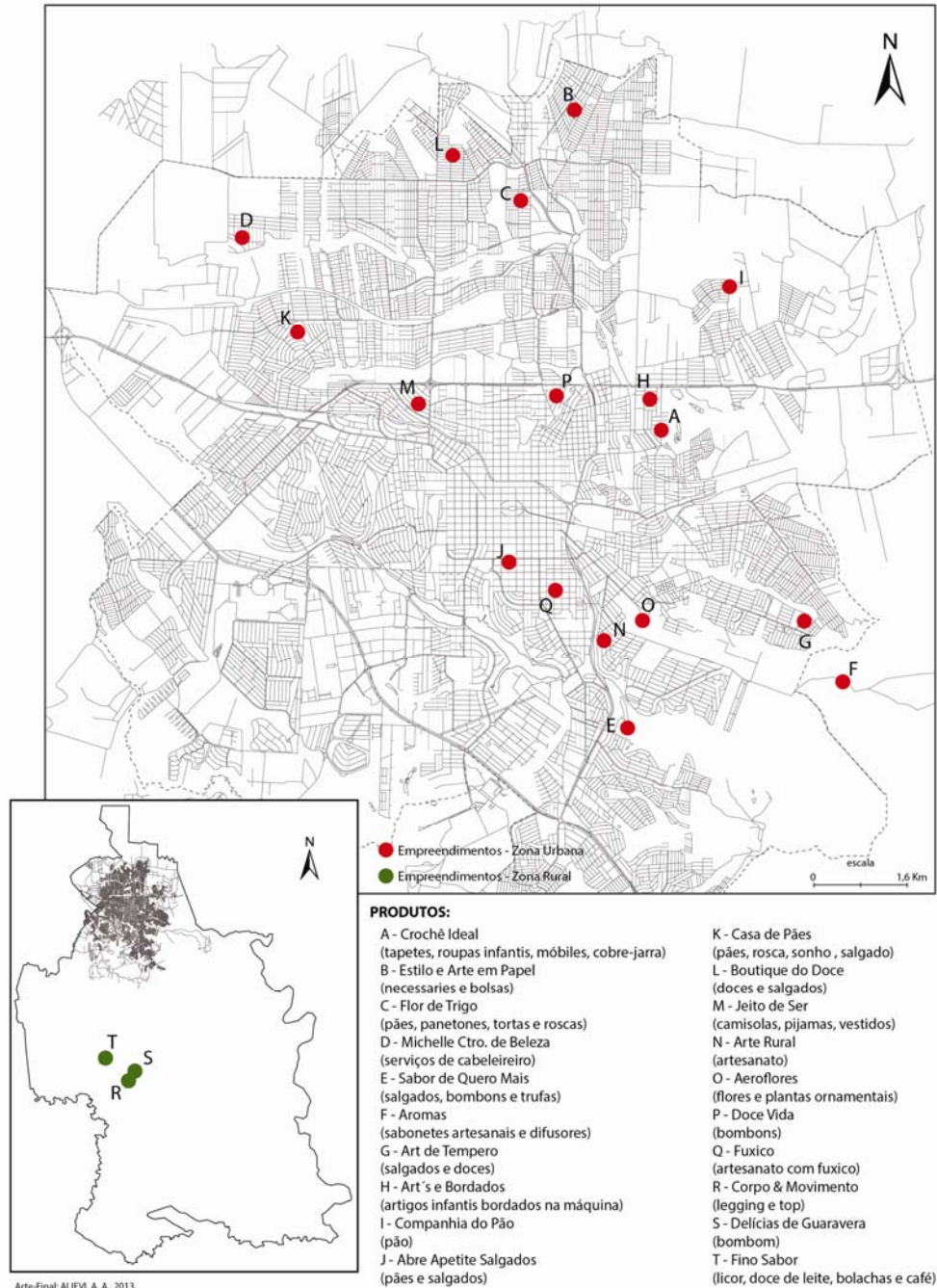
Seguindo nessa linha, Praxedes (2009, p. 59) destaca que:

[...] os centros cumprem papel fundamental no fomento a processos de desenvolvimento local na medida em que permitem a realização de atividades de articulação, formação e capacitação, além do potencial de atender a empreendimentos que estejam iniciando suas atividades. De fato, trata-se de importante ferramenta da economia solidária, uma vez que esta deve estar voltada para a elaboração de estratégias de fortalecimento da organização socioeconômica local. Além disso, estes espaços vêm contribuindo significativamente para a construção de uma maior identidade e visibilidade da economia solidária no interior do movimento e para o conjunto da sociedade.

Quanto ao suporte à comercialização, este ocorre por meio da loja com produtos da Economia Solidária que funciona no CPES. Para a sua organização, é importante ressaltar que foi planejada e decidida pelos trabalhadores e trabalhadoras, sendo todo o espaço socializado entre os diferentes empreendimentos solidários.

Destaca-se que os empreendimentos que participam da comercialização estão voltados ao mais diversos ramos de produção, tendo predomínio à produção de alimentos, confecção e artesanato. Conforme podemos verificar na Figura 7, onde consta a distribuição no mapa da cidade de Londrina, dos empreendimentos e seus produtos/serviços.

Figura 7 - Empreendimentos Econômicos Solidários e produtos/serviços.



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

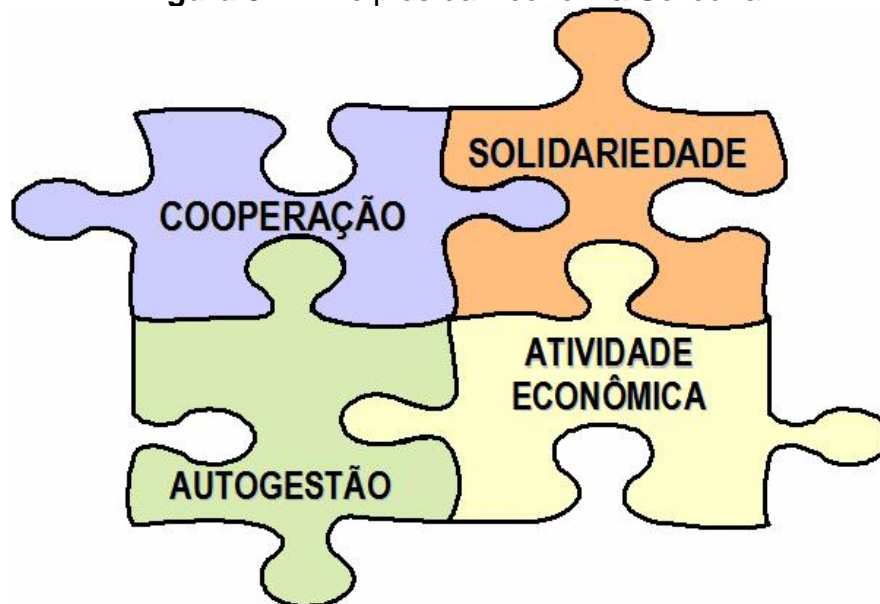
Nesse sentido, Costa e Nishimura (2010, p. 128) salientam que os empreendimentos econômicos solidários:

[...] são compostos com a presença maciça de mulheres atendidas nas áreas da assistência social, direitos das mulheres, saúde mental e/ou vivendo situação de desemprego, em busca de estratégias de sobrevivência ou de complementação de renda.

Em Londrina, desde o seu início, a Política Pública Municipal de Economia Solidária teve suas ações pautadas segundo a perspectiva da Política de Assistência Social, ficando o PMES vinculado à estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social. Dessa forma, para melhor organização e acompanhamento das ações, cada empreendimento econômico solidário conta com um técnico de referência. Por isso, os Centros de Referência de Assistência Social - mais conhecidos como CRAS - designam uma Assistente Social de referência, as quais assumem o papel de assessoria junto aos empreendimentos.

Os princípios que regem o Programa de Economia Solidária no município podem ser expressos pelos elementos contidos na Figura 8.

Figura 8 - Princípios da Economia Solidária



Fonte: <http://economiasolidaria.londrina.pr.gov.br/principios.aspx>

Tais princípios são explicitados na Tabela 3.

Tabela 3 - Princípios da Economia Solidária

<p style="text-align: center;">COOPERAÇÃO</p> <p>Ao separarmos a palavra COOPERAÇÃO, teremos o seguinte: COM (com alguém coletivamente) + OPERAR (trabalhar, fazer) = COOPERAR; COOPERAR - é agir de maneira solidária, quando todos ajudam a encontrar saídas para os problemas, trocando ideias e experiências; A cooperação acontece quando um grupo contribui com suas energias para a realização de tarefas de interesse comum; A cooperação substitui a dominação e faz aparecer a responsabilidade e o equilíbrio. Quando há COOPERAÇÃO num trabalho coletivo, significa que há objetivos comuns, união de esforços, de habilidades e capacidades, mas também, de respeito aos limites de cada pessoa. Há partilha dos resultados do empreendimento econômico solidário com responsabilidade solidária.</p>	<p style="text-align: center;">SOLIDARIEDADE</p> <p>A SOLIDARIEDADE deve permear todas as ações na Economia Solidária. Isso se concretiza por meio da inclusão de todas as pessoas nos benefícios do desenvolvimento, seja dos próprios empreendimentos econômicos solidários, do bairro, do território, da cidade, e assim sucessivamente. Na prática da SOLIDARIEDADE há uma preocupação, orientação e prática ética à serviço da coletividade. Parte da compreensão que os problemas que enfrentamos não são resultados de incapacidades individuais, mas de causas estruturais, o que resulta na articulação de esforços para superação das formas de destruição da vida e das dificuldades enfrentadas.</p>
<p style="text-align: center;">AUTOGESTÃO</p> <p>Trabalho coletivo em que os próprios trabalhadores e trabalhadoras participam de todo o processo de Gestão e Produção de trabalho e renda, ou seja, do empreendimento econômico solidário, desde o planejamento estratégico, a produção, comercialização, compartilhando tarefas, ideias, decisões, e dividindo a renda de forma igual.</p>	<p style="text-align: center;">ATIVIDADE ECONÔMICA</p> <p>A Economia Solidária constitui-se numa atividade econômica, porque envolve produção, comercialização, consumo e tudo isso refere-se à trabalho e renda.</p>

Fonte: <http://economiasolidaria.londrina.pr.gov.br/principios.aspx>

Cabe ressaltar que uma das dificuldades encontradas para a estruturação do Programa de Economia Solidária foi a ausência de uma equipe técnica que apresentasse vivência prática e bagagem teórica. No entanto, as constantes inserções nas discussões, por meio dos eventos de capacitação e dos estudos realizados, faziam com que a equipe pudesse ir se apropriando gradativamente do conteúdo da Economia Solidária (NISHIMURA, 2005).

Conforme informações contidas no site da Economia Solidária de Londrina, verificou-se que as atividades desenvolvidas estão relacionadas a três linhas de ação: 1) o apoio financeiro aos empreendimentos de geração de trabalho e renda; 2) a capacitação conceitual, técnica e de gestão; e 3) apoio à construção da rede solidária de produção, comercialização e consumo.

A primeira linha é operacionalizada por meio de repasse de materiais e não de recursos financeiros. O apoio financeiro, por meio de repasse direto, constitui-se um impeditivo legal. É importante mencionar que o orçamento utilizado para esta ação vem do tesouro municipal, em especial da política pública de

Assistência Social, cujos recursos estão alocado no Fundo Municipal de Assistência Social, na área de enfrentamento à pobreza. A sua aplicação é deliberada pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

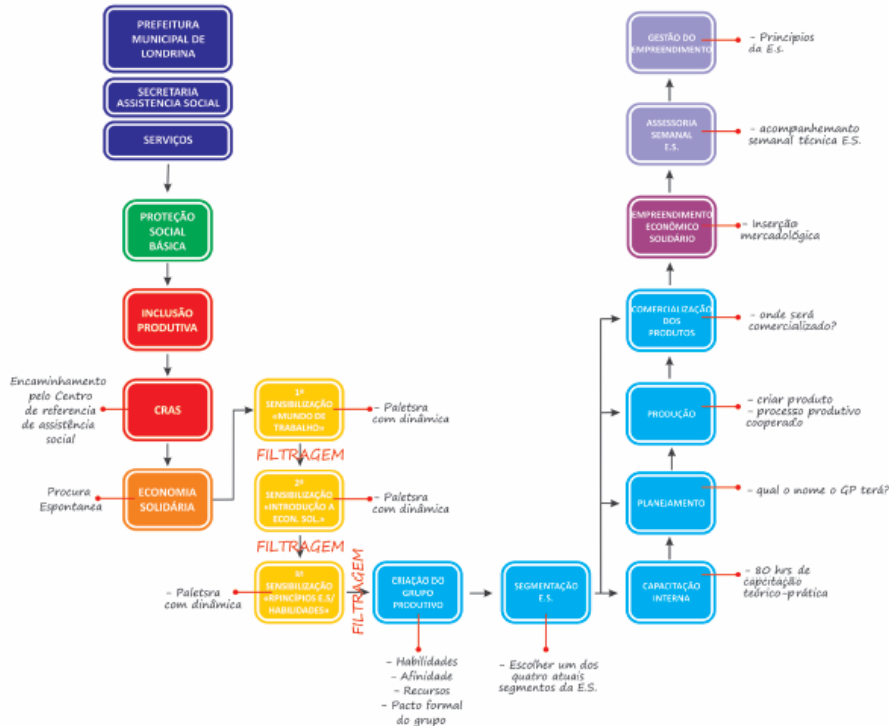
Parte do recurso é repassada ao PROVOPAR – Londrina, cuja previsão de gastos é com materiais de consumo. Para o fomento, há necessidade de apresentação de projetos que constem de justificativa, objetivos, característica e número de trabalhadores envolvidos, histórico do empreendimento, recurso solicitado e recurso existente.

Neste ponto se situa um dos limites para o apoio aos empreendimentos de geração de trabalho e renda, que é o fomento restrito aos materiais de consumo. Dessa forma, aqueles empreendimentos que necessitam de bens duráveis precisam buscar alternativas para sua aquisição.

O Estado, compreendido como o guardião dos interesses públicos, assume, nesta linha, um papel preponderante, que é o de encontrar mecanismos que possam viabilizar, por meio de um marco regulatório, a acessibilidade dessa população às diferentes formas de crédito. Foram estabelecidos critérios de análise, a saber: o valor solicitado em relação ao número de pessoas envolvidas; a possibilidade de autonomia do empreendimento a partir deste fomento; as condições já existentes para o funcionamento do empreendimento; o tipo de produto a ser produzido em relação ao seu uso na própria comunidade; e o montante solicitado, considerando que todas as regiões deveriam ser contempladas.

Assim, a terceira linha de ação, é a de apoio à construção da rede solidária de produção, comercialização e consumo, tem sido desencadeada desde as primeiras discussões com os empreendimentos de geração de renda, que já apontavam como dificuldades enfrentadas a comercialização e o isolamento dos empreendimentos. Dessa forma, destaca-se a necessidade de um empreendimento conhecer o outro, como forma de fortalecimento do movimento da Economia Solidária.

Figura 9 – Fluxograma de processos da gestão atual da Economia Solidária em Londrina



Fonte: Preto e Figueiredo (2012, p. 73)

Na realidade do município de Londrina, Preto e Figueiredo (2012, p. 74-75) sinalizam que a Economia Solidária trouxe novas perspectivas na área do trabalho e renda, a saber:

- a) a organização dos grupos de geração de trabalho e renda que ocorre como alternativa de enfrentamento ao desemprego;
- b) a oportunidade que esta atividade traz para desenvolver capacidades, habilidades, criatividade e de valorização do trabalho;
- c) a possibilidade de adequar o processo de trabalho ao cotidiano de cada participante;
- d) a possibilidade de se realizar trocas e conhecimentos, a partir do que foi acumulado na experiência de vida, socializando com outras pessoas e grupos;
- e) a necessidade da articulação das pessoas que vivem situações semelhantes de exclusão social e grupos, para alcançar o fortalecimento dos grupos de geração de trabalho e renda;
- f) o reconhecimento do potencial da comunidade para dar sustentação ao desenvolvimento de ações de trabalho e renda;
- g) a importância do apoio do Poder Público em ações que promovam autonomia e emancipação;
- h) a presença de valores da Economia Solidária, tais como, troca, apoio mútuo, valorização das potencialidades, solidariedade, relação entre iguais, ainda que incipientes na compreensão da proposição do trabalho realizado.

Outro fator de destaque é a adequação do processo de trabalho ao cotidiano de cada participante, uma vez que a organização do Centro Público de Economia Solidária permite aos sócios a manutenção de outras atividades, seja no âmbito profissional seja no cuidado com os filhos e atividades domésticas.

No entanto, observa-se que segundo a visão de Benini e Neto (s./d. p. 7):

Dentro dessa realidade, para garantir seu espaço no mercado, aqueles empreendimentos vêm reproduzindo muitos dos valores dominantes para sobreviver: competição, hierarquia, precarização, marketing, jornadas de trabalho elevadas (não raramente até mesmo superando às 8 horas diárias).

Porém, verifica-se que a Economia Solidária traz um diferencial à vida das pessoas quando resgata a necessidade de se exercitar um trabalho com poder decisório coletivo, livre, que estimule o desenvolvimento de potencialidades e capacidades, quando começa a provocar reflexões e alterações, ainda que ínfimas, mas continuadas na prática individual e de trabalho, regidas sob as formas de troca, de solidariedade, da organização dos empreendimentos em rede (PRETO; FIGUEIREDO, 2012).

É preciso, portanto, fortalecer a Economia Solidária no âmbito da política pública e, ao mesmo tempo, articulá-la com os movimentos da sociedade civil que trazem elementos que podem dar impulso à sua consolidação e crescimento. Dessa forma, torna-se vital, no atual estágio de desenvolvimento do Programa de Economia Solidária no município de Londrina, demarcar seu espaço de atuação (PRETO; FIGUEIREDO, 2012).

No intuito de clarificar a forma pela qual se apresenta o Programa Municipal de Economia Solidária no município de Londrina, no capítulo subsequente são apresentados os resultados de entrevista realizada com a gerente de inclusão produtiva da Prefeitura Municipal de Londrina.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE LONDRINA

3.1 O OLHAR DA GESTÃO DO PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE LONDRINA

Conforme consta no Apêndice A, foi aplicado o instrumento de coleta de dados à Gerente de Inclusão Produtiva do PMES da Prefeitura Municipal de Londrina, a qual passará a ser identificada pela letra G, tendo em vista a privacidade necessária à condução da pesquisa. No tratamento dos dados, obtidos por meio de gravação em áudio, optou-se por transcrever as falas de forma literal, porém a análise dos resultados identificou respostas semelhantes, tendo, assim, sido suprimidas algumas informações de caráter meramente descritivo do Programa Municipal de Economia Solidária.

A gerente informou que se trata de um programa custeado pela prefeitura do município de Londrina, em parceria com Provopar. Uma importante informação trazida pela gestora diz respeito ao processo de organização do empreendimento, que se consolida como uma organização coletiva dentro do processo de produção e de comercialização.

As informações trazidas à tona pela gestora deixam evidente o trabalho coletivo como ponto central da proposta. Um dos pontos de maior destaque nas informações iniciais trazidas pela entrevistada refere-se à ênfase no coletivo, uma vez que, ao longo das diferentes etapas dos processos de organização, produção e comercialização, as decisões são tomadas coletivamente. Assim, não existe coordenadores, ou chefes, e sim sócios, conforme ressalta a gerente.

Conforme Santos (2002), uma das grandes vantagens deste tipo de empreendimento é sua capacidade de motivação, já que os associados participam diretamente das decisões e este processo tende a ser mais democrático e participativo, contando com a experiência de todos os participantes.

Sobre a assessoria oferecida aos sócios, a entrevistada afirmou que existe um técnico de referência do CRAS, por Região do município de Londrina, incluindo a Zona Rural, o qual presta assessoria e acompanhamento aos empreendedores econômicos solidários, reforçando que este técnico representa “[...] a pessoa que facilita, esse processo de empreendimento, esse aprendizado, esse

absorver, esse novo conceito, nessa nova maneira de trabalhar, essa maneira de nova economia (G., 2012).”

Denota-se, da fala transcrita, que a presença de uma assessoria técnica faz-se necessária com vistas a dar suporte aos empreendedores, bem como facilitar o aprendizado do espírito empreendedor que caracteriza o programa.

Retomam-se as ideias apresentadas por Borinelli *et. al* (2010, p. 10), quando salientam que é tarefa dos técnicos de referência ajudar e instruir a prática:

[...] por meio de processo educativo orientado na participação e no diálogo, a formar, a organizar, acompanhar sistematicamente ou oferecer assessorias pontuais procurando qualificar técnica e administrativamente as pessoas interessadas em constituir e melhorar seus empreendimentos econômicos solidários (EES). A parceria com os poderes públicos e com as iniciativas privadas nas localidades onde as ações são desenvolvidas tem sido praticada e é muito importante para os empreendimentos e para o fortalecimento das ações desenvolvidas no processo de incubação. Esse processo valoriza o saber acumulado das pessoas e do grupo com vistas à inclusão social e econômica, unindo “saber popular” a “saber científico” numa tentativa de transformação da prática cotidiana inter-relacionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Com isso, proporciona um processo educativo que contempla a construção e reconstrução de conhecimentos que vão modificando as circunstâncias, os homens e as mulheres na sua maneira de ser e agir.

Ainda sobre a organização dos empreendimentos, G. referiu que “o empreendimento passa por uma capacitação conceitual, técnica e de gestão”. A gerente reiterou a autogestão como uma das características seminais da Economia Solidária. Neste ponto, observa-se, conforme Singer (2000), que a autogestão pode ser concebida como uma forma de promoção da democracia na qual os trabalhadores são sócios e os sócios são trabalhadores. Trata-se, portanto, de um exercício teórico-prático que se nutre do trabalho como elemento seminal para a própria realização da vida humana em todas as suas dimensões.

Questionada sobre a diferenciação entre cooperativa, associação e empreendimento, a resposta apontou o seguinte comentário:

A cooperativa é um processo avançado já da formalização desses empreendimentos. A gente acredita que a cooperativa seja a melhor alternativa para a formalização desses empreendimentos. Embora a gente venha enfrentando alguns entraves legais, exatamente pelo falta do marco legal da Economia Solidária. Neste ano de 2012, nós estamos inclusive com coletas de assinaturas a respeito dessa Política Nacional de Economia Solidária. E embora todas as maneiras de associação, cooperativas, seja lá o que for, elas tenham essa coisa do econômico, da geração de renda, é o que mais se aproxima dos princípios mesmo da Economia Solidária, que seriam a solidariedade, a cooperação, a autogestão e a atividade econômica (G., 2012).

A entrevistada abordou um ponto relevante, quando mencionou que iniciativas de Economia Solidária muitas vezes esbarram em entraves legais que obstaculizam as ações pretendidas. Ressaltou, no entanto, que seja qual a forma de organização assumida pelos empreendedores, os princípios da Economia Solidária devem estar presentes como suporte básico para a formalização dos empreendimentos.

Sobre esta questão, cabe retomar o que assevera Singer (2002, p. 111) ao tratar da reinvenção da Economia Solidária, e isso ocorre devido “[...] à volta dos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento.”

Quanto aos pontos positivos observados pela gestora na Economia Solidária em Londrina, houve ênfase na nova visão do empreendimento solidário, na forma de gerar trabalho e renda por meio desse processo cooperativo, coletivo, em que os trabalhadores são donos tanto da sua força de trabalho, quanto dos meios de produção. G. mencionou ainda sobre os: “[...] ganhos que não podem ser mensurados, na qualidade de vida, na autoestima dessas pessoas, o descobrir-se capaz.”

Muito oportuna a menção feita quanto aos benefícios trazidos para a qualidade de vida dos empreendedores solidários, sobretudo no que tange à elevação da autoestima, na medida que os trabalhadores são donos de sua força de trabalho e de seus meios de produção.

Já no tocante aos pontos negativos, a gerente assim se posicionou: “o ponto negativo, para mim de tudo isso, é ainda o pouco conhecimento das pessoas em relação à Economia Solidária. Muitas vezes, as pessoas não têm o conhecimento, de que quando adquirem algum produto da Economia Solidária, também estão tendo cuidado com o meio ambiente, gerando trabalho e renda dentro

do município, né, uma série de questões que envolve esse trabalho que está sendo realizado pelos empreendimentos. (G., 2012).”

Assim, depreende-se que é necessária uma maior divulgação do PMES, tendo em vista o que foi observado pela gerente.

Em outra questão, a entrevistada foi solicitada a apontar as potencialidades da Economia Solidária no contexto brasileiro, o que respondeu nos seguintes moldes:

O ano passado, a gente realizou um seminário, inclusive com a presença do professor Paul Singer, cujo tema era a Sustentabilidade da Economia Solidária. Então, a Economia Solidária seria uma alternativa para essa mão de obra que está excluída, que está fora do mercado de trabalho e que dificilmente vai conseguir ter acesso a ele. Então, dificilmente essas pessoas conseguiriam ou conseguirão realmente chegar ao mercado formal de trabalho, seja pelo nível de escolaridade ou pelo local de moradia, e tudo. Então eu acho que a Economia Solidária ela pode ser uma alternativa, não é a única alternativa, mas pode ser uma alternativa de geração de trabalho e renda para essas famílias (G., 2012).

A entrevistada remete às ideias de Singer para reforçar as potencialidades da Economia Solidária, sobretudo no que tange à inclusão de mão de obra antes excluída do mercado de trabalho. Nestes moldes, a geração de trabalho e renda emerge como uma alternativa, embora a gerente tenha frisado não ser a única, para uma parcela expressiva da população.

Na mesma direção apontada pela gestora, Borinelli *et. al.* (2010, p. IX) reforçam que:

Lembrando que o processo de concentração de riqueza e exclusão social, em meados dos anos 1970, fez surgir novas teorias conhecidas como de desenvolvimento local ou territorial endógeno que criticaram as anteriores por não levarem em consideração as reais necessidades das pessoas e por não incorporarem essas mesmas pessoas no processo de formulação e execução das políticas públicas. Nesta abordagem o foco passa a ser a localidade, entendendo que os elementos fortes para promover o desenvolvimento estão nas próprias comunidades.

Quando aborda o foco no desenvolvimento local³, pode-se entrever a relação que se estabelece entre a constituição dos empreendimentos de Economia

³ No que se refere ao desenvolvimento local, Jesus (2003) defende que “desenvolvimento local é entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade local, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Assim, se trata de um esforço localizado e concentrado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas

Solidária e suas espacialidades, podendo exemplificar, que as localidades de Guaravera, São Luiz e Lerroville representam importantes polos de Economia Solidária na zona rural do município de Londrina.

Outra questão constante do instrumento de coleta de dados dizia respeito ao papel do CPES junto aos empreendimentos, como espaço de exposição e comercialização dos empreendimentos de Economia Solidária, uma vez que “[...] antes os empreendedores não tinham um espaço fixo, para poder comercializar seus produtos, e os consumidores não tinham um espaço de referência onde eles pudessem buscar os produtos desses empreendimentos (G., 2012).”

Sobre a preocupação com cursos de formação, crescimento e aperfeiçoamento dos sócios do empreendimento, a gestora destacou a existência de várias salas para reuniões, bem como de cozinhas industriais para a profissionalização. A destinação de um espaço para a realização das atividades da Economia Solidária é apontada na fala da gerente como um dos pontos centrais da atuação do CPES junto aos empreendimentos. Este papel é reforçado pela fala de Borinelli *et. al.* (2010, p. 10), quando os autores postulam que:

No atendimento a essa economia, as Incubadoras e os Centros Públicos desempenham um papel importante à medida que se tornam espaços de troca de experiências em autogestão e autodeterminação na consolidação desses empreendimentos e das estratégias para conectar empreendimentos solidários de produção, serviços, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares que possibilitam um movimento de realimentação e crescimento conjunto auto-sustentável.

Questionada sobre a forma pela qual o CPES incentiva, apoia e contribui com os empreendimentos, a gestora reafirmou que:

O Centro Público não é apenas um espaço de comercialização dos produtos [...] abriga várias ações, entre elas, o espaço fixo de comercialização. O principal papel do Centro Público é apoiando a continuidade desses empreendimentos; são os espaços de capacitação, que são feitos com a contratação de monitores para o aperfeiçoamento e até mesmo para o início da produção; é espaço de reuniões desses empreendimentos, onde eles trazem e discutem as suas dificuldades e os avanços; é um espaço de reuniões para discussão e para organização de seminários, de fóruns; é um espaço de comercialização. Então eu acho que é nesse sentido que o Centro Público vem contribuir com os empreendimentos (G., 2012).

condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais” (JESUS, 2003, p. 72).

Denota-se que a gestora mencionou importante contribuição do Poder Público municipal quando refere que a cessão de espaços públicos contribui de forma expressiva para solidificar as iniciativas de Economia Solidária em Londrina.

No que tange à relação dos profissionais com empreendimentos da Economia Solidária de Londrina, a gestora informou que:

Os técnicos que compõem a equipe da Economia Solidária são de várias áreas de formação, tá. O papel principal deles é a organização dos empreendimentos [...] através de oficinas de sensibilização, que acontecem dentro do território, porque uma das prioridades é a questão do desenvolvimento local. Então isso acontece lá dentro do território, lá onde esse grupo se encontra. Dentro desse território que é buscado o espaço de produção para esses empreendimentos, e o técnico vai prestar assessoria desde a hora que ele está divulgando o que é a Economia Solidária, desde o momento em que essas pessoas se reúnem e começam a expressar seus desejos em trabalhar desta maneira, nessa organização coletiva, até o processo final de comercialização (G., 2012).

São discutidos, na fala transcrita, importantes posicionamentos não apenas da Economia Solidária, mas dos empreendimentos que integrem a economia em seu atual estágio de evolução. Destaca-se, assim, a importância de um planejamento ordenado, vinculado a todas as etapas de produção e comercialização dos produtos.

Cabe, neste ponto, acrescentar:

As práticas de economia solidária e seus fundamentos teóricos apontam para uma forma de conceber e realizar a cidadania no e pelo trabalho, por meio dos princípios da solidariedade, da propriedade social ou coletiva dos meios de produção e da conquista de meios voltados para sua viabilidade. Assim, trata-se de uma ação maior do que prover renda e trabalho dignos, uma vez que os elementos solidariedade e gestão coletiva promovem o trabalhador à condição de sujeito nos processos econômicos e produtivos, tornando, a um só tempo, sócio, dono e trabalhador, súdito e soberano de seu modo de produzir e viver, negando a força de trabalho como mercadoria (BENINI, 2003, p. 54).

O financiamento da Economia Solidária, conforme a gestora entrevistada aponta, é mantido com recurso municipal e o PMES mantém um convênio com o Provopar, inclusive alguns profissionais que atuam dentro do PMES são terceirizados por meio do Provopar, com recurso do município. Obteve-se a

confirmação de que os recursos municipais são destinados à manutenção do PMES, tanto para folha de pagamento do pessoal terceirizado, como para a manutenção do prédio e para o fomento dos empreendimentos.

Quanto à escolha do empreendimento para receber o recurso, a gestora informou que todos os empreendimentos são avaliados a partir do processo de formação conceitual e técnico, sobre a real necessidade de receber ou não matéria-prima para a produção inicial. Muitos empreendimentos precisam de algum aperfeiçoamento e de orientação a respeito da organização. Ainda sobre a aplicação dos recursos, a gerente assim se posicionou: “a base de cálculo do fomento é a capacidade de produção do empreendimento, junto com a sua capacidade de comercialização” (G., 2012).

Observa-se que o financiamento do PMES é realizado de forma ordenada, visando o fomento à produção dos empreendimentos. Cada situação é analisada singularmente e os recursos são destinados de acordo com a capacidade de comercialização. Em outra situação, a gestora completou que um segundo ou terceiro formento, poderia acontecer a partir do momento em que a capacidade de produção e de comercialização do empreendimento fosse maximizada.

De acordo com a gestora, os integrantes dos empreendimentos são designados de empreendedores econômicos solidários e a atuação do Estado pode ser constatada, segundo a mesma, da seguinte forma:

O grande objetivo [...] é a formalização deles. Dentro das cooperativas, você tem garantia de todos os direito legais. Então é aposentadoria, auxílio doença, tudo que um outro trabalhador tem. E esses empreendimentos, eles são constituídos como micro, pequena e média empresa, cooperativa, seja lá o que for, eles têm todos os direitos deles garantidos da mesma maneria que qualquer outro, sem perder os princípios da Economia Solidária, né. Seriam sócios, dirigindo, gerenciando seu próprio negócio. Onde todas as tomadas de decisão são coletivas. A diferença é que não existe patrão e não existe empregado, todos iguais perante os deveres e direitos, diante daquele empreendimento e uma vez que esse empreendimento formalizado ele passa a ser garantidos todos os direitos de qualquer outro trabalhador (G., 2012).

Observa-se que a entrevistada abordou um ponto crucial na consolidação dos empreendimentos de Economia Solidária, que diz respeito à garantia dos direitos constitucionais dos trabalhadores.

Sobre a existência de discussões coletivas, a entrevistada respondeu que são realizadas reuniões semanais de acompanhamento e assessoria, durante as quais são discutidas questões dos direitos da cidadania. A gerente reforçou que o CPES é um espaço de discussão política e mencionou o Fórum Regional de Economia Solidária da Região, realizado em janeiro de 2012.

Questionada sobre um possível mapeamento acerca de sócios que vivem exclusivamente da renda do empreendimento solidário e os que são também assalariados, a resposta foi negativa: [...] o que nós temos são pessoas que fazem bico, seja de diarista, alguma coisa nesse sentido, que já fazia esse bico, exatamente pra complementar a renda dessa família. E entrou no empreendimento mais ainda não tem condições de deixar aquele outro bico que está fazendo. A gestora também declarou não possuir um detalhamento dos resultados de cada empreendimento (G., 2012).

A este respeito, pode-se tecer uma crítica no tocante à ausência de um acompanhamento mais rigoroso dos grupos, uma vez que a simples concretização de um mapeamento poderia auxiliar nos planejamentos das ações a serem tomadas pela gestão local.

Lanza (2011) reforça a relevância de iniciativas de geração de trabalho e renda e salienta que nesta dimensão a Economia Solidária se mostra eficiente, posto que este modelo de atividade econômica visa gerar renda de forma solidária, com a participação integral dos envolvidos com o empreendimento além de superar as diferenças de gênero e idade, aproveitando as habilidades e relevando, por meio do consenso do empreendimento, os limites físicos individuais.

Embora os dados do município de Londrina ainda não estejam organizados de forma a demonstrar, de maneira inequívoca, os resultados do PMES, há que se mencionar a importância da Economia Solidária para o desenvolvimento local.

Borinelli et. al (2010, p. 9) concordam que:

Nesse sentido, o melhor caminho para promover o desenvolvimento de uma Região é descobrir e valorizar a sua cultura, a tradição, sua história e os aspectos físicos e naturais, e por isso, não há modelos únicos de desenvolvimento. Mas, apesar das potencialidades intrínsecas das comunidades, a estratégia de desenvolvimento local também tem suas fragilidades. Entre elas estão, a debilidade da base associativa do ator protagonista, sua baixa capacidade de gestão, as dificuldades de acesso ao crédito para capital de giro e a canais de comercialização efetivos, além de deficiências de infraestrutura. Por isso, as políticas públicas de fomento a economia solidária no Brasil vai atuar exatamente sobre a debilidade da base associativa e da baixa capacidade de gestão. Nessa estratégia entram as instituições de apoio e fomento a economia solidária, entre elas, as incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários, os Programas e Centros Públicos de Economia Solidária, entre outras.

Quanto à dedicação exclusiva dos empreendedores solidários, a gestora informou que muitos sócios são mulheres com filhos pequenos e que não conseguem vagas em centro de educação infantil, estando fora do mercado de trabalho por este motivo.

Então ela precisa de um trabalho que tenha essa disponibilidade de flexibilidade de horário, que consiga entender as necessidades dela, por isso que a gente fala do trabalho cooperativo e solidário. Porque são *n* situações que envolvem o público que agente atende. Nós temos famílias, que estão na Economia Solidária, porque são famílias que estão em situação de empobrecimento. Então, o marido perdeu o emprego, ela não trabalhava, mais agora que com o desemprego do marido tanto ela quanto o marido, precisam buscar uma outra alternativa de geração de renda, ele não consegue voltar para o mercado de trabalho por conta da idade, ou por falta de uma formação específica, ela não consegue ingressar no mercado de trabalho porque nunca trabalhou antes (G., 2012).

O relato da gestora confirma as hipóteses iniciais levantadas quando da proposição do projeto que deu origem a este trabalho, na medida em que se coadunam a situação de empobrecimento da população decorrente da crise instaurada no mercado de trabalho e a busca por alternativas de geração de renda e trabalho, propiciadas pela Economia Solidária. Isto fica claro na fala a seguir:

[...] algumas famílias elas conseguem se organizar de alguma maneira que a pessoa que está fazendo parte do empreendimento, ela consegue se dedicar ao trabalho 8 horas por dia. Já tem família que não consegue fazer isso, porque tem filho que é portador de deficiência, então o horário que ela pode estar na produção ou na comercialização é o horário que esse filho tá lá sendo atendido pela escola especializada, ou ela só conseguiu meio período na creche, então é no outro meio período que ela consegue produzir, porque é quando essa criança tá lá. Ou o horário alternado em relação à escola do outro filho menor. E assim sucessivamente (G., 2012).

Verifica-se que a flexibilidade é um dos pontos centrais do Programa Municipal de Economia Solidária de Londrina, na medida em que se percebe que os arranjos familiares são diversificados, para atender também as situações de cuidados com os filhos e outras atividades laborais.

Na análise dos resultados financeiros auferidos pelos sócios empreendedores, a gestora salienta que não se pode analisar apenas a renda obtida, mas a relação entre o tempo dispendido por cada sócio e o valor percebido em determinado espaço de tempo.

Sobre a fragilidade de alguns empreendimentos que integram o PMES, a gestora acrescentou que alguns empreendimentos estão passando por um momento com problemas de cunho social e pessoal que precisam ser resolvidos, para que ele possa se dedicar ao processo produtivo.

Quando menciona as dificuldades enfrentadas pelos integrantes dos empreendimentos, entende-se que esta situação pode ser estendida a um maior contingente de empreendimentos, uma vez que os problemas são comuns. Para Singer (1998, p.57), a maior dificuldade não reside em obter uma fórmula organizacional ideal, mas “[...] mobilizar a iniciativa da grande massa de inativos e marginalizados, para que se disponham a empreender e desta forma gerar diversas fórmulas organizacionais a serem testadas na prática”.

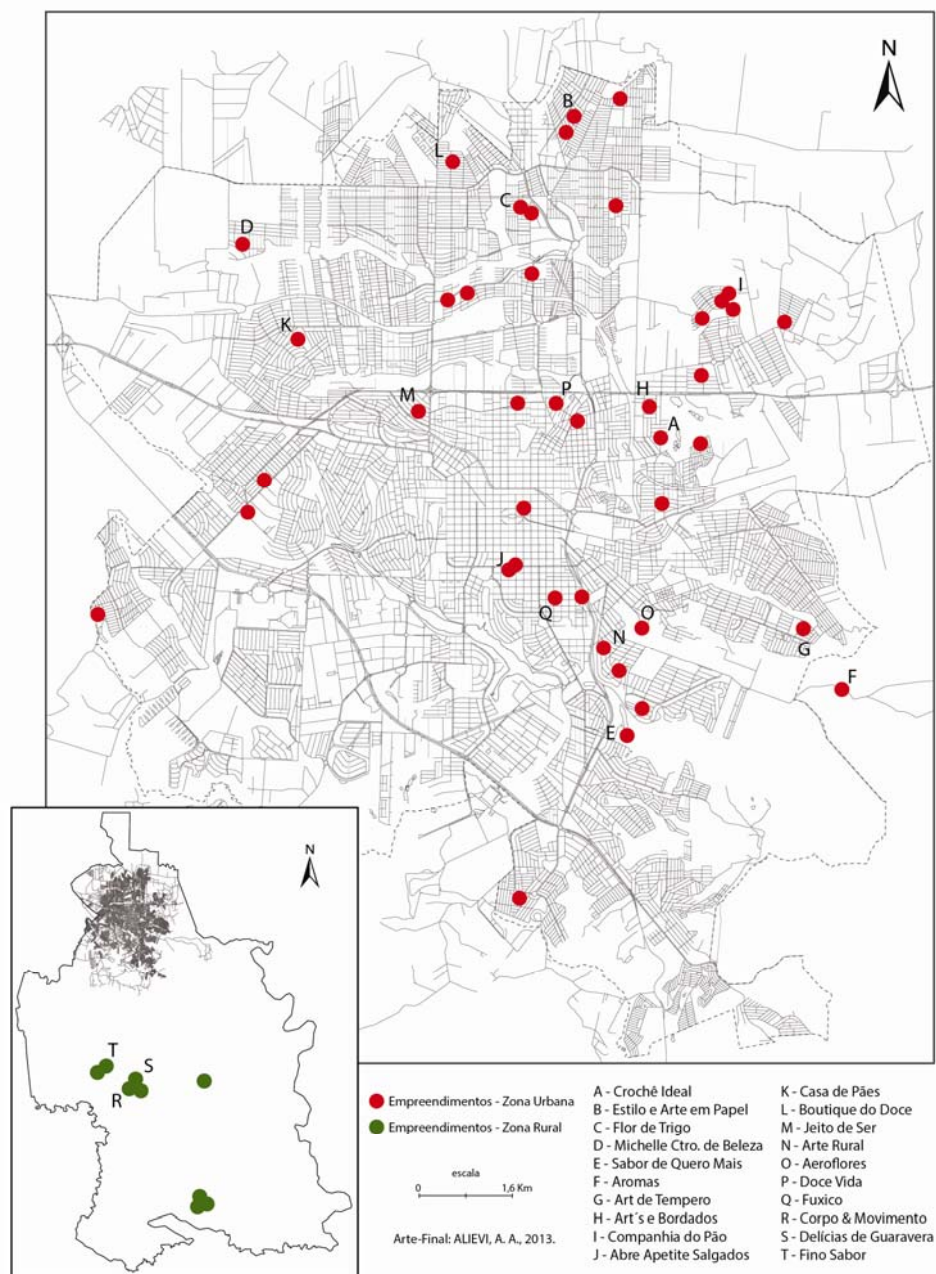
Diante dos resultados obtidos na entrevista aplicada à gerente de inclusão produtiva, pode-se apontar a necessidade de ampliar as discussões sobre as propostas engendradas pelo Programa Municipal de Economia Solidária e as efetivas contribuições desta iniciativa para a melhoria das condições dos empreendimentos envolvidos e mesmo das comunidades em que estes se encontram integrados.

Tendo em vista, a análise realizada até então a partir da entrevista realizada com a gestora, cabe apresentar uma visualização dos empreendimentos econômicos solidários de Londrina, assim consultar o Anexo 1, no qual consta o número de sócios do PMES, a localização, e a técnica de referência. Essa relação foi obtida junto à uma Assistente Social do CPES de Londrina, com dados atualizados de maio de 2013 (Anexo 1).

A partir da listagem geral dos empreendimentos econômicos solidários da cidade de Londrina, em anexo, obtida no mês de maio desse ano, verifica-se que são 58 empreendimentos vinculados ao Centro Público de Economia

Solidária. O total de pessoas envolvidas nesses empreendimentos, totalizam 158. Conforme podemos verificar na figura a seguir consta a localização de todos os empreendimentos da Economia Solidária no município, com destaques para os entrevistados.

Figura 10 – Empreendimentos Econômicos Solidários no município de Londrina



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

A gestora deu ênfase ao empreendimento Kre Kygfy – Kaingang, composto por mais de 20 indígenas, o que o torna o maior empreendimento dos que integram o Centro Público de Economia Solidária. Reforça a forte presença da

cultura indígena, e enfatizou que nem todos os princípios da Economia Solidária são aplicados a eles, uma vez que os trabalhos não são produzidos de forma coletiva, mas existe a produção familiar e o trabalho individual, pois cada traçado, cada pintura da tearia, representa uma linhagem.

Questionada sobre o local de funcionamento dos empreendimentos, a gestora reforçou que a maior parte dos empreendimentos está dentro de espaços públicos, como subprefeituras, escolas, antigo posto de saúde. No entanto, muitos acabam atuando na própria residência.

Quanto ao início e encerramento dos empreendimentos, a gestora apontou a seguinte realidade:

Eu não diria assim bem. Atribuo isso mesmo a fragilidade dos empreendimentos: o ganho, você precisar de uma outra atividade pra complementar a renda, da pequena capacidade de produção, muitos dos empreendedores mesmo, têm muita dificuldade com a comercialização, ou porque não sabem, ou porque se intimidam, não é o foco deles, a questão da comercialização. Nós temos empreendimentos que você vai ver, eles começaram antes até da Economia Solidária, eles estão aqui desde 2003 gerando renda e tudo mais. Em compensação, você tem empreendimentos que não conseguem se manter nem um ano. Aí eles acabam desistindo antes mesmo de ter um retorno (G., 2012).

Nesta parte da entrevista, são apontadas outras especificidades dos empreendimentos, bem como dificuldades na manutenção dos empreendimentos, muitas vezes devido à demora na obtenção de resultados e também em virtude da falta de conhecimento dos empreendedores na gestão dos negócios.

Outra característica desse usuário nosso é a necessidade imediata de atendimento de necessidades. Então assim, se você pensar que você vai entrar em um empreendimento, que esse empreendimento tem um tempo pra dar retorno, como todo e qualquer outro empreendimento. Mais muitos deles não têm condições de esperar, a resposta tem que ser imediata, eles precisam de alguma coisa. Por exemplo, uma diária, eu vou lá chega no final do dia e eu recebo dinheiro, entendeu? Então, eu diria que esses vários pontos se constitui a fragilidade deles. Mas isso varia muito de empreendimento pra empreendimento (G., 2012).

Pode-se considerar que nesta situação dos empreendimentos de Economia Solidária aproximam-se de outros empreendimentos, que se mostram frágeis em um mercado que nem sempre atende as expectativas estabelecidas

inicialmente por cada empreendimento. Uma vez que, estão inseridos em uma economia pautada no lucro e na concorrência, ou seja, mesmo que a lógica do empreendimento solidário seja diferente da capitalista, não se pode negligenciar que eles convivem com a lógica do mercado.

Percebe-se, assim, que a resposta ao questionamento sobre a Economia Solidária como uma política pública que possibilita a inclusão encontra pontos dissonantes, na medida que os resultados obtidos pelo PMES ainda não permitem corroborar esta inclusão.

No entanto, os resultados mostram-se otimistas e as ações engendradas até este momento têm se mostrado importantes na medida em que sinalizam potencialidades futuras. As dificuldades enfrentadas e evidenciadas na entrevista com a gestora sugerem a demanda por novas formas de articulação dos trabalhos em relação ao acompanhamento dos empreendimentos e mesmo a novas formas de intervenção nas regiões em que estes desempenham suas atividades.

3.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA CONCEPÇÃO DOS SÓCIOS DOS EMPREENDIMENTOS: A REALIDADE EM DESTAQUE

Conforme consta na metodologia, foi aplicado um instrumento de coleta de dados composto por 27 questões abertas e fechadas a sócios dos empreendimentos que compõem o Programa Municipal de Economia Solidária do Município de Londrina.

A escolha dos empreendimentos resultou de uma amostra a partir dos seguintes critérios:

- a) O empreendimento deveria estar vinculado ao PMES;
- b) Empreendimentos com produtos diversificados;
- c) Sócios de empreendimentos em diferentes regiões do município de Londrina.

Assim, foram realizadas 22 entrevistas, as quais foram gravadas em áudio e depois transcritas de forma literal.

A Figura 11 apresenta a distribuição dos empreendimentos por Região que se encontra dividido o espaço urbano mais a Zona rural.

Figura 11 - Número de empreendimentos entrevistados por Região.

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Conforme se pode observar, a distribuição das entrevistas realizadas segundo os empreendimentos por Região mostra-se equilibrada, à exceção da Região Sul, na qual foi possível obter apenas uma entrevista. Assim, a amostra desta pesquisa é composta por sócios de 5 empreendimentos do Centro, 5 empreendimentos da Região Norte, 4 pertencentes à Região Oeste e igual número de empreendimentos da Região Leste, além de 3 sócios de empreendimentos pertencentes à Zona rural.

Tabela 4 – Relação de Empreendimentos Econômicos Solidários Entrevistados

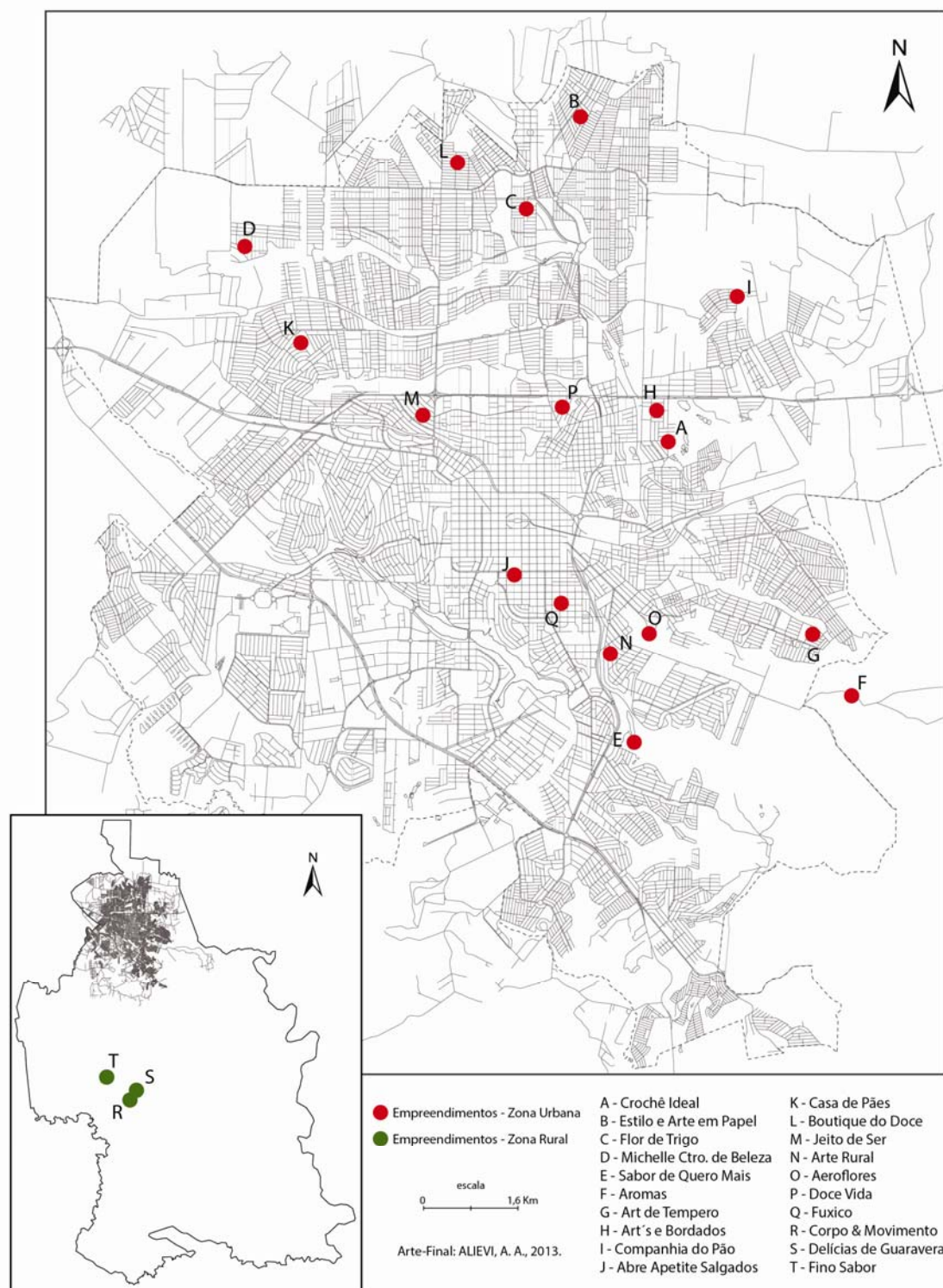
Nome do empreendimento	nº de sócios	Produtos	Ano de formação do empreendimento	Local de funcionamento	Renda mensal auferida pelo empreendimento
Aeroflores	1	Flores e plantas ornamentais	2009	Espaço Físico da Infraero – Aeroporto	R\$ 130,00
Arte Rural	2	Artesanato	2012	Rua Almirante Crocane, 133	R\$ 700,00
Doce Vida	3	Bombons	2012	Rua José Fierle, 205	R\$ 900,00
Fuxico	1	Artesanato com fuxico	2009	Rua Colômbia, 567	Menos de um salário mínimo
Nika Bordados	2	Enxovais e bordados	2011	Rua Uruguai, 677.	R\$ 800,00
Crochê Ideal	3	tapetes, roupas infantis, móveis, cobre-jarra	2003	Rua Zircônio, 201	R\$ 900,00
Estilo e Arte em papel	4	Necessaires e bolsas	2011	Rua Holando Caran, 78	R\$ 550,00
Flor de Trigo	3	pães, panetones, tortas e roscas	2008	Rua José von Stein, s/n	R\$ 300,00
Michelle Centro de Beleza	2	Serviços de cabeleireiro	2012	Rua Choki Kotinda, 150	R\$ 600,00
Portal dos Tapetes	2	Tapetes	2011	Rua Humberto Bergamini Testa, 210	R\$ 900,00
AROMAS	3	Sabonetes artesanais e difusores	2012	Chácara Luma - Limoeiro	R\$ 400,00
Art de Tempero	3	Salgados e doces	2013	Rua Angelo Romeiro Nardo, 46	Empreendimento novo, ainda não gera lucro
Art's e Bordados	2	Artigos infantis bordados na máquina	2011	Rua Brilhante, 231	Não quis informar
Companhia do Pão	2	Pão	2012	Rua Itália Choucino, 75	R\$ 250,00
Abre Apetite Salgados	4	Pães e Salgados	2012	Centro Público de Economia Solidária	Empreendimento novo, ainda não gera lucro
Jeito de Ser	4	Camisolas, pijamas, vestidos	2012	Rua Darcílio Egger, 235	R\$ 400,00
Casa de Pães	3	Pães, rosca, sonho, salgado.	2006	Rua José Borali, 225	R\$ 678,00

Boutique do Doce	2	Doces e Salgados	2011	Rua Jhon Lenon s/n	R\$ 1000,00
Corpo e Movimento	2	Legging e Top	2011	Antiga sede da UBS de Guaravera	R\$ 200,00
Delícias de Guaravera	3	Bombom	2010	Rua Acre, 26	R\$ 100,00
Fino Sabor	3	Licor, doce de leite, bolachas e café	2011	Sítio Ouro Fino	R\$ 500,00
Sabor de Quero Mais	2	Salgados, bombons e trufas	2009	Parque Arthur Thomas	R\$900

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Para clarificar a tabela acima, foi disposto em um mapa da cidade de Londrina a localização dos grupos que compuseram a amostra desta pesquisa. O qual podemos observar na Figura 12.

Figura 12 – Empreendimentos Econômicos Solidários participantes da pesquisa empírica



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Salienta-se que se optou por fazer a análise por Região que se localiza os empreendimentos solidários no intuito de apreender as especificidades e dinâmicas vinculadas ao espaço que os mesmos estão inseridos.

3.2.1 Análise dos Resultados da Pesquisa com os Empreendimentos da Região Central do Município de Londrina

Dos 22 empreendimentos que compuseram a amostra da pesquisa, cinco encontram-se localizados na Região Central, conforme se percebe pela visualização do Quadro 1.

Quadro 1 - Empreendimentos entrevistados – Região Central – Londrina.

Empreendimento	nº de sócios	Produtos	Ano de formação	Local de funcionamento	Renda mensal auferida pelo empreendimento
Aeroflores	1	Flores e plantas ornamentais	2009	Espaço Físico da Infraero – Aeroporto	R\$ 130,00
Arte Rural	2	Artesanato	2012	Rua Almirtante Crocane, 133	R\$ 700,00
Doce Vida	3	Bombons	2012	Rua José Fierle, 205	R\$ 900,00
Fuxico	1	Artesanato com fuxico	2009	Rua Colômbia, 567	Menos de um salário mínimo
Nika Bordados	2	Enxovais bordados	2011	Rua Uruguai, 677.	R\$ 800,00

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Observa-se que os produtos comercializados pelos sócios que integram a amostra do centro são diversificados, incluindo flores e plantas ornamentais, artesanato e doces.

O local de funcionamento do empreendimento, na maioria dos casos, é a própria residência de um dos sócios. Apenas o Aeroflores atua em espaço cedido pela Infraero, junto ao aeroporto de Londrina.

Quanto ao ano de formação dos empreendimentos, varia entre 2009 e 2012, o que leva a inferir que a organização do PMES de Londrina contribuiu para a formação dos empreendimentos, embora muitos participantes tenham afirmado que já desenvolviam atividades relacionadas ao artesanato por sua conta.

No que diz respeito ao número de participantes de cada empreendimento, nota-se que oscila entre um a três. Na questão 5 do instrumento de coleta de dados, objetivou-se identificar o número máximo e mínimo de participantes que o empreendimento possuiu desde sua formação.

Concernente ao empreendimento Aeroflores, a sócia entrevistada tem 62 anos e possui curso superior em Educação Física. Quanto à formação do empreendimento, afirmou que em 2009 participou de um curso de cultivo de orquídeas e depois de mais dois cursos na área de jardinagem. A entrevistada relatou que ficou sabendo do curso por um senhor que morava próximo ao aeroporto. Sobre a motivação para permanecer no empreendimento, a sócia revelou:

Porque eu gosto de flor, entende? Porque eu, se eu ficar em casa eu vou ficar fazendo o quê? Assistindo televisão? E eu não gosto disso aí, de ficar assistindo televisão. Então aí eu moro sozinha agora, meu filho casou e eu moro sozinha. E aqui é uma ocupação, eu converso com todo mundo. Ah, ficar presa o dia inteiro dentro de um apartamento, aí você não aguenta, né. Aí aparecem as dores. É talvez eu fique aqui até achar alguém. Não é que eu pense em sair, mas é que você fica pensando não tem ninguém, ninguém. E se tivesse alguém para dividir, tem mais incentivo. Mas não está ruim, está bom. Porque todo mundo vem aqui e a gente conversa. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

A sócia do Aeroflores afirmou que é aposentada e possui uma renda familiar de 3 a 4 salários mínimos. Antes exercia a função de dona de casa. Inicialmente havia seis participantes e agora apenas uma sócia conduz as atividades. A mesma assim se posicionou:

Em 2009 tinha mais pessoas, nós estávamos em seis, aí saiu todo mundo e ficou eu e outra senhora, daí ela saiu e depois não entrou mais ninguém. Daí não veio mais ninguém, aí tem dia que eu falo: Será que eu vou? Aí me falam, não desiste não, porque se a senhora desistir vai morrer o grupo. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Na fala transcrita, pode-se perceber a fragilidade de alguns empreendimentos da Economia Solidária, tendo em vista a ideia de algumas pessoas acerca da rentabilidade dos empreendimentos. Conforme consta no Quadro 1, o lucro declarado pela entrevistada, no mês em que foi realizada a pesquisa, foi de apenas R\$130,00. A entrevistada coloca que:

Eu trouxe muita muda pra cá, ninguém repassa nada não. A prefeitura não passa nada não, se você vende, você recebe, se não vende não recebe nada. O que eles repassam é assim: se tem alguma reunião lá no Centro Público eles dão passe, se tem algum evento eles dão passe. Esse mês foi vendido R\$130,00 de flores. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Sobre a comercialização dos produtos do empreendimento, a entrevistada relatou que, além do espaço cedido pela Infraero, participa das feiras da prefeitura, as quais ocorrem quinzenalmente. Afirmou que para participar das feiras no centro da cidade encontra mais dificuldade, devido ao esforço que precisa fazer para carregar os vasos. Já no CPES quase não comparece, a não ser em eventos esporádicos. Como aspecto negativo informou que não possui mais carteira de habilitação, assim, a dificuldade maior é o transporte dos produtos.

A segunda sócia entrevistada da região central, também do sexo feminino, tem 56 anos e possui o 2º grau completo. Afirmou que a origem do empreendimento aconteceu por intermédio de uma amiga, que a avisou sobre a reunião do empreendimento. Participa a um ano do empreendimento e refere-se que a principal motivação é a financeira, mas que gosta de participar pela necessidade de exercer uma ocupação fora de casa. Anteriormente, exercia atividade de auxiliar de enfermagem. Informou que a renda mensal média de sua família situa-se entre 3 a 4 salários mínimos, resultante de sua aposentadoria e do trabalho do marido.

A renda obtida pelo empreendimento é de R\$ 700,00 e a entrevistada afirmou que comercializa seus produtos somente no Centro Público de Economia Solidária.

Ao analisar as respostas da entrevistada que representa o empreendimento Doce Vida, constatou-se que o empreendimento foi formado em 2012, com 3 sócios que se mantêm até o presente. A sócia tem 34 anos e possui ensino superior completo em Serviço Social. Ficou conhecendo o Programa de Economia Solidária na faculdade e, quando se formou e não conseguiu emprego como Assistente Social, optou por torna-se sócia do empreendimento. Informou ainda que a renda familiar é de 2 a 3 salários mínimos, incluindo a aposentadoria dos pais.

O empreendimento Fuxico Brasil teve início em 2009, com 14 participantes e hoje se mantêm com apenas uma pessoa. A sócia que participou da entrevista tem 50 anos, é aposentada por invalidez e possui o segundo grau completo e quando questionada sobre a formação do empreendimento ofereceu a seguinte explicação:

Na verdade o grupo começou assim: teve uma reunião do CRAS com a Economia Solidária, e foi juntando a mulherada que não podia trabalhar para fora e eu estava no CRAS e me chamaram se eu queria ir e participar. *E eu falei, ah, eu vou na reunião, não vou perder nada, né.* Mas eu fui com a intenção de fazer comida, de mexer com alimentos, eu não fui com a intenção de mexer com artesanato. E tinha duas senhorinhas e uma disse que fazia fuxico e a outra disse que também fazia. Nós éramos em 14 mulheres; de 14 foi diminuindo, foi diminuindo, e ficou só nós 3 que tivemos mais interesse de entrar na Economia Solidária. Eu não sabia nem como costurar, mas eu aprendi tudo. Elas que ensinaram tudo, eu agradeço muito a elas, porque tudo o que eu aprendi foram elas que ensinaram. Elas pararam, porque uma teve glaucoma muito sério nas duas vistas e a outra o marido dela teve problema sério de saúde, então ela teve que parar, porque ela não podia deixar ele sozinho, porque são só os dois, né. Mas foi com elas que eu aprendi a fazer fuxico. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

A entrevistada relatou que ingressou no empreendimento como uma forma de terapia, pois estava muito doente na época e valeu-se da inserção no empreendimento para aliviar os sintomas de depressão, conforme se percebe pelo trecho transcrito a seguir:

Eu estava numa depressão assim que eu só queria ficar trancada dentro do quarto escuro. Eu não queria sair, não queria conversar. Chorar eu não chorava, mas eu queria ficar assim, sozinha. Então minha depressão estava assim muito, muito pesada. E quando eu comecei, que foi devagarzinho, eu comecei a ver como é que era, aí sarou. Aí esses dias atrás, esse final de ano, começou de novo, porque eu estava muito, muito cansada. Eu trabalhei muito para o Natal, para colocar tudo em dia, porque você tem que dar conta, trabalhar bem mais. Eu cansei bastante, mas valeu a pena. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

No que diz respeito à renda familiar, declarou ser de 1 a 2 salários mínimos, resultante da aposentadoria por invalidez e do trabalho que exerce em casas de família, passando roupa e cozinhando.

Quanto à motivação para continuar participando do empreendimento econômico solidário, a entrevistada assegurou que:

A minha maior motivação hoje a continuar participando do grupo é ver as pessoas entrarem aqui e elogiar o meu trabalho. Nossa, para mim, não tem motivação melhor do que ver as pessoas chegarem aqui e falarem, nossa ficou muito bem feito, muito bom, vou levar. Não choram pelo preço, porque o preço da gente é um preço justo. Não ficam falando assim, *ah, como tá caro.* Porque pelo menos eu faço de tudo pra sair perfeito, mas a gente sabe que não é perfeito, que não é todo mundo que acha que é perfeito. Mas eu sou muito assim, se eu fizer uma coisinha errada eu vou lá e faço de novo, eu sou perfeccionista. O que me motiva também é as meninas aqui, todo mundo. Se eu pudesse vir aqui todo dia eu vinha. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Verifica-se, na fala desta entrevistada, a convergência ao pensamento de Singer (1998), quando o autor refere que a maior dificuldade nos projetos de ES não se vincula à obtenção de uma fórmula organizacional ideal, mas consiste em mobilizar a iniciativa dos empreendedores em gerar diversas fórmulas organizacionais a serem colocadas em prática.

Questionada sobre a ocupação anterior, a entrevistada relatou que:

Eu era cozinheira, trabalhava de chefe de cozinha de um restaurante aqui de Londrina. Depois eu saí por motivo de saúde e comecei a trabalhar de doméstica integral. Eu ia em duas casas, de manhã em uma e de tarde na outra. Aí me deu trombose e eu tive que abandonar tudo. Eu tenho trombose no sangue, não tenho anticorpos, então qualquer coisinha já ataca. Então eu tive que parar definitivamente com o trabalho e tive que me aposentar por invalidez. É o que mais me machuca, porque eu vejo que tem pessoas aí que tem uma saúde enorme e ficam jogando fora. E eu olho assim e fico pensando. Ontem eu fui ao médico para ver como estão minhas vistas, a esquerda está ótima, mas a minha vista esquerda eu estou perdendo total. Mas não tem problema, estou na luta. Eu tenho glaucoma. Vai morrer cedo essa vista, mas até lá eu faço muito fuxico ainda. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

A comercialização dos produtos do Fuxico Brasil é feita na prefeitura, e na feira do calçadão no centro da cidade. A entrevistada afirmou que não vai à feira da Sercomtel, porque seus produtos não têm boa aceitação naquele local.

No que diz respeito ao empreendimento Nika Bordados, a sócia que participou da pesquisa tem 32 anos e o 2º grau completo. A ocupação anterior da sócia era de operária em uma fábrica no Japão, onde informou ter morado por muito tempo. O empreendimento teve origem em abril de 2011, conforme relato a seguir:

Na verdade, minha mãe trouxe as máquinas de bordado do Japão, né, que nós moramos lá muito tempo. Aí, nós começamos a trabalhar assim no final de 2009 e começo de 2010, começamos a fazer para parentes, amigos, e descobrimos que tinha a Economia Solidária, através de uma amiga. Ela indicou e viemos procurar o projeto em abril do ano passado, foi aí que nós começamos a participar daqui. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

A comercialização dos produtos é feita em escolas municipais, por meio de vendas para amigos e familiares, também são distribuídos cartões para lojas do centro que tenham mais ou menos a mesma linha de produtos.

Quanto à motivação para continuar no empreendimento, a sócia do empreendimento Nika Bordados informou que gosta de trabalhos manuais. E integrar o PMES oferece o benefício de acompanhar o crescimento de seus dois filhos, em suas palavras: “Assim eu posso trabalhar gerar uma renda e ainda participar do crescimento deles”.

Retoma-se aqui o pensamento de Santos (2002), quando este reforça a capacidade de motivação como uma das grandes vantagens deste tipo de empreendimento, na medida em que se trata de um processo democrático e participativo, em que é considerada a experiência de todos os participantes.

Sobre a renda familiar, a entrevistada afirmou ser de 3 a 4 salários mínimos e frisou que os lucros são um complemento da renda da família:

Então, é que é assim, eu e minha mãe como nós temos uma renda por fora disso, então a gente não pega muito dinheiro do que a gente produz. Porque assim, gradualmente, nós estamos crescendo, nós estamos tendo que produzir mais. Então todo dinheiro que entra, nós investimos em novas matérias, novos materiais pra aumentar produção mesmo né. Assim, em épocas festivas quando tem as feiras, aí dá uma venda boa, aí a gente tira em torno de R\$400,00 e R\$500,00 pra cada uma. Mas não é todo mês. É mais quando tem as datas festivas. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Na fala transcrita, pode-se identificar a instabilidade vivenciada pelos empreendimentos do PMES de Londrina, na medida em que não existe uma segurança financeira, posto que a venda dos produtos não se mantém uniforme ao longo dos períodos/meses do ano. No caso do empreendimento Nika Bordados, conforme o relato, as sócias não fazem retiradas frequentes, o que lhes possibilita investir mais no empreendimento.

Todavia, nem todos os empreendimentos podem adotar essa forma de gestão dos negócios, razão pela qual alguns sócios acabam se afastado dos empreendimentos a que pertenciam. Tendo em vista a necessidade de comparar os resultados dos empreendimentos no que diz respeito à geração de renda, optou-se por analisar as questões finais do instrumento de coleta de dados no conjunto.

Quanto à dedicação ao empreendimento, a Figura 13 expõe os resultados obtidos na comparação entre os cinco empreendimentos integrantes da Economia Solidária na Região Central do município de Londrina.

Figura 13 - Grau de dedicação ao empreendimento Região Central

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Verifica-se que apenas duas pessoas dedicam-se integralmente ao empreendimento, tendo sido reforçado por uma das entrevistadas que:

Eu venho só de manhã agora por causa do sol e do calor. Mas quando está mais fresco eu venho e fico o dia inteiro lá dentro do aeroporto vendendo. Eu entrava às 8:00 e saía às 7:00 horas da noite. E fazia tudo sozinha, então como não tinha ninguém pra ficar eu nem almoçava, ficava lá o dia inteiro. Mais eu fiz isso uns dois meses e parei, porque eu cansava muito e não comia direito. E outra ficar comendo só porcaria, só salgado todo dia não dá certo. Eu ficava no sábado, domingo, feriado, todo dia aqui para vender, mas eu cansei. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Por sua vez, a sócia do empreendimento Nika Bordados reportou-se ao fato de que a dedicação integral depende da época e reforçou que em datas comemorativas, como dia das mães, Natal e outras datas festivas a produção é maior e exige também maior disponibilidade de tempo. Em épocas normais, relatou que trabalha entre 6 a 8 horas por dia.

Um posicionamento comum nas entrevistadas da Região Central diz respeito ao trabalho com os afazeres domésticos, conforme se percebe na fala transcrita a seguir:

Não, eu me dedico meio período, porque eu trabalho de manhã em casa de família, até meio dia. Depois eu vou pra minha casa pra cuidar da minha casa. De tarde eu dou atenção pros meus netos, para depois eu ir mexer nos meus trabalhos. Eu trabalho mais à noite. Eu gosto de trabalhar mais a noite. Tem dia que eu vou dormir uma, duas da manhã, eu fico ali, coloco um radinho ligado do lado e fico ali. Na hora que o locutor fala bom dia, eu percebo que está na hora de ir dormir. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Quanto aos problemas e dificuldades enfrentados pelos empreendimentos, foram destacados os seguintes pontos:

- A única dificuldade é ser sozinha e ter que carregar os vasos;
- Investimento inicial;
- Participar sozinha do grupo, pois se houvesse outras pessoas para ajudar, uma cortava, outra amarrava e outra prendia, aí adiantava o trabalho e multiplicava o ganho da gente;
- Valorização do trabalho.

Uma das entrevistadas relatou que não tem problemas na manutenção de seu empreendimento. Houve, porém, duas referências ao fato das sócias estarem sozinhas na condução do empreendimento, o que gera dificuldades de ordem prática, como o transporte das peças e a própria confecção do material.

Assim, percebe-se a importância do papel de articulação do PMES, na captação de novos sócios para os empreendimentos e mesmo na proposição de alternativas que viabilizem condições de continuidade dos sócios nos empreendimentos.

Isto é confirmado quando se remete ao pensamento de Benini (2003), especialmente no que tange à possibilidade de elevar os sócios à condição de sujeito nos processos econômicos e produtivos.

Sobre as dificuldades de valorização dos trabalhos, a sócia do empreendimento Nika Bordados revelou que:

Mesmo sendo um preço justo, se for comparar os preços daqui da loja com os do mercado, os nossos são bem mais em conta, bem abaixo, né, de mercado. Mas mesmo assim, a gente sempre encontra aquelas pessoas que falam assim, *ah, tá caro; ah, não dá pra baixar?* Então é assim, um pouco da desvalorização das pessoas, né, pelos nossos produtos. É, não entendem o trabalho que dá, o tempo que leva, então às vezes desanima um pouco. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Isto remete aos resultados de outra questão, quando foi perguntado se as entrevistadas acreditam que a sociedade conhece e valoriza o trabalho desenvolvido pelo empreendimento de geração de renda. As respostas foram:

- Tem bastante gente que vem aqui. Os funcionários da prefeitura vêm bastante. Minhas florzinhas viajam.
- Alguns sim, outros não;

- Sim, as pessoas procuraram pelo produto.
- Sim, muitas pessoas conhecem, mas poucas têm coragem de participar;
- Não, não valoriza. Tem gente que entra aqui no nosso cantinho e nem sabe o que é, como funciona e querem só fazer caridade. Tem gente que não imagina o trabalho que dá, o tempo que a gente gasta pra fazer tudo. E tem gente que chega aqui puxa, puxa até estragar. E fala que é de baixa qualidade.

Sobre a participação dos empreendimentos em fóruns e seminários referentes à Economia Solidária, foi identificado que apenas duas entrevistadas realizam este tipo de atividade de integração, tendo uma se referido a um congresso realizado em Foz do Iguaçu-PR e outra se reportou à participação em curso de manipulação de alimentos. Uma das entrevistadas disse que participa apenas quando o evento é aberto à comercialização e exposição dos produtos.

Neste ponto, reforça-se a necessidade de haver, no âmbito da Economia Solidária no município de Londrina, uma assessoria mais dinâmica, que estimule uma maior participação dos empreendedores não apenas em eventos nos quais existe a possibilidade de exposição e comercialização dos produtos, mas que incentive ainda a capacitação conceitual e técnica contínua dos sócios, visando cumprir o princípio da cooperação, explicitado na Tabela 3, quando se confirma a necessidade dos empreendimentos buscarem saídas para os problemas, trocando ideias e experiências. Assim, a cooperação implica um trabalho coletivo, com objetivos comuns, união de esforços, de habilidades e capacidades, além da partilha dos resultados do empreendimento econômico solidário.

O que se percebe é que a cooperação existe de forma explícita entre os empreendimentos, mas não se estende aos demais empreendimentos da mesma Região e do município. Assim, seria interessante que fossem promovidos encontros entre os empreendimentos de todo o município para traçar estratégias de fortalecimento desta cooperação – como premissa para a consolidação dos princípios da Economia Solidária.

Ainda relacionado a este espaço de formação, foi questionado se as entrevistadas possuem conhecimento acerca da Secretaria Nacional da Economia Solidária. Uma sócia argumentou que não entende o linguajar deles, enquanto outra relatou que conhece mais ou menos, mas que não sabe como este órgão pode ajudar os empreendimentos.

Buscou-se ainda considerar o relacionamento dos empreendimentos com a sociedade e com os profissionais do Centro Público de Economia Solidária.

No que diz respeito ao relacionamento com a sociedade, foram destacados apenas aspectos positivos, na medida em que foi enfatizado que a estratégia de marketing mais utilizada é a propaganda boca a boca, tendo sido também feito referência a um programa de televisão do qual um dos empreendimentos participou e cuja repercussão mostrou-se positiva.

Uma das sócias entrevistadas relatou que muitas pessoas de sua própria comunidade não conhecem o trabalho desenvolvido pelo empreendimento e outra reafirmou a importância de acatar sugestões dos clientes, enfatizando que a produção de seu empreendimento começou de forma limitada, mas, com sugestões de clientes, foi ampliada.

Cabe destacar o que afirma a sócia do empreendimento Aeroflores:

Ah, vem bastante gente aqui e conversa, porque que tem muita gente que não conhece, eu morava aqui na rua de baixo e nem sabia que tinha isso aqui, que era um espaço desse. Tem muita gente que mora aqui perto que nem sabe que existe. Ano passado eles fizeram uma divulgação com os funcionários daqui do aeroporto, e aí veio bastante gente para comprar, para conhecer. Então acho que tinha que ter mais divulgação. E aí eles falam assim, vão em um *garden* e conversa, mas eles querem uma coisa de qualidade, com um selinho. Para você ver, um pé de figo que aqui é R\$5,00 no [cita o nome de um hipermercado do município] é R\$15,00 e o pessoal vai lá e compra e não compra aqui. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Sobre a relação do empreendimento com os profissionais do CPES, as entrevistadas foram unânimes em declarar que recebem incentivo. Tendo uma delas se referido às funcionárias do Centro como “verdadeiras mães”. Outra entrevistada disse que sem o apoio do Centro, não teria conseguido levar o empreendimento adiante.

Retomam-se as ideias apresentadas por Borinelli *et. al* (2011, p. 10), quando salientam que é tarefa dos técnicos ajudar e instruir a prática:

[...] por meio de processo educativo orientado na participação e no diálogo, a formar, a organizar, acompanhar sistematicamente ou oferecer assessorias pontuais procurando qualificar técnica e administrativamente as pessoas interessadas em constituir e melhorar seus empreendimentos econômicos solidários (EES). A parceria com os poderes públicos e com as iniciativas privadas nas localidades onde as ações são desenvolvidas tem sido praticada e é muito importante para os empreendimentos e para o fortalecimento das ações desenvolvidas no processo de incubação. Esse processo valoriza o saber acumulado das pessoas e do grupo com vistas à inclusão social e econômica, unindo “saber popular” a “saber científico” numa tentativa de transformação da prática cotidiana inter-relacionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Com isso, proporciona um processo educativo que contempla a construção e reconstrução de conhecimentos que vão modificando as circunstâncias, os homens e as mulheres na sua maneira de ser e agir.

Esta posição é reforçada por outra entrevistada:

Ah, não tem nem o que falar. É muito bom. Elas ajudam em tudo, tudo. Elas são sempre presentes. Quando não tem jeito de fazer alguma coisa elas dão um jeito. Elas vão atrás de tudo. Eu não tenho que reclamar de nenhuma delas. Não é repassado nenhum valor. No começo, quando a gente está começando, eles dão o fomento pra gente. Quando a gente está começando eles dão o fomento para a gente, eu preciso de tecido então eles vão ver onde o tecido é mais barato, quando não tem doação de empresas. Aí a gente pega o tecido, isso é o fomento, mas não tem que pagar de volta em dinheiro, paga-se em trabalho. Quer dizer, a prefeitura não pega o dinheiro da gente, nem o centro público. Tudo o que a gente ganha é da gente. Então, se você souber trabalhar vai ganhar sempre, se não souber, não vai ganhar nada. E quando o grupo começa a andar com as próprias pernas eles dão um apoio moral. E não dão mais o apoio financeiro. E tem muito grupo aqui que já anda com as próprias pernas. Eu sou um grupo que já anda, com os produtos que compro. Eu compro o que eu preciso com o dinheiro do que eu vendo. Então elas ensinam isso. Esse é o fomento da gente. Eles não dão em dinheiro, não. Eles dão em matéria-prima. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Certamente a assessoria representa o fomento mais importante disponibilizado pelo CPES, conforme afirma a entrevistada.

Esta postura coaduna-se com a ação central da proposta de gerenciamento da política pública de geração de trabalho e renda, conforme apontam Silva e Guimarães (2010), já mencionados, quando reforçam que a emancipação dos empreendimentos avança na medida em que estes deixam de se

constituir apenas como formas de enfrentamento da pobreza e se tornam meios e formas de enfrentamento das expressões da questão social.

Desse modo, seja pela via das ações estatais com ou sem a participação da sociedade civil, a efetivação dos direitos sociais na atualidade requer a emancipação na sociedade da informação e do conhecimento com políticas de geração de trabalho e renda que contemplem a inserção destas categorias-chave nos processos de sociabilidade da população (SILVA; GUIMARÃES, 2010).

Em resposta o questionamento sobre a renda gerada pelo empreendimento, todas as entrevistadas da Região Central disseram que se trata de um complemento da renda familiar, o que poderia sinalizar um distanciamento da proposta da Economia Solidária, que é uma política de geração de renda e trabalho.

Ocorre, no entanto, que não se pode analisar a formação dos empreendimentos apenas como expectativa de geração de renda. Por vezes, percebe-se que o envolvimento no Programa torna-se a principal vantagem.

Nos depoimentos a seguir, são expressas as opiniões de duas entrevistadas reportando-se às questões financeiras:

O dinheiro do fuxico que me ajuda muito. O dinheirinho do fuxico me ajuda demais, porque aí todo dia tem um dinheiro para comprar leite, comprar pão, uma mistura. Tem 2 meses que eu fiquei parada, foi onde faltou. Tem mês que vende muito bem, mas tem mês que vende R\$10,00. Se você for viver hoje só do artesanato não é compensatório, não dá pra viver. Tem gente que fala, ah, eu tiro R\$ 500,00 por mês, não tira. Porque é mentira, não tira. A gente tem as feiras: tem feira na prefeitura, tem feira na Sercomtel, tem feira no calçadão, mais mesmo assim não tira muito. Tem gente que tira aqui R\$ 400,00 – R\$ 500,00, mas só no dia das Mães, Natal. Aí tira, caso contrário não. Não adianta a pessoa falar que vai viver disso, porque não adianta, não vive. Não tem como a pessoa falar que só vai fazer isso, mas recebe R\$ 200,00 por mês e o aluguel é R\$ 400,00. Vai faltar, aí você tem que trabalhar dobrado, porque ainda faltam R\$ 200,00. E depois tem mais a água, mais a luz. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Na fala desta sócia, verifica-se que, mesmo sendo uma renda mínima, contribui para as despesas diárias da família. Importante ainda considerar o que afirma a entrevistada cuja fala foi transcrita “Não adianta a pessoa falar que vai viver disso, porque não adianta, não vive”.

Nesta dimensão, entende-se que a proposta da Economia Solidária não implica necessariamente a geração de renda suficiente para resolver todos os

problemas financeiros das famílias, mas representa, de forma inquestionável, um importante contributo na manutenção de uma posição que contempla o trabalho como fator de inserção social dos indivíduos na sociedade.

Esta percepção é confirmada pelas ideias de Benini (2003), quando o autor advoga que a Economia Solidária deve ser concebida como processo e como projeto com múltiplas dimensões. Ao longo desta análise, evidenciou-se que uma das dimensões encontradas na entrevista dos empreendimentos da Região Central, refere-se à constituição dos sujeitos como sócios e donos de seu próprio negócio, inseridos pelos princípios da solidariedade e gestão coletiva, o que equivale a trabalhadores soberanos em seu modo de produzir e viver.

3.2.2 Análise dos Resultados da Pesquisa com os Empreendimentos da Região Norte do Município de Londrina

Nesta seção, são analisados os resultados obtidos a partir da aplicação do instrumento de coleta de dados com cinco empreendedores da Economia Solidária da Região Norte do município de Londrina. No Quadro 2, encontram-se dispostas maiores informações sobre tais empreendimentos.

Quadro 2 - Empreendimentos entrevistados – Região Norte – Londrina.

Empreendimento	nº de sócios	Produtos	Ano de formação	Local de funcionamento	Renda mensal auferida pelo empreendimento
Crochê Ideal	3	tapetes, roupas infantis, móveis, cobre-jarra	2003	Rua Zircônio, 201	R\$ 900,00
Estilo e Arte em papel	4	Necessaires e bolsas	2011	Rua Holanda Caran, 78	R\$ 550,00
Flor de Trigo	3	pães, panetones, tortas e roscas	2008	Rua José von Stein, s/n	R\$ 300,00
Michelle Centro de Beleza	2	Serviços de cabeleireiro	2012	Rua Choki Kotinda, 150	R\$ 600,00
Portal dos Tapetes	2	Tapetes	2011	Rua Humberto Bergamini Testa, 210	R\$ 900,00

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

As informações contidas no Quadro 2 denota que os empreendimentos que compõem a amostra da Região Norte comercializam produtos diferenciados, incluindo trabalhos manuais, alimentos e serviços de cabeleireiro. O número de sócios varia entre 2 a 4 pessoas e a renda mensal obtida pelo empreendimento varia de R\$300 a R\$900 reais.

A sócia do empreendimento Crochê Ideal tem 41 anos, possui 2º grau completo e participa do empreendimento desde 2003. Relata que já confeccionava as peças quando foi convidada, em uma reunião sobre a Bolsa Escola, para integrar a Economia Solidária. Comentou que sua motivação para ingressar no programa foi financeira.

Quanto à dedicação ao empreendimento, a informante disse que não é integral, pois trabalha como diarista, mas costuma dedicar-se até 8 horas por dia às atividades. A sócia afirmou que possui renda de menos de um salário mínimo, posto que a renda proveniente da comercialização é dividida entre as três sócias participantes.

Nesse contexto, a renda gerada constitui-se em um complemento da renda familiar, contudo a entrevistada disse que: “Já foi a única. Agora tem outras rendas pra complementar, porque só aqui não dá, ainda não dá para viver só com o dinheiro daqui. Aqui é um complemento da renda”.

Observa-se, na fala da entrevistada, a percepção de que não é possível viver só com a renda gerada pelo empreendimento do qual participa, mas existe uma perspectiva de melhora no futuro, sinalizado pela expressão “*ainda* não dá para viver só com o dinheiro daqui”, o que se pode inferir que a sócia acredita na expansão das atividades e conseqüente aumento dos lucros de seu trabalho.

Quanto à comercialização dos produtos, foi informado que é realizada em feiras organizadas pelo PMES e apontou como fator negativo a falta de conhecimento da comunidade sobre as atividades desenvolvidas pelo empreendimento.

A sócia do empreendimento Crochê Ideal relatou que participa de fóruns e seminários quando convidada, mas quando questionada sobre a atuação da Secretaria Nacional da Economia Solidária revelou que sempre ouve falar a respeito nos seminários dos quais participa, mas não soube dar mais detalhes.

No que diz respeito ao empreendimento Estilo e Arte, a sócia que participou da pesquisa tem 31 anos de idade, com segundo grau completo e participa

do empreendimento desde 2011, tendo sido convidada por uma vizinha para participar. Confirmou que sua motivação é financeira, mas não se dedica integralmente e indicou como renda gerada pelo empreendimento R\$550,00. Recebe ainda complemento de renda da Bolsa Família. Apontou renda familiar mensal entre um a dois salários mínimos, ressaltando que o marido também trabalha.

Sobre os aspectos positivos e negativos do empreendimento, somente mencionou alguns pontos de venda e encomenda. Dessa forma, a entrevistada sinalizou a necessidade de se implantar novos pontos de venda.

Vale destacar que no momento, as feiras da Economia Solidária no município de Londrina são realizadas no Calcadão, na Sercomtel e mais recentemente na Universidade Estadual de Londrina (UEL), mas nesse último local não é permitida a comercialização de produtos alimentícios, tais como salgados e doces prontos para o consumo.

Outro dos empreendimentos pertencentes à Região Norte do município de Londrina é o Flor de Trigo, que comercializa pães, panetones, tortas e roscas. A sócia entrevistada não indicou a idade e possui 2º grau completo. Participa do empreendimento há apenas um ano e relatou que a origem do mesmo deu-se pela atuação de duas senhoras, que vendiam pães na porta da igreja e, juntas, passaram a integrar o empreendimento.

Quanto à motivação, a entrevistada disse ser financeira, e acrescentou: “Porque aí a gente não precisa ficar dependendo do marido. Não precisa pedir dinheiro pra fazer uma unha, pintar um cabelo. É chato toda vez ter que pedir dinheiro. Assim eu ganho meu dinheirinho e faço o que eu quero”.

A sócia do empreendimento disse ainda que se dedica integralmente às atividades do empreendimento:

Porque a gente não para. É muita encomenda, todo mundo gosta do que a gente faz. Ó, hoje eu estou aqui vendendo, mas já acordamos às 5 horas da manhã para fazer tudo e trazer bem fresquinho. Porque o cliente gosta de comer coisa fresca e não pão amanhecido, murcho. Eu estou aqui vendendo, mas a minha colega ficou fazendo os pães para eu trazer amanhã para vender. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Antes de participar do empreendimento, a entrevistada afirmou que era cozinheira, mas no lugar em que trabalhava fechou. Declarou ainda que não é beneficiária de nenhum programa do governo federal e a renda familiar é de 3 a 4 salários mínimos, incluindo a renda do marido, aposentado por invalidez.

Relatou ainda que comercializa seus produtos no centro público, nas feiras, nos eventos em que são convidadas e na porta da igreja do bairro.

O empreendimento Michele Centro de Beleza foi representado na pesquisa pela sócia que informou ter 30 anos, com 2º grau incompleto e referiu que fez o curso de cabeleireira pelo grupo das mães unidas e tinha plano de abrir seu próprio salão. Estimulada por uma cliente, procurou o Programa de Economia Solidária, onde está vinculada a um ano.

A motivação para continuar é financeira, visto que com essa renda é que sustenta a família, mas apontou ainda a profissão como um sonho de infância e também como uma forma de ficar perto dos filhos, ao mesmo tempo em que exerce uma profissão. Dedicar-se em tempo integral, de segunda a sábado o dia todo. Quando perguntada sobre a ocupação anterior, expôs da seguinte forma:

Eu era do lar. Porque você sabe, né, com 4 filhos não é fácil trabalhar fora, cada um vai um horário pra escola, aí fica complicado de estar em casa na hora do almoço, para aprontar 2 para ir para a escola, receber os outros dois que já foram de manhã. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Quanto à renda mensal familiar, disse situar-se entre um a dois salários mínimos, sendo complementada pelo Programa de Transferência de Renda do Governo Federal – Bolsa Família, no valor de R\$ 220,00.

A sócia relatou que sua relação com a comunidade não é boa, uma vez que o empreendimento não teve o apoio e o retorno esperados, ressaltando que “[...] os moradores daqui deveriam valorizar o que é do povo, do bairro”.

No empreendimento Portal dos Tapetes, o entrevistado foi um homem, com 59 anos de idade, 1º grau incompleto e que deu a seguinte informação a respeito da origem do empreendimento:

Bom, o que me levou a produzir tapete porque foi o seguinte: eu tive um problema de saúde e eu não recebia nada do INPS. E muito tempo eu fiquei assim parado, sem receber nada, porque eu ia no médico, o médico não passava nada, nem encaminhava para o INPS e nós dependemos de um médico pra encaminhar. Eu ia no postinho e o médico não atendia. Aí quando chegou a atender eu já estava trabalhando e eles me aposentaram. Como eu já estava trabalhando, continuei trabalhando, né. Mais eu não tinha quem ensinasse fazer. Aí eu ia daqui em Ibaiti, ficava 15 dias na casa de um irmão meu lá trabalhando junto com ele. Lá aprendi a fazer sofá. Porque eu era machucado e eu não tinha dinheiro de onde tirar, aí ele ensinou a fazer. Mais, eu comecei fazendo um bem grosseirão, aí eu tive que organizar, aperfeiçoar, mas hoje eu faço porque o salário não dá, é pra complementar o dinheiro. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

O entrevistado disse que atua no empreendimento há dois anos e que ficou sabendo por uma pessoa da família que trabalha no CPES e dela recebeu informações e ajuda.

Quanto à atuação do empreendimento no bairro, o sócio relatou que:

Eu trabalho muito né. Então os vizinhos são muito bons. Eles sempre vão na minha casa comprar tapete. Eu vendo mais na minha casa do que fora. Antes era mais difícil, mas agora todo mundo conhece e vai à minha casa comprar. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Deve-se observar que o conhecimento da comunidade local acerca do trabalho de cada empreendimento mostra-se determinante para ampliar os negócios.

Ao se referir aos princípios da Economia Solidária, verifica-se que a autogestão assume papel preponderante, uma vez que todos os sócios são responsáveis pela gestão do empreendimento de forma democrática e cooperativa, no entanto, esta prática não se faz presente quando o entrevistado afirma vender mais tapetes em sua casa que fora, ou seja, no CPES. Uma vez que ele possui uma sócia, entende-se que ao comercializar seus produtos em casa, deixa de considerar a proposta seminal da ES, qual seja a cooperação.

Quanto à motivação para continuar no empreendimento, o sócio do Portal dos Tapetes disse que:

A renda e também porque se eu ficar parado dentro de casa eu fico doido. Porque para quem é acostumado a trabalhar desde os 7 anos de idade, ficar parado na idade que eu estou não dá certo. Claro que eu não me esforço, que eu não me mato, mas enquanto eu puder trabalhar, eu vou trabalhar. Então o que eu tenho que fazer é isso aí, não posso ficar aqui sentado. É o motivo de eu trabalhar. A renda não é grande não, é uma renda básica, mas dá. E hoje nós temos bastante pessoas que pegam assim particulares, fora do grupo, aí nós fazemos. Eu mesmo vendo mais tapete por fora, porque eu mando para São Paulo, do que aqui. Porque igual o meu eu nunca vi ninguém produzir, aí o pessoal vem buscar aqui. Porque eu tenho parente em São Paulo que sempre vem buscar para vender lá. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Da fala deste entrevistado, pode-se abstrair a essência da Economia Solidária como forma de geração de renda e trabalho, com especial ênfase para este, pois, como afirma o sócio em sua fala “Então o que eu tenho que fazer é isso aí, não posso ficar aqui sentado. É o motivo de eu trabalhar”.

Em posição semelhante a este entrevistado, pode-se mencionar a sócia do empreendimento Aeroflores, que disse “Porque eu, se eu ficar em casa eu vou ficar fazendo o quê? Assistindo televisão? [...] E aqui é uma ocupação, eu converso com todo mundo”.

Ao se retomar o posicionamento assumido pelos entrevistados, comprova-se que a inserção no PMES proporciona além da renda extra, a elevação da autoestima dos sócios, que passam a assumir a condição de protagonistas de seu trabalho, na medida em que se situam como sócios, mas também como gestores.

Esta percepção confirma a fala da gestora entrevistada, quando a mesma mencionou a existência de “[...] ganhos que não podem ser mensurados, na qualidade de vida, na autoestima dessas pessoas, o descobrir-se capaz” (G., 2012).

Questionado sobre a dedicação ao empreendimento, o entrevistado relatou em alguns dias trabalhar o dia todo, outros dias faz meio período, dependendo da demanda. Quanto à renda mensal familiar, foi informado ser entre um a dois salários-mínimos, incluindo a aposentadoria do sócio entrevistado.

Cabe considerar a resposta obtida quando se perguntou sobre a ocupação anterior do entrevistado:

Vixe fia, eu já trabalhei de tanta coisa nessa minha vida. Tudo que você imaginar, nessa minha vida eu já fiz. Já trabalhei de vigia, em posto de gasolina, trabalhei em mina de carvão. Hoje em dia, tem muita gente que fala que está desempregado, mais o que que é o desemprego? A pessoa fica desempregada e não vai procurar outra profissão, por isso que eu já fiz um pouco de tudo nessa minha vida. E eu nunca tive esse problema, porque não ficava sem correr atrás de trabalho. Porque eu tinha uma família e se eu parasse, os filhos iam perecer. E não tinha jeito. Por isso que eu aprendi a fazer várias profissões, porque se não tinha aqui, eu ia procurar lá na outra. Mas agora ultimamente quando eu me machuquei eu estava trabalhando de eletricista. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Quando se buscou comparar as respostas dos entrevistados dos cinco empreendimentos selecionados para a pesquisa na Região Norte, foram obtidas informações acerca da valorização do trabalho desenvolvido pelo empreendimento de geração de renda. Foi consenso entre os sócios dos cinco empreendimentos que a sociedade não conhece e nem sempre valoriza o trabalho dos empreendimentos. Nesta direção, a sócia do empreendimento Crochê Ideal foi enfática ao afirmar que “Poucos conhecem, menos ainda valorizam. Esse é um dilema da nossa vida. As pessoas não reconhecem nosso trabalho”.

Neste ponto, cabe reafirmar, com respaldo em Borinelli *et. al.* (2011, p. 209), que:

[...] parece-nos urgente, para uma maior efetividade de uma rede de comercialização em Londrina: a) criar e consolidar um espaço de interlocução institucional e entre os núcleos de produção da Região; b) estabelecer um pacto entre os representantes do setor público e os núcleos, para a elaboração de um plano estratégico para implantação da ES na cidade; e c) investir na capacitação de agentes de políticas públicas em ES.

Deve-se acrescentar que as propostas dos autores, se concretizadas, podem solucionar alguns dos problemas levantados na análise das entrevistas realizadas, sobretudo quando se reportam à interlocução necessária entre os núcleos de produção da Região, o que remete à essência da proposta da Economia Solidária, que pressupõe a cooperação como elemento norteador das ações de geração de renda e trabalho.

Pode-se ainda sugerir, para ampliar a valorização do trabalho desenvolvido pelos diferentes empreendimentos que atuam no município de

Londrina, uma ampla campanha de divulgação nos veículos de comunicação locais, sob a supervisão dos técnicos de apoio do PMES.

Cumpra ainda ressaltar que, embora ainda sejam necessárias muitas ações mais concretas – sobretudo por parte dos gestores públicos – para concretizar os princípios da Economia Solidária na condução dos empreendimentos no município de Londrina, são indiscutíveis os avanços percebidos desde a implantação do PMES.

Esta percepção é confirmada em dimensão mais ampliada, conforme se percebe na análise de França Filho (2006, p. 266):

Observa-se, portanto, que não só a discussão sobre as políticas públicas, mas também as próprias propostas de política voltadas para a economia solidária vêm avançando significativamente no país, preocupando-se com sua continuidade, com o fortalecimento do tecido social da sociedade civil organizada, entendido como suporte das ações políticas, e com as formas de monitoração das mesmas que passam a se dirigir aos avanços qualitativos, como o da organização política, das relações sociais, das atitudes individuais etc.

Como explicita o autor, a proposta da Economia Solidária vincula-se ao fortalecimento do tecido social da sociedade civil organizada, o que equivale a compreender os empreendimentos solidários não apenas como um avanço nas políticas sociais de geração de renda e trabalho, mas de comprometimento com o fortalecimento da democracia, na medida em que representam um modo de inclusão socioeconômica e espacial de um número crescente de pessoas.

Ao buscar a análise das respostas do coletivo dos empreendimentos da Região Norte, tornou-se possível avaliar a relação dos mesmos com a sociedade e com profissionais do CPES, da mesma forma em que se pode contemplar a renda obtida pelos empreendimentos e os problemas e dificuldades enfrentados pelos integrantes.

Avaliou-se a dedicação ao empreendimento, expressa na Figura 14 em relação aos cinco empreendimentos integrantes da Economia Solidária na Região Norte do município de Londrina.

Figura 14 - Grau de dedicação ao empreendimento – Região Norte

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Verifica-se que três sócios dedicam-se exclusivamente aos seus empreendimentos, enquanto outras duas exercem diferentes funções, sendo a primeira diarista e segunda cozinheira.

Muito oportuna a menção dos entrevistados sobre a importância da valorização do trabalho desenvolvido pelos empreendimentos, conforme se pode entrever pelas afirmações a seguir:

É aquela história, alguns da sociedade conhecem, mas não reconhecem o valor (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Algumas pessoas sim. Outros não. Principalmente porque é coisa de comer, aí o povo às vezes reclama que é um pouco caro, mas não vê o trabalho que dá (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Sim, tirando o preconceito de algumas pessoas. Acho que a divulgação boca a boca é muito importante, porém não teve o retorno esperado. Fizemos um monte de cartãozinhos, esperávamos mais gente (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Ah, é legal. A gente vende para fora, vende para bastante gente e bastante gente conhece o que a gente faz (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Ao considerar o preconceito a que se refere a sócia do empreendimento Michele Centro de Beleza, verifica-se a relação existente entre a localização espacial e os resultados obtidos pelo empreendimento, localizado em um bairro recentemente povoado, sem a infraestrutura adequada, mas que, gradativamente, começa a emergir como uma expressiva população cujas necessidades o Poder Público deveria voltar sua atenção de maneira mais efetiva.

Fazemos tudo em nossa casa. Essas casas aqui do Vista Bela, você sabe, né, são pequenas, então eu e meu marido trabalhamos na nossa área de lavanderia. Tem gente que já conhece, sabe que o trabalho é bom e não liga que não seja tão adequado assim, mas tem gente que liga, marca horário, quando chega aqui não confia no trabalho, vê como são as coisas e vai embora. Dá vontade de chorar, mas é uma opção da pessoa (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Cabe aqui apontar o que sinaliza Wellen (2008) quando refere que a razão da dificuldade de aquisição dos produtos e serviços da Economia Solidária pela comunidade local situa-se precisamente no preço. Dessa constatação, emerge a compreensão de que a Economia Solidária, sem capacidade de competir com o grande capital, deve buscar nichos de mercado, especialmente aqueles formados por consumidores que desejam consumir produtos e serviços produzidos de forma socialmente justa e ambientalmente responsável, por possuírem uma consciência cidadã.

Quanto aos problemas e dificuldades vivenciados na proposta de Economia Solidária, foram encontradas as seguintes referências: as sócias dos empreendimentos *Crochê Ideal* e *Flor de Trigo* afirmaram não ter problemas; a entrevistada do empreendimento *Estilo e arte* relatou que a dificuldade consiste em conseguir vender até que a comunidade passe a conhecer o produto. Por sua vez, a sócia do *Michele Centro de Beleza* reforçou a necessidade de um espaço adequado e bonito, que chame mais a atenção e que evite o preconceito de alguns clientes. O sócio do *Portal dos Tapetes* relatou que não vê problemas e associou possíveis diminuições nas vendas à crise no comércio de maneira geral.

Nesse contexto, pode-se ressaltar a seguinte análise:

Em geral, a grande maioria dos grupos enfrenta dificuldades para tocar os seus próprios negócios e não possuem os conhecimentos adequados à viabilidade econômica e associativa das atividades que realizam. No mais das vezes, é superficial o conhecimento sobre os diversos aspectos práticos que compõem (ou deveriam compor) a atividade. Se é verdade que um grande desafio enfrentado pelas organizações econômicas populares é o desenvolvimento de formas de trabalho que sejam economicamente viáveis e emancipadoras, são relativamente poucos os trabalhos que vêm conseguindo desenvolver tais relações (KRAYCHETE, 2006, p. 2).

Na direção apontada pelo autor, pode-se vislumbrar a necessidade de uma atuação mais consistente dos profissionais do PMES, sobretudo no que se

refere ao aprofundamento dos conceitos de autogestão e gerenciamento dos negócios.

Não obstante, da análise das respostas sobre a relação dos empreendimentos com os profissionais do CPES, obteve-se a confirmação de que o suporte dado aos empreendedores mostra-se determinante para a continuidade dos empreendimentos. Foram destacados aspectos positivos como a disponibilidade, dedicação e atenção, consolidando os requisitos necessários para a assessoria prestada aos empreendimentos do município de Londrina.

Nesse sentido, ressalta-se os pressupostos elencados por Coraggio (2003), quando o autor elenca as vantagens de buscar outras formas de efetivar as capacidades das pessoas, na oferta de condições para ascender a meios e condições de vida por meio do trabalho comunitário, da produção simples de mercadorias em empreendimentos análogos aos empreendimentos que constituem o objeto da presente pesquisa.

No que diz respeito à renda obtida pelo empreendimento econômico solidário, foram obtidas as informações transcritas na sequência:

Depende o mês. Mas coisas de comer vendem bastante, ainda mais se é bom. Ah, eu tiro na base de uns R\$ 300 por mês (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Não, é apenas um complemento. Porque como eu te falei antes, meu marido é aposentado. E esse dinheirinho ajuda bastante (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Ah, eu creio que assim, ainda não tem uma base certa, mas eu calculo que é na faixa de um salário mínimo, pra cada um, pra mim e pra minha amiga que também faz tapete (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

As respostas dadas convergem para o entendimento já apresentado por Santos e Borinelli (2010), quando os autores explicitam que a Economia Solidária promove o casamento entre a posse e o uso dos meios de produção e distribuição, posicionando-se em direção contrária à ditadura do capital. Incentiva-se, assim, a ampliação dos canais de participação popular na busca de diminuir as desigualdades que afligem grande parte da população brasileira.

Na última questão do instrumento de coleta de dados, identificou-se que nenhum dos entrevistados da Região Norte possui conhecimento sobre a atuação da Secretaria Nacional da Economia Solidária.

3.2.3 Análise dos Resultados da Pesquisa com os Empreendimentos da Região Leste do Município de Londrina

Nesta seção, são analisados os resultados obtidos a partir da aplicação do instrumento de coleta de dados com quatro empreendedores da Economia Solidária da Região Leste do município de Londrina. No Quadro 3, encontram-se dispostas maiores informações sobre tais empreendimentos.

Quadro 3 - Empreendimentos entrevistados – Região Leste – Londrina.

Empreendimento	nº de sócios	Produtos	Ano de formação	Local de funcionamento	Renda mensal auferida pelo empreendimento
Aromas	3	Sabonetes artesanais e difusores	2012	Chácara Luma – Limoeiro	R\$ 400,00
Art de Tempero	3	Salgados e doces	2013	Rua Angelo Romeiro Nardo, 46	Empreendimento novo, ainda não gera lucro
Art´s e Bordados	2	Artigos infantis bordados na máquina	2011	Rua Brilhante, 231	Não quis informar
Companhia do Pão	2	Pão	2012	Rua Itália Choucino, 75	R\$ 250,00

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

O primeiro empreendimento analisado na Região Leste é o empreendimento Aromas, representado por uma mulher, que não declarou a idade, tem escolaridade de 1º grau completo e deu a seguinte explicação sobre a origem do empreendimento:

Nós começamos a produzir porque viemos embora do Japão, já não dava mais pra ficar lá, é muito sofrido e a jornada de trabalho é muito cansativa. Trabalhava lá em uma empresa do ramo alimentício. Aí como nós tínhamos dinheiro, eu comecei a fazer e vender para os vizinhos, dar de presente e todo mundo falava que eu tinha que vender, para ganhar dinheiro. Foi assim que comecei a produzir. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Sobre o incentivo inicial, a sócia entrevistada disse que uma amiga falou a respeito da Economia Solidária, que os profissionais que lá atuam poderiam orientar sobre as maneiras mais efetivas de se organizar para a produção e venda.

Observa-se, na origem deste empreendimento, uma semelhança com o empreendimento Nika Bordados, em que mãe e filha, descendentes de japoneses, tendo morado muitos anos no Japão, no retorno ao Brasil, precisavam realizar alguma atividade para gerar renda, começaram então a produzir suas peças para amigos e foram incentivadas a integrar o empreendimento da Economia Solidária, também por influência de uma amiga.

Quanto à motivação para continuar participando do empreendimento de geração de renda, a entrevistada disse ser financeira, mas afirmou que a ocupação é um incentivo para integrar o PMES.

Quanto à dedicação ao empreendimento, a sócia mencionou que é integral e acrescentou:

Datas festivas e comemorativas, né, tipo Dia das Mães, Natal, é mais produção, aí é direto, não tem final de semana, nem nada. Faço lembrancinha para casamento, 15 anos, batizados, então tenho bastante encomenda. E agora quero começar a produzir vela decorada, mas ainda estou adaptando o espaço que tenho, pois os sabonetes nós fazemos no sótão de casa, mas as velas precisam de mais cuidados. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

A entrevistada disse não receber ajuda de nenhum programa de governo e declarou ter renda familiar entre 3 a 4 salários mínimos, sendo a renda obtida pelo empreendimento em torno de R\$ 400,00. Sobre a comercialização dos produtos, afirmou que vende para amigos, familiares, vizinhos, bem como sob encomenda, e está tendo inúmeros pedidos, de lembrancinhas de casamento, festa de 15 anos, festa de bebê. Declarou não enfrentar problemas e dificuldades e participa de fóruns e seminários quando são abertos à comercialização e à exposição dos produtos.

O segundo empreendimento da Região Leste que integra esta pesquisa é o *Art de tempero*, representado por uma mulher, com 37 anos e 2º grau completo, que relatou ter voltado do Japão e, por não conseguir emprego, resolveu tentar obter uma renda foi quando uma prima comentou sobre o PMES, o qual passou a integrar apenas dois meses antes da realização da entrevista.

Assim, sua motivação foi financeira e declarou que se dedica integralmente ao empreendimento e ainda referiu-se à sua ocupação anterior em uma fábrica de componentes eletrônicos no Japão. Não é beneficiária de programa de transferência de renda e declarou renda familiar entre 3 a 4 salários-mínimos.

Quanto à renda obtida pelo empreendimento com a comercialização dos produtos revelou que, por se tratar de um empreendimento com pouco tempo de existência ainda não está dando lucros. Destacou como ponto negativo do empreendimento o fato de comercializar porta a porta.

O terceiro empreendimento entrevistado na Região Leste foi o *Art's e Bordados*, representado nesta pesquisa por uma mulher, com 56 anos, com 2º grau completo e que assim descreveu a origem de seu empreendimento:

Eu e minha mãe já fazíamos bordados e vivemos um pouco no Japão e lá eu cuidava de criança e fui juntando meu dinheiro pra comprar uma máquina. Naquela época, em 2000, aquela máquina aqui no Brasil não existia ainda, era novidade. Eu adoro bordar e quando vi aquela máquina pensei, 'é um sonho, eu preciso comprar essa máquina'. Aí eu comprei a máquina lá e logo voltei para o Brasil. Só que aqui essa máquina ficou entocada, porque eu cheguei aqui e fui mexer com lanchonete, fui fazer cursos de informática e a máquina ficou lá. Em 2002 eu fui pra Porto Velho e quando retornei, em 2003, e minha mãe falou 'Por que você não borda e eu vou na CMTU e peço a licença pra gente ir vender na feira?' Eu resolvi tentar. Aí minha mãe veio na CMTU conseguiu a licença e eu comecei a bordar. E não parei mais porque deu certo. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Embora tenham uma longa trajetória na produção de bordados, a sócia disse que participa do empreendimento de geração de renda desde 2011, tendo sido motivada por uma amiga, que a impeliu a procurar o CPES, inicialmente com a motivação de parar de trabalhar aos finais de semana (em feiras-livres), conforme suas palavras: "Então, foi mais por assim, por querer parar de trabalhar nos final de semana, para vir aqui só uma vez por semana e ter tempo pra descansar um pouco".

A sócia deste empreendimento disse que não se dedica integralmente ao empreendimento e recebe aposentadoria do governo, tendo renda familiar mensal de 2 a 3 salários-mínimos.

Sobre a renda auferida pelo empreendimento, não declarou exatamente a quantia, mas disse que:

Ah, a gente vende bem, né. Mas tem que dividir comigo e com a minha mãe. No final não é muito, não. Mas a gente tem bastante encomenda. E se a minha amiga entrar, a gente vai ganhar mais, mas também vai ter que dividir em mais gente. (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

Na fala desta empreendedora, denota-se uma maneira simplista de gestão do empreendimento, quando a sócia afirma que a adesão de uma nova integrante ao empreendimento vai trazer mais renda, mas a divisão dos lucros também será ampliada.

Desse modo, embora a gestora tenha afirmado, durante a entrevista realizada e analisada no tópico anterior deste capítulo, que os integrantes do PMES passam por uma capacitação conceitual, técnica e de gestão, não foi possível observar nas entrevistas realizadas ações pontuais que confirmem o aprendizado destas formas de gestão.

Neste ponto, recorre-se às ideias de Borinelli *et. al* (2010), quando apontam para a necessidade de formulação de um processo educativo orientado na participação e no diálogo, com vistas a formar e a organizar os empreendimentos, vinculados à oferta de assessorias pontuais nas dificuldades apresentadas pelos empreendimentos.

É possível sugerir, sob a ótica do pensamento de Kraychete (2007, p. 9) a análise da sustentabilidade dos empreendimentos associativos não pode ser realizada somente como um problema econômico ou de curto prazo, mas pressupõe ações políticas comprometidas com um processo de transformação social. Nas palavras do autor:

Num plano mais imediato, o enfrentamento de muitas das atuais dificuldades das organizações econômicas populares pressupõe um trabalho educativo mais permanente junto às mesmas, voltado para a construção de um conhecimento, por parte dos seus integrantes, sobre as condições necessárias à viabilidade econômica e gestonária destas organizações. Isto requer o desenvolvimento e a amplificação de conhecimentos e práticas adequadas à realidade específica dos empreendimentos da economia solidária, para que se transforme num saber coletivo o que alguns grupos já conseguiram (KRAYCHETE, 2007, p. 9).

Nos moldes propostos por este autor, denota-se a necessidade de um trabalho educativo permanente dos gestores junto aos empreendimentos, no intuito de ampliar os conhecimentos específicos da gestão dos empreendimentos de

Economia Solidária, com vistas à consolidação dos princípios amplamente divulgados pela proposta do PMES, mas pouco palpáveis nas interfaces das entrevistas realizadas.

Na realização da entrevista com o empreendimento Companhia do Pão, obteve-se a informação de que a sócia que participou da pesquisa tem 34 anos, possui o segundo grau completo e disse que a origem do empreendimento se deu por ideia de uma amiga, afirmando que “Como sempre cozinhamos bem, resolvemos começar a fazer pão para vender”.

O empreendimento é recente, tendo iniciado suas atividades em setembro de 2012. Quanto à motivação, a entrevistada relatou que: “Ah, a renda, né!? E outra coisa, eu faço meu horário, isso é muito bom pra mim. É uma renda a mais, né, que ajuda muito no final do mês, na hora que as contas chegam”.

A dedicação ao empreendimento é integral, e a entrevistada relatou que é “produção total. Sempre estamos ativas”. Quanto à ocupação anterior, a sócia relatou que trabalhava como vendedora, sua mãe é do lar e seu pai aposentado. “Moramos todos juntos e pra complementar a renda, decidimos fazer pão”.

Assim, ao comparar a dedicação de cada sócio da Região Leste aos seus respectivos empreendimentos, tornou-se possível a elaboração da Figura 15.

Figura 15 - Grau de dedicação ao empreendimento – Região Leste.



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Verifica-se que dos quatro empreendimentos abordados na Região Leste, apenas um sócio não se dedica integralmente ao empreendimento, enquanto três outros disseram dedicar-se em tempo integral ao empreendimento.

No que diz respeito à percepção dos entrevistados quanto à valorização da sociedade do trabalho desenvolvido pelo empreendimento de geração de renda, a sócia da Companhia do Pão respondeu de forma afirmativa, enquanto uma das entrevistadas disse que a Economia Solidária é pouco divulgada. Deve-se frisar a opinião de uma das sócias, quando relata que:

Como a gente vende bastante, muita gente conhece a gente e o que a gente faz. É uma satisfação muito grande quando as pessoas entram aqui e valorizam e falam que tá bonito nosso trabalho, é muito satisfatório (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

A despeito deste posicionamento da entrevistada, percebe-se, nas entrelinhas de muitas falas dos empreendedores de diversos empreendimentos, mais notadamente naqueles que realizam trabalhos manuais, que nem sempre esta valorização é percebida, assim como acontece em outros empreendimentos de outras Regiões, conforme se comprova pela fala da sócia do empreendimento Nika Bordados, quando mencionou que os clientes não valorizam o trabalho, o tempo despendido na confecção das peças, o que gera certo desânimo nos empreendedores.

No tocante à análise das respostas do coletivo dos empreendimentos da Região Leste, constatou-se que a relação dos mesmos com a sociedade mostra-se bastante positiva, conforme enfatizado pela sócia do empreendimento Aromas, quando ressalta que este relacionamento atua como marketing de relacionamento com os clientes, na medida em que “[...] sempre um vai falando pra outro. A propaganda boca a boca é a melhor que existe, porque um vai falando pro outro”.

A sócia da Companhia do Pão reforçou que uma padaria do bairro passou a inserir seus produtos em seu ponto de venda, o que representa em sua concepção: “[...] isso é uma honra, um reconhecimento muito grande”.

No que se refere ao relacionamento com os profissionais do CPES, todos os entrevistados disseram que são favoráveis ao desenvolvimento das atividades da Economia Solidária.

Sobre o conhecimento da Secretaria Nacional da Economia Solidária, apenas dois entrevistados ouviram falar de sua existência, mas não souberam dar maiores informações a respeito de sua atuação.

Os problemas e dificuldades relatados pelos sócios entrevistados na Região Leste são comuns aos demais empreendimentos já analisados, devendo-se ressaltar a posição da sócia do empreendimento Art de Tempero, que mencionou o fato de ter chegado do Japão há pouco tempo, e, devido ao fato de ainda não conhecer muitas pessoas, ter encontrado dificuldade nas vendas.

Importa, pois, considerar o que aponta Kraychete (2007, p. 9):

Entendida desta forma, a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos populares se constrói no cruzamento de diferentes vetores de transformação, externos e internos aos grupos. O que está em jogo não são ações pontuais e localizadas, mas intervenções públicas que, através do fortalecimento da cidadania, imponham direitos sociais como princípios reguladores da economia.

Não se pode deixar de considerar, à vista das entrevistas analisadas até este ponto do presente estudo, que as iniciativas voltadas à geração de trabalho e renda baseada na Economia Solidária no município de Londrina vêm conquistando legitimidade política por intermédio das ações que englobam gestores públicos e setores da sociedade civil, apesar dos obstáculos existentes na dinâmica da própria sociedade.

3.2.4 Análise dos Resultados da Pesquisa com os Empreendimentos da Região Oeste do Município de Londrina

Neste tópico, são apresentados e analisados os resultados provenientes da entrevista realizada com quatro empreendedores da Economia Solidária da Região Oeste do município de Londrina, conforme informações trazidas pelo Quadro 4.

Quadro 4 - Empreendimentos entrevistados – Região Oeste – Londrina.

Empreendimentos	nº de sócios	Produtos	Ano de formação	Local de funcionamento	Renda mensal auferida pelo empreendimento
Abre Apetite Salgados	4	Pães e Salgados	2012	Centro Público de Economia Solidária	Empreendimento novo, ainda não gera lucro
Boutique do Doce	2	Doces e Salgados	2011	Rua John Lennon s/n	R\$ 1000,00
Casa de Pães	3	Pães, rosca, sonho, salgado.	2006	Rua José Borali, 225	R\$ 678,00
Jeito de Ser	4	Camisolas, pijamas, vestidos	2012	Rua Darcílio Egger, 235	R\$ 400,00

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Também neste bloco, verifica-se a predominância de empreendimentos relacionados ao setor alimentício, sendo três empreendimentos que comercializam este tipo de produtos, e outro cuja produção volta-se para o setor de confecções. Um dos dados relevantes na análise das respostas destes empreendimentos diz respeito ao fato de que todos os entrevistados dedicam-se em tempo integral ao empreendimento.

A entrevista do empreendimento Abre Apetite foi realizada com uma sócia, com 29 anos como o segundo grau completo, que informou ter tomado conhecimento do PMES por intermédio de uma irmã, que por sua vez recebeu informações sobre Economia Solidária no CRAS e a convidou. Estando desempregada, a sócia relatou ter percebido a oportunidade de trabalhar, deixando de apenas cuidar da casa e dos filhos. Assim sendo, a principal motivação para integrar o empreendimento é financeira.

A sócia deste empreendimento revelou que sua dedicação é integral e que é beneficiária do Programa Bolsa Família, sendo a renda familiar mensal de um a dois salários-mínimos. Revelou que como o empreendimento é novo (menos de um ano), ainda não gera lucros. No momento de realização da entrevista, o empreendimento era formado por quatro integrantes.

Quanto à principal dificuldade, a sócia revelou que vende seus produtos de porta em porta, quando chove esta forma de atuação representa um empecilho à comercialização. Disse ter participado da capacitação oferecida pelo PMES e que pretende participar de outros eventos neste sentido.

O segundo empreendimento da Região Oeste que integra a amostra desta pesquisa é a *Boutique do Doce*, representado por uma mulher, de 28 anos, com segundo grau completo e que informou que a origem do empreendimento ocorreu quando o marido sofreu um acidente e foi aposentado por invalidez. A família precisava aumentar a renda e começaram a fazer doces e salgados. Sobre o PMES, a entrevistada relatou que recebeu informações de uma amiga e foi no CRAS se informar. Lá, a assistente social explicou a organização do programa e despertou seu interesse em organizar sua produção.

Sobre a motivação para integrar o empreendimento, frisou: “Nós gostamos muito do que fazemos. Fica mais fácil trabalhar em casa e também ajuda para nossa sobrevivência”. Sendo assim, embora a entrevistada tenha indicado como principal motivação a financeira, percebe-se que a comodidade de trabalhar em casa e realizar uma atividade de que gostam são elementos que impulsionam a permanência do empreendimento.

Nesta direção, corrobora-se o pensamento de Santos e Borinelli (2010), quando os autores reforçam que na Economia Solidária ocorre uma inversão de valores, ao se subordinar os aspectos econômicos aos sociais, a partir de uma proposta de sociabilidade que vai além do simples atendimento à necessidades materiais.

No caso dos sócios do empreendimento Boutique do Doce, além de atuar como incremento à renda familiar, o empreendimento atua como elemento de integração social, na qual se revelam presentes valores da Economia Solidária, qual sejam a emancipação e o bem-estar individual.

A entrevistada revelou ainda que antes de ingressar no empreendimento era dona de casa e que a renda familiar atual é de três a quatro salários-mínimos, sendo o marido aposentado por invalidez. Quanto à renda obtida pelo empreendimento de geração de renda informou ser de aproximadamente R\$1000,00.

Sobre a comercialização dos produtos, a sócia revelou que: “Eu saio de porta em porta, no comércio aqui da Região, já fiz meu nome em alguns lugares, então no final do mês é certo que vou receber daqueles lugares”.

Quanto às dificuldades, revelou que ocorrem justamente na comercialização, uma vez que as feiras não são suficientes, e sugeriu que se houvesse uma lanchonete pública, poderia ser mais vantajoso.

Da mesma forma, relatou que a participação em fóruns e seminários nem sempre é viável, na medida em que os produtos são perecíveis e dependem do clima para a conservação adequada.

Torna-se oportuna, neste momento, análise realizada por Borinelli *et al.* (2011, p. 207), quando avaliam os aspectos gerais das Políticas Públicas de Economia Solidária no município de Londrina:

Podemos afirmar que em nenhum outro momento as condições institucionais foram tão favoráveis à ES na cidade. Existem várias fontes de recursos para o financiamento de assessoria e compra de bens, equipamentos e matéria-prima para os grupos de produção, como também vários programas e projetos no âmbito do poder público, municipal, estadual e federal e em universidades cujo objetivo é o apoio a iniciativas econômicas alternativas urbanas e rurais.

Não obstante, os mesmos autores pontuam que persistem desafios relacionados ao desempenho do arranjo institucional das Políticas Públicas de apoio à Economia Solidária que ainda precisam ser transpostos. Nesta direção, a dificuldade relatada pela sócia da *Boutique do Doce* na comercialização dos produtos representa uma das vertentes deste arranjo institucional que ainda precisa ser repensada.

Outro empreendimento que integra a análise da Economia Solidária na Região Oeste do município de Londrina é a *Casa de Pães*, aqui representada por uma sócia de 52 anos, que possui primeiro grau incompleto.

Quanto à origem do empreendimento, informou que:

No começo, pensamos em fazer *biscuit*, e começamos. Só que aí não deu certo, porque não é muita gente que gosta e que compra e tem que saber fazer pra ficar bonito. Aí pensamos em fazer alguma coisa de alimentício, porque todo mundo come, aí era mais fácil de vender, aí começamos e deu certo até hoje (TRABALHO DE CAMPO 2013).

A entrevistada revelou que o empreendimento teve início com seis sócias, mas três delas não tiveram paciência para esperar o retorno financeiro e desistiram do empreendimento.

Isto confirma a posição da gestora ouvida, quando se referiu à característica dos sócios do PMES referente à necessidade imediata de atendimento de necessidades, o que constitui a fragilidade de muitos empreendedores solidários.

Foi possível verificar que dois dos empreendimentos abordados na Região Leste não estavam gerando lucros à época de realização das entrevistas, o que pode contribuir para uma possível evasão do número de sócios.

A entrevistada que representa o empreendimento *Casa de Pães* revelou que a comercialização dos produtos de seu empreendimento é realizada na Associação dos Moradores do Jardim Santiago, no mesmo espaço em que são produzidos os pães, roscas, sonhos e salgados, mas ressaltou que, embora não tenham despesa com aluguel, o espaço não se mostra adequado.

Na questão relacionada aos problemas enfrentados pelo empreendimento, a entrevistada revelou haver:

Muitas dificuldades. O local não é apropriado, porque nós ficamos na Associação dos moradores do Jardim Santiago, é emprestado e lá temos que produzir tudo e vender. É um bairro perigoso, tem gente de todo tipo que compra e tem uns tipos de meninos de rua que compram também, mas a gente respeita eles e eles respeitam a gente, porque sabem que a gente tá ali trabalhando, mas tem muita gente que não vai lá comprar porque tem medo desses meninos (TRABALHO DE CAMPO, 2013).

No que se refere às informações sobre o empreendimento *Jeito de Ser*, a sócia que participou da entrevista tem 33 anos, possui o segundo grau completo e disse que ficou sabendo do empreendimento pela assistente social do CRAS. Está no empreendimento há um ano e disse que se dedica em tempo integral às atividades do empreendimento. Revelou que recebe Bolsa Família e a renda familiar gira em torno de dois a três salários, sendo que o marido e um dos filhos exercem atividades remuneradas.

A entrevistada declarou que a renda mensal obtida pelo empreendimento com a comercialização dos produtos é de 400 reais. A sócia revelou que a comercialização dos produtos de seu empreendimento é feita por encomendas no local onde produzem.

Quando questionada sobre a valorização da sociedade quanto ao trabalho desenvolvido pelo empreendimento, disse que “[...] sim, pois o retorno é lucrativo”. Indicou ainda que os sócios participam de cursos para capacitação profissional.

Na análise do coletivo dos empreendimentos da Região Oeste, foram obtidas informações que confirmam o bom relacionamento dos empreendimentos com os profissionais do CPES e o desconhecimento dos sócios sobre a atuação da Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Torna-se necessário enfatizar, no tocante à valorização da sociedade em relação ao trabalho desenvolvido pelos empreendimentos, a posição assumida pela sócia do empreendimento *Boutique do Doce*, quando revelou que seu trabalho é valorizado, porque “O nosso valor é baixo para poder comercializar melhor e em quantidade maior”.

Esta mesma entrevistada reforçou que os profissionais do CPES deveriam investir mais na divulgação dos empreendimentos que compõem a Economia Solidária no município de Londrina, opinião manifestada também pela sócia do empreendimento *Casa de pães*: “Acho que a Economia Solidária de Londrina deveria investir mais na divulgação do trabalho realizado por todos os empreendimentos. Assim quem sabe Londrina e toda Região iria passar a comprar mais nossos produtos”.

Na mesma ordem de pensamento, situa-se o posicionamento contido no documento final da II Conferência Nacional de Economia Solidária:

Faz-se necessário promover a inclusão digital dos empreendimentos econômicos solidários através do acesso a equipamentos de informática, audiovisual, atividades de formação e a sistemas de informações em plataformas livres na internet, que proporcionem a visibilidade pública, com a divulgação das suas atividades, valores, práticas solidárias, produtos e serviços, expandindo suas capacidades econômicas e organizativas, visando à conquista de reconhecimento social e político. Esses instrumentos devem melhorar a comunicação entre os segmentos envolvidos com economia solidária e proporcionar o fortalecimento das articulações, logística solidária e intercâmbios entre os empreendimentos, em fóruns e redes de cooperação (BRASIL, 2010, p. 34).

Entende-se, assim, diante da proposta de divulgação a partir dos mecanismos de comunicação, que muito ainda se pode fazer no sentido de

promover a divulgação das propostas de Economia Solidária, visando dar maior visibilidade à proposta.

3.2.5 Análise dos Resultados da Pesquisa com um Empreendimento da Região Sul do Município de Londrina

Nesta seção, são evidenciados os resultados da entrevista realizada com um empreendimento da Economia Solidária da Região Sul do município de Londrina, conforme disposto no Quadro 5.

Deve-se salientar que houveram significativas dificuldades no contato com os empreendimentos desta Região, razão pela qual apenas um empreendimento integra a presente análise.

Quadro 5 - Empreendimento entrevistado – Região Sul – Londrina.

Empreendimento	nº de sócios	Produtos	Ano de formação	Local de funcionamento	Renda mensal auferida pelo empreendimento
Sabor de Quero Mais	2	Salgados, bombons e trufas	2009	Parque Arthur Thomas	R\$900

Fonte: Trabalho de Campo, 2013

O empreendimento *Sabor de Quero Mais* foi representado por uma sócia, com 53 anos, que comercializa salgados, bombons e trufas no Parque Arthur Thomas, juntamente com o marido, que também é sócio do empreendimento.

A entrevistada revelou que já produzia salgados e doces em casa e vendia para parentes, amigos e conhecidos e quando a equipe técnica do CPES foi à escola das filhas, ficou conhecendo o PMES e se interessou pela proposta de “profissionalizar” seu trabalho.

Quanto à motivação para continuar participando do empreendimento, revelou ser financeira, mas também por manter-se ocupada e por terapia, conforme se percebe na fala: “Porque eu gosto. Me sinto muito útil. Cuido dos negócios, me sinto importante. Assim o dia fica cheio de atividades”.

A dedicação da entrevistada é integral, pois revelou que descansa às segundas-feiras, mas disse que este é o dia destinado a fazer as compras, bem como organizar e cuidar da casa.

A sócia revelou que a renda familiar situa-se entre 3 a 4 salários mínimos, sendo um salário para cada um, mais o aluguel de uma casa, no valor de R\$ 600,00.

Referiu ainda que a renda do empreendimento é muito variável, pois depende do clima, uma vez que quando chove o público não frequenta o parque e as vendas não acontecem. Conforme frisa a entrevistada: “Nós vendemos só no parque, então é como eu te falei, se chove muito não vende e fica sem entrar dinheiro”.

Outra dificuldade enfrentada pelo empreendimento é o número reduzido de sócios, pois, como afirma a sócia: “Se tivesse mais gente produzindo, vendia mais e ganhava mais dinheiro também”.

Quando foi perguntado se a sociedade conhece e valoriza o trabalho desenvolvido pelo empreendimento de geração de renda, a entrevistada disse que “Tem bastante gente que sim. Na verdade, muita gente, a sociedade, não conhece a Economia Solidária e já tem gente que gosta do trabalho artesanal”.

Esta opinião vem a confirmar a maior parte das respostas dos integrantes dos outros empreendimentos, o que vem reforçar a necessidade de maior divulgação dos programas e empreendimentos da Economia Solidária.

Sobre o relacionamento do empreendimento com a sociedade, a entrevistada relatou que no dia a dia acaba conhecendo bastante gente, mas os clientes reclamam às vezes do preço, no entanto, acrescentou que: “Mas é um preço justo, porque ninguém vê o trabalho que dá”.

Sobre a relação do empreendimento com os profissionais do CPES, disse ser positivo e declarou que já ouviu falar da Secretaria Nacional da Economia Solidária, mas não conhece a fundo.

3.2.6 Análise dos Resultados da Pesquisa com os Empreendimentos da Zona Rural do Município de Londrina

Nesta seção, apresentam-se os resultados da entrevista realizada com três empreendedores da Economia Solidária da zona rural do município de Londrina, cujos dados podem ser visualizados no Quadro 6.

Quadro 6 - Empreendimentos entrevistados – zona rural de Londrina.

Empreendimento	nº de sócios	Produtos	Ano de formação	Local de funcionamento	Renda mensal auferida pelo empreendimento
Corpo Movimento e	2	Legging e Top	2011	Antiga sede da UBS de Guaravera	R\$ 200,00
Delícias de Guaravera	3	Bombom	2010	Rua Acre, 26	R\$ 100,00
Fino Sabor	3	Licor, doce de leite, bolachas e café	2011	Sítio Ouro Fino	R\$ 500,00

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

O primeiro empreendimento da zona rural foi representado por uma sócia, com 26 anos, com o segundo grau completo e que participa do empreendimento há dois anos, teve seu primeiro contato com a Economia Solidária quando técnicas do CRAS foram ao grupo de ginástica da qual fazia parte e convidou para as reuniões. De 20 pessoas, apenas 4 tiveram interesse em continuar e hoje são apenas duas sócias no empreendimento.

A entrevistada relatou que sua motivação para integrar o empreendimento é financeira e afirmou que não se dedica em tempo integral às atividades. Quanto à ocupação anterior, revelou que era diarista. No tocante à renda mensal familiar, declarou ser entre dois a três salários mínimos, sendo que a família não participa de nenhum programa de transferência de renda e o marido possui um lava-rápido.

No que diz respeito às dificuldades, a entrevistada expôs que a comercialização mostra-se difícil, pois as vendas são feitas de porta em porta.

Outro empreendimento pertencente ao programa de Economia Solidária na zona rural do município de Londrina é o *Delícias de Guaravera*, representado por uma sócia, de 39 anos e com o segundo grau completo, que está no empreendimento desde sua formação, há três anos.

A origem do empreendimento deu-se por anúncio na igreja sobre uma reunião com os profissionais da ES e o interesse inicial era produzir salgados, mas hoje a produção é de bombons. A sócia revelou que não se dedica ao empreendimento em tempo integral.

Refere-se que a motivação para integrar o empreendimento é financeira e que a renda mensal familiar situa-se entre uma a dois salários mínimos, não recebendo a família quaisquer benefícios do governo.

As informações do empreendimento *Fino Sabor* foram fornecidas por uma sócia, com 44 anos e com segundo grau completo, a qual passou a integrar o empreendimento quando uma vizinha que trabalha no PMES a convidou para participar, já que estava desempregada.

A entrevistada declarou que sua motivação é financeira e que se dedica em tempo integral às atividades do empreendimento. A renda familiar está entre dois a três salários mínimos, proveniente da renda do marido e do valor de R\$ 500,00 gerados pela produção de licores, doce de leite, bolachas e café.

Quanto aos problemas enfrentados, a entrevistada revelou que a comercialização mostra-se dificultada por ser feita de porta em porta e em alguns pontos de venda do distrito de Guaravera. Reportou-se ainda às dificuldades no investimento inicial para formação do empreendimento.

Em relação a este empreendimento, houve dificuldades na análise do coletivo, uma vez que não foram obtidos dados que reforcem a posição das sócias em relação aos princípios da Economia Solidária. Quanto à dedicação, a Figura 16 apresenta o grau de dedicação dos três participantes da pesquisa na zona rural.

Figura 16 - Grau de dedicação ao empreendimento – zona rural de Londrina.



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Diante da pouca relevância dos dados obtidos em relação aos empreendimentos da zona rural, entende-se que a análise mostra-se inconclusiva no que se refere ao posicionamento das entrevistadas quanto às propostas do PMES.

É possível perceber, em especial nas entrevistas realizadas com as sócias deste empreendimento, que muitos empreendedores enfrentam dificuldades para se colocar em papel de protagonista dos empreendimentos, talvez por ser uma situação diferente daquela desempenhada anteriormente, no caso das três sócias da zona rural, uma era diarista; outra dona de casa e a terceira era vendedora.

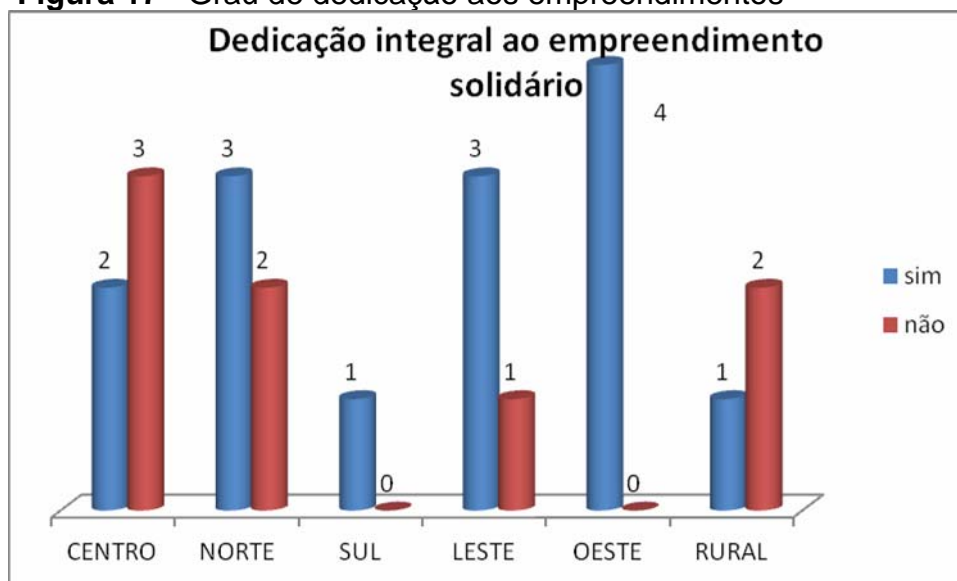
Deve-se ainda ponderar que persistem dificuldades na aquisição de conhecimentos de gestão, que podem representar empecilhos para o sucesso dos empreendimentos.

Não obstante, é fato inegável que a Economia Solidária trouxe novas perspectivas na geração de trabalho e renda, sobretudo quando se percebe a oportunidade de desenvolver capacidades e habilidades, além da possibilidade de adequar o processo de trabalho ao cotidiano de cada participante. Acima de tudo, os empreendimentos deixaram entrever a motivação ocasionada pelo reconhecimento do potencial da comunidade para dar sustentação ao desenvolvimento de ações de trabalho e renda.

Em Arroyo (2006, p. 65) encontra-se o esclarecimento de que pensar em Economia Solidária é pensar grande, a partir de uma estratégia aplicada ao local/e ou território, com vistas a reverter à lógica da desigualdade.

Dessa forma, tendo sido apresentados os resultados das entrevistas realizadas com empreendimentos das cinco Regiões que se encontra dividido o espaço urbano do município de Londrina mais a zona rural, pode-se ter algumas considerações acerca de algumas características encontradas no coletivo dos empreendimentos.

Quanto à dedicação às atividades desenvolvidas pelos empreendimentos, percebeu-se que em muitos casos esta é integral, como se pode visualizar na Figura 17.

Figura 17 - Grau de dedicação aos empreendimentos

Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Na comparação entre os empreendimentos das Regiões e da zona rural que compuseram a amostra desta pesquisa, verifica-se que das 22 pessoas abordadas, 14 dedicam-se em tempo integral ao empreendimento do qual fazem parte, enquanto 8 disseram não desenvolver atividades em tempo integral.

Verifica-se que o tipo de atividade desenvolvida e a quantidade de sócios do empreendimento são determinantes para a dedicação em maior ou menor tempo dos sócios.

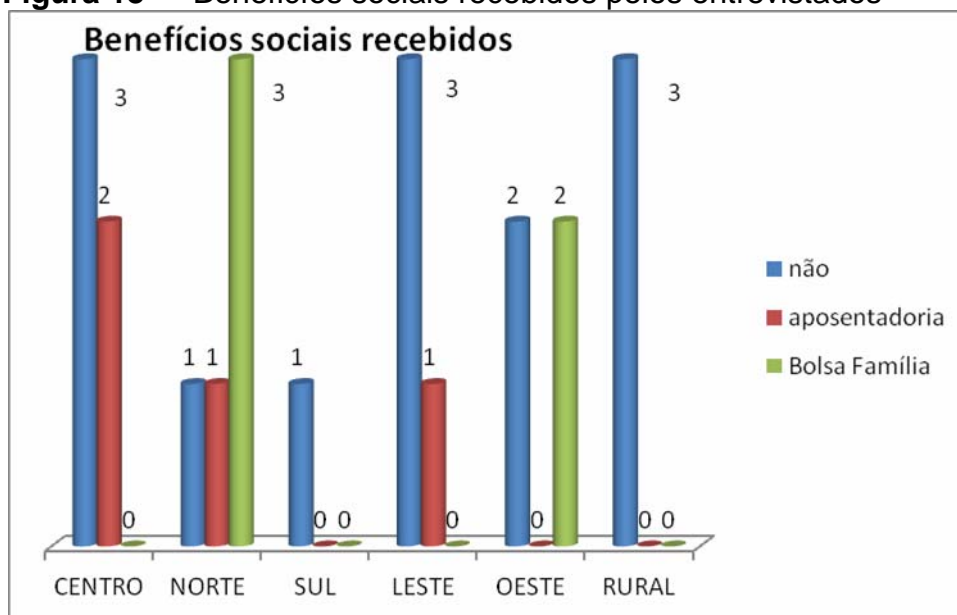
Depreende-se que é preciso conceber a Economia Solidária nos mesmos moldes apresentados por Benini (2003, p. 20), quando o autor postula que se trata de uma “[...] resposta articulada a diversos problemas relacionados ao trabalho e à produção [...]”

Cabe, porém, questionar a efetividade das Políticas Públicas desenvolvidas no sentido de fomentar as iniciativas da Economia Solidária, conforme se percebe pela formulação do documento final da II Conferência Nacional de Economia Solidária:

Apesar destes avanços, as políticas públicas existentes ainda são limitadas, fragmentadas e com pouca abrangência, aquém da necessidade real daqueles e daquelas que fazem a economia solidária no Brasil. Não existe um lugar adequado no Estado para a sua implantação ou mecanismos eficientes de divulgação, planejamento e controle social. Falta o reconhecimento legal da economia solidária, ao lado do setor estatal e do setor privado, e falta a articulação e comprometimento nas políticas das três esferas dos poderes públicos com o objetivo de dar sustentabilidade aos empreendimentos econômicos solidários com formação, assessoria técnica e acesso ao crédito apropriado às necessidades da economia solidária. Há ausência de leis específicas que embasem as ações de economia solidária, em todos os aspectos, na organização, na capacitação, no financiamento, na produção e na comercialização dos produtos, inclusive com incentivo ou isenção fiscal para o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários. Muitos empreendimentos econômicos solidários deixaram de existir por falta de leis e assessoria técnica e jurídica adequadas à realidade dos mesmos. Estas limitações tornam insuficiente a ação da Economia Solidária na agenda de desenvolvimento do país (BRASIL, 2010, p. 18).

Outro interessante eixo de análise dos diferentes empreendimentos das regiões do município de Londrina mais a zona rural diz respeito ao questionamento sobre a inclusão dos entrevistados em algum programa de transferência de renda do governo federal. As respostas tornaram possível a elaboração do gráfico comparativo constante na Figura 18.

Figura 18 - Benefícios sociais recebidos pelos entrevistados



Fonte: Trabalho de Campo, 2013

Conforme se percebe pela exposição dos resultados obtidos na comparação entre os empreendimentos, comprova-se que, dos 22 entrevistados, 13 não são beneficiários de programas de transferência de renda do governo, enquanto 4 entrevistados são aposentados ou algum familiar recebe aposentadoria e cinco deles recebem o auxílio da Bolsa Família.

Diante da situação constatada, em que 9 famílias recebem algum tipo de benefício social, é possível inferir que a inserção no PMES represente, além de uma forma de geração de trabalho, também um complemento na renda familiar, o que poderia ainda representar uma forma de inclusão social não apenas pelo aumento da renda, mas, principalmente, pela posição de produtividade, conforme exemplos de sócios que disseram sentir-se mais felizes depois que passaram a integrar os empreendimentos de Economia Solidária.

Nesta direção, cabe observar o que esclarece Leite (2009, p. 39) sobre as iniciativas de Economia Solidária:

[...] Embora não sejam capazes de promover uma transformação social mais significativa, elas são parte da nossa história e vêm deixando marcas importantes em nossa sociedade ao promover a solidariedade e a autonomia. Nesse sentido, emergem como formas de resistência importantes à realidade atual do mercado de trabalho e adquirem um significado extremamente relevante para os trabalhadores que nelas se inserem, despontando como um elemento central à compreensão do novo momento do mundo do trabalho.

Ao trazer a opinião da autora sobre este novo momento do mundo do trabalho - representado pela formação e empreendimentos e redes de Economia Solidária - para a análise das entrevistas realizadas como substrato da presente pesquisa pode-se considerar que, embora haja ainda muitas dificuldades na expansão das iniciativas, estas se mostram bastante positivas como forma de geração de trabalho e renda.

Por outro lado, deve-se contestar algumas afirmações realizadas por Preto e Figueiredo (2012) sobre a realidade da Economia Solidária no município de Londrina, no tocante a novas perspectivas na área do trabalho e renda. Os autores mencionam a Economia Solidária como possibilidade de se realizar trocas e conhecimentos, a partir do que foi acumulado na experiência de vida, socializando com outras pessoas e grupos, além da necessidade da articulação das pessoas que vivem situações semelhantes de exclusão social e grupos, para alcançar o fortalecimento dos grupos de geração de trabalho e renda e do reconhecimento do

potencial da comunidade para dar sustentação ao desenvolvimento de ações de trabalho e renda.

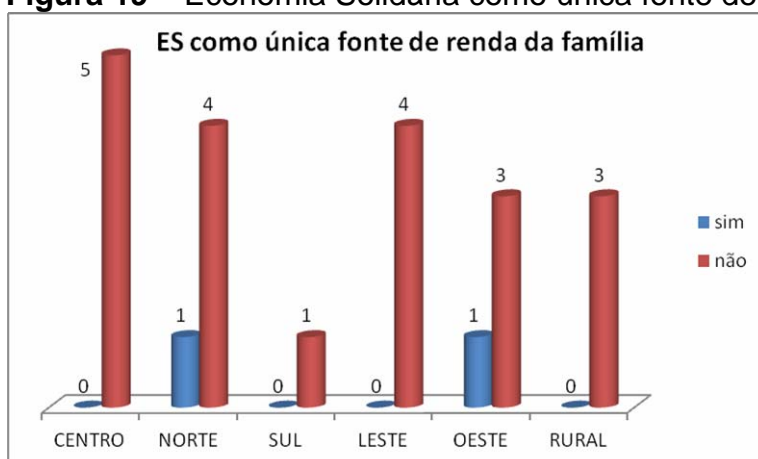
Quando comparados aos resultados obtidos, reitera-se a comprovação de que não foram constatadas práticas de interação entre os grupos para a socialização dos conhecimentos por meio da troca de experiências. Da mesma forma, na realidade apontada pelos empreendedores que participaram das entrevistas, não se comprova a existência deste reconhecimento da comunidade, sendo este um dos pontos mais enfatizados por muitos participantes da pesquisa empírica.

Assim, reforça-se, ainda de acordo com o pensamento de Preto e Figueiredo (2012), a premência em se buscar o apoio do poder público para a concretização de ações que promovam autonomia e emancipação, a começar pelo acompanhamento mais rigoroso das ações desenvolvidas pelo grupo, cuja necessidade foi levantada na entrevista com a gestora, quando ela afirma que não existe um mapeamento dos grupos e sua evolução no município.

Na mesma direção, reforça-se a necessidade de desenvolver estratégias que visem discutir a necessidade de fortalecer os valores da Economia Solidária, tais como troca, apoio mútuo e solidariedade, avaliados como incipientes na análise de Preto e Figueiredo em relação aos grupos de Economia Solidária no município de Londrina.

Como último eixo de análise, buscou-se analisar se os integrantes dos empreendimentos entrevistados tinham na Economia Solidária a única fonte de renda (Figura 19).

Figura 19 – Economia Solidária como única fonte de renda da família



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.

Constatou-se, conforme se denota pela observação dos dados presentes na Figura 19, que em apenas dois casos a Economia Solidária é a única fonte de renda familiar. Salienta-se que um dos casos é de uma moradora do conjunto Vista Bela, a qual, juntamente com o esposo, formou um centro de beleza vinculado ao PMES. A outra entrevistada disse ser a Economia Solidária a única renda que integra seu rendimento mensal com o empreendimento *Casa de Pães*, mas salientou que “[...] tem os filhos que dão uns troquinhos”.

Assim, em vinte das vinte e duas entrevistas realizadas, a Economia Solidária não representa a única fonte de renda. Tal constatação poderia levar ao questionamento sobre esta política de geração de renda. No entanto, em grande parte das entrevistas, foi salientado pelos sócios dos empreendimentos que a renda obtida pela atividade desenvolvida nos empreendimentos ajuda bastante na manutenção da família.

Ademais, deve-se salientar um número expressivo de pessoas que relatou ter como motivação a ocupação em si, ou seja, a geração de trabalho por vezes revela-se mais importante que a própria renda extra que a Economia Solidária proporciona, conforme esclarece Salazar (2008, p.180):

Embora a viabilidade econômica seja objetivo central nas unidades de economia solidária, nossa hipótese central está fundamentada na perspectiva de que o que vem sustentando essas práticas não é a sua rentabilidade econômica, mas os laços que os grupos estabelecem no campo dos valores extraeconômicos. Ou seja, aspectos que incidem na mudança de valores, comportamentos e atitudes. Um dos mais importantes, dentre tais aspectos, é a dimensão educativa que se constrói a partir da inserção dos sujeitos sociais nas unidades de economia solidária.

Certamente em muitos trechos das entrevistas realizadas foi possível perceber o que afirma Salazar (2008), sobretudo quando se percebe a amplitude da inclusão social que a integração aos empreendimentos proporciona, seja pela aposentada que não se vê assistindo à televisão, seja pela senhora que curou sua depressão pelo trabalho no empreendimento, ou até mesmo as *dekasseguis* que se integraram novamente à economia e ao empreendimento social da qual estavam asiladas.

Ao finalizar esta análise, deve-se apontar para a importância da participação ativa em processos coletivos, como contributo para o fortalecimento da

cidadania e a promoção da dimensão substantiva da democracia, conforme argumenta Cunha (2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da presente pesquisa teve como foco central a avaliação dos resultados obtidos a partir da inserção de empreendedores no Programa Municipal de Economia Solidária em Londrina.

Nesse sentido, o objetivo geral pretendido consistiu em analisar as potencialidades da Economia Solidária como estratégia de inclusão socioespacial no município.

No que se refere ao objetivo de contextualizar as transformações do mundo do trabalho que redundam no desemprego, exclusão social, pobreza, precarização do trabalho, os resultados permitem tecer algumas considerações, compiladas a seguir:

- a) Em decorrência da crise que se instalou no mercado de trabalho contemporâneo, são buscados novos meios e formas de organização, com vistas a gerar novas formas de regulação, de envolvimento e de controle do trabalho;
- b) O território brasileiro, como elemento que atua na produção social de realidades coletivas, pode atuar na potencialização das diferenças e/ou no aprofundamento das desigualdades;
- c) A crise social vivenciada no momento atual impõe um mercado de trabalho bastante restritivo e impele cada vez mais os trabalhadores para o mundo da informalidade.

Quanto ao objetivo estabelecido de avaliar a Economia Solidária como política pública de geração de trabalho e renda, pode-se afirmar, com base nos dados trabalhados, que a retomada do crescimento econômico brasileiro tem promovido a inserção de uma parcela de trabalhadores no mercado de trabalho.

Quando se buscou avaliar a Economia Solidária, reforçou-se a importância deste movimento como importante instrumento político e econômico focado, sobretudo nos princípios de autogestão e cooperação, com o objetivo de viabilizar a geração de trabalho e renda.

Não obstante, os dados da pesquisa empírica não foram suficientes para confirmar a existência do princípio da cooperação entre os grupos abordados, levando a repensar a necessidade de se estabelecer estratégias, a partir de uma

ação mais incisiva dos órgãos gestores, no intuito de consolidar tal princípio como corolário da Economia Solidária.

Decorrente das informações obtidas após a análise da entrevista com a gerente de inclusão produtiva do município de Londrina, deve-se evidenciar a contradição existente entre a ênfase dada pela mesma ao trabalho coletivo realizado ao longo das diferentes etapas dos processos de organização, produção, comercialização e as decisões tomadas coletivamente, contudo, na realidade traduzida pelos sócios que compuseram a amostra desta pesquisa, não foram mencionadas quaisquer ações coletivas realizadas entre os grupos, tal processo somente se aplica no interior de cada grupo, isoladamente.

A gestora apontou como desafios os entraves legais que representam obstáculos para o atendimento ao princípio da cooperação entre os grupos, ressaltando que os princípios da Economia Solidária devem estar presentes como suporte básico para a formalização dos empreendimentos.

No que se refere aos pontos positivos observados pela gestora na Economia Solidária em Londrina, houve ênfase na nova visão do empreendimento solidário, na forma de gerar trabalho e renda por meio desse processo cooperativo, coletivo, em que os trabalhadores são donos tanto da sua força de trabalho, quanto dos meios de produção. A gestora mencionou ganhos que não podem ser mensurados, na qualidade de vida, na autoestima dessas pessoas. Esta afirmação foi confirmada em diversas falas encontradas nas entrevistas realizadas com os empreendedores.

Nestas condições, mostra-se oportuno enfatizar que, entre os benefícios trazidos para a qualidade de vida dos empreendedores solidários, o protagonismo conduz à elevação da autoestima, quando se percebe, tanto na entrevista com a gestora como de forma mais contundente nas entrevistas com sócios de diferentes Regiões, que os trabalhadores são donos de sua força de trabalho e de seus meios de produção.

No tocante ao objetivo de avaliar os avanços e desafios da ES no município de Londrina, a pesquisa empírica revelou, por um lado, um número crescente de grupos que passaram a integrar o PMES, mas, por outro lado, persiste uma diminuição do número de empreendedores em cada grupo. Esta situação é explicada pela gestora, quando se reportou ao imediatismo de muitos sócios, que

visam lucros rápidos e não possuem a estrutura necessária para aguardar um retorno financeiro a longo prazo.

Da mesma forma, foram obtidas opiniões dos empreendedores a este respeito, quando afirmaram que os sócios passam a integrar os grupos com uma projeção de lucros, mas esta não se confirma ou, nas palavras de uma das entrevistadas “[...] só aqui não dá, *ainda* não dá para viver só com o dinheiro daqui. Aqui é um complemento da renda” (*grifo nosso*).

A partir deste posicionamento, cabe retomar a hipótese inicial de nosso estudo, quando se inferiu a possibilidade de a Economia Solidária promover a inclusão socioespacial, conforme defendem alguns autores, dentre os quais Singer.

A pesquisa empírica revelou que a ES em Londrina afigura-se como uma estratégia para obter uma renda complementar, mas não foram encontradas evidências de que é suficiente para o enfrentamento do desemprego que caracteriza de maneira acirrada o mundo do trabalho. Deve-se atentar, no entanto, que a forma de organização dos empreendimentos mostra-se eficaz quando se trata de retirar uma parcela expressiva da população da informalidade.

Assim, embora outros estudos tenham sido desenvolvidos no sentido de considerar a Economia Solidária como uma forma de enfrentamento para a questão do desemprego, a pesquisa *in loco* não confirmou esta potencialidade.

No que concerne ao objetivo de identificar as experiências vivenciadas por um grupo de empreendedores vinculados ao Centro Público de Economia Solidária de Londrina, foi comprovada a importância do PMES na vida de todos os participantes, mesmo diante de motivações diversas, pois além da perspectiva de geração de renda, muitos entrevistados referiram-se à necessidade de ocupação e mesmo relacionaram as atividades da ES como forma de terapia e reintegração à sociedade.

Ao retomarmos os dados constantes na Figura 16, comprova-se que em grande parte dos empreendimentos analisados a renda obtida é complementar a outras rendas obtidas pelas famílias, uma vez que, das vinte e duas entrevistas realizadas, apenas para duas a Economia Solidária representa a única fonte de renda.

Entretanto, não se pode afirmar que este dado refuta totalmente a hipótese inicial, uma vez que na quase totalidade das entrevistas, os empreendedores evidenciaram de maneira inequívoca que a renda obtida pela

atividade desenvolvida nos empreendimentos ajuda bastante na manutenção da família.

Reitera-se, ainda, o pensamento de autores como Salazar (2008), quando esclarece que embora a viabilidade econômica seja objetivo central nas unidades de economia solidária, o que sustenta as práticas de ES não é a sua rentabilidade econômica, mas os laços que os grupos estabelecem no campo dos valores extraeconômicos. Assim, estão presentes mudanças de valores, comportamentos e atitudes. Esta possibilidade é confirmada pelos depoimentos em que se pode entrever a satisfação de empreendedores com a valorização de alguns clientes, a importância da inserção no empreendimento e a percepção de que os produtos extrapolam as fronteiras do local, como é o caso dos tapetes que são vendidos para São Paulo e das flores ornamentais que, nas palavras da empreendedora “viajam o mundo”.

Diante dos resultados obtidos nas diferentes etapas desta pesquisa, entende-se que a Economia Solidária vem se constituindo como uma resposta efetiva – embora não definitiva – de parte da sociedade civil à crise das relações de trabalho.

A realidade aprendida no município de Londrina, embora se trate de uma experiência recente, com menos de uma década, evidencia que a Economia Solidária representa um processo de organização social e econômica dos trabalhadores na geração de trabalho, renda e inclusão social. É possível afirmar, no entanto, que atinge de maneira ainda incipiente o desenvolvimento local.

Não se pode negar que ainda são muitos os obstáculos que precisam ser transpostos para que os princípios da Economia Solidária sejam cumpridos em sua totalidade, mas as sementes vêm sendo lançadas, e o terreno mostra-se fecundo para o desenvolvimento de novos grupos e para a ampliação dos empreendimentos em andamento no município de Londrina.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, I. T. Desigualdades territoriais no estado do Paraná e as políticas públicas. In: XXVII Semana da Geografia da UEL, VIII Encontro de Ensino, IX Mostra de Estágios do Curso de Licenciatura em Geografia, I Mostra de Dissertações de Mestrado. Londrina. **Anais...** 2011, p.1- 19. CD ROM.

ANTUNES, Ricardo. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; IAZBECK, Maria Carmelita. (orgs). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2.ed, São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008, p. 41- 51.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 6 ed. 1999.

ARROYO, Mônica. A globalização pensada a partir do espaço geográfico. Livro: **Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. 2006

AVANSINI, Carolina; GUERIN, Mariana. **A fome nossa de cada dia**. Em Londrina, 40 mil famílias vivem abaixo da linha de pobreza e correm o risco diário da desnutrição. Disponível em: http://www.bonde.com.br/folha/folha.php?id_folha=2-1--3897-,20101015. Acesso em: 8 dez. 2010.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A Economia Solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e resignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Economia Solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e; IAZBECK, Maria Carmelita. (orgs). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2.ed, São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008, p. 90- 129.

BAPTISTA, N.; PEIXOTO, E. Gestão de políticas públicas. In: **PROGRAMA de formação de lideranças e técnicos em desenvolvimento local sustentável**. Brasília: CONTAG, 1999. (Módulo III).

BARCELOS, Eronita Silva. Formação humana nos caminhos da promoção da vida cidadã. In: BARCELOS, Eronita Silva *et. al.* (orgs) **Economia Solidária – sistematizando experiências**. (Coleção Ciências Sociais) - Ijuí: Ed. Unijuí, 2010, p. 173-182.

BARROS, M. V. F. et al. **Atlas ambiental da cidade de Londrina. 2008**. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/atlasambiental/>. Acesso em: 01/09/2011.

BENINI, E. A. Economia solidária, Estado e sociedade civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas? **Org & Demo**, UNESP, Marília, n. 4, 2003, p. 3-22.

BENINI, Elcio Gustavo; NETO, Leonardo Francisco Figueiredo. **Desemprego e Economia Solidária: Repensando a Autogestão.** SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Disponível em: http://www.aedb.br/seget/artigos07/1412_Economia_Solidaria_Seget.pdf. Acesso em: 27 de Maio de 2013.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. A Política de Economia e as diretrizes da CONAES: uma contribuição crítica. **Revista: economia solidária e políticas públicas.** IPEA. Mercado de Trabalho. nº 43, maio de 2010.

BITELMAN, Marina Farkas. **A Disseminação das Políticas Públicas Locais de Economia Solidária no Brasil: Os casos de São Paulo e Osasco.** 2008. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo. Dissertação de Mestrado em Administração Pública e Governo. 190 p.

BORINELLI, Benilson *et. al.* (orgs.) **Economia Solidária em Londrina** – aspectos conceituais e experiência institucional. Londrina: UEL, 2010.

_____. Benilson *et. al.* (orgs.) Políticas Públicas e a Aventura da Comercialização na Economia Solidária: uma Experiência em Londrina. In: SANTOS, Luis Miguel Luzio dos. (orgs.). **Economia Solidária numa pluralidade de perspectivas.** Londrina: UEL, 2011. 197-216.

_____. "**Avanços e limites da política pública de economia solidária: um estudo do processo de incubagem de empreendimentos do programa municipal de economia solidária de Londrina – Paraná**", em Observatorio de la Economía Latinoamericana, Número 167, 2012. Texto completo em <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/>

BRASIL. **II Conferência Nacional De Economia Solidária: Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável.** Brasília: Senaes/MTE, junho, 2010.

BUCCI, M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva. 2002.

CAMPOS, A. et al. **Atlas da exclusão social no Brasil, volume 2: dinâmica e manifestação territorial.** São Paulo: Cortez, 2003.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário.** 3 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

CORAGGIO, J. L. Economia do Trabalho. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

COSTA, A. G. S. Políticas Públicas como prática da participação dos empreendimentos de Economia Solidária. In: BARCELOS, E. S. et. al. (orgs.). **Economia Solidária – sistematizando experiências.** (Coleção Ciências Sociais), Ijuí: Ed. Unijuí, 2010, p. 143- 153.

COSTA, O. A. ; NISHIMURA, S. R. Centro Público de Economia Solidária: o Desafio da Construção Coletiva. **Economia Solidária em Londrina** – aspectos conceituais e experiência institucional. Londrina: UEL, 2010. P. 119-136

CRUZ, Z. G.; SANTOS, L. M. L. Economia Solidária em Londrina: potencialidades e desafios. In: BORINELLI, B. et. al. (orgs.) **Economia Solidária em Londrina** – aspectos conceituais e experiência institucional. Londrina: UEL, 2010. P. 137-152

CUNHA, G. C. Dimensões da luta política nas práticas de economia solidária. In: SOUZA, R. de. S.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y (ORGs.). **Uma outra economia possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo. Contexto: 2003. p. 45-72.

FBES. **O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)**. Disponível em: <<http://www.fb.es.org.br/>>. Acesso em: 02 de Maio de 2013.

FRANÇA FILHO, G. A economia popular e solidária no Brasil. In: FRANÇA FILHO et al., **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.

FRESCA, T. M. **Transformações da rede urbana do norte do Paraná: Estudo comparativo dos três centros**. 2000 Tese. (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo.

_____. Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina. **Geografia**, Londrina, v.11, n.2, jul/dez, p.241 – 264, 2002.

GAIGER, L. I. G. A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista. **CADERNO CRH**. Salvador, nº 39, p. 181-211, jul./dez, 2003. Disponível em: http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf. Acesso em: 04.05.2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro: IBGE, n. 26, 2009.

IPARDES. **Os vários paranás: linhas de ação para as dimensões econômica, social e institucional: subsídios à política de desenvolvimento regional**. Curitiba: IparDES, 2006.

_____. Famílias pobres no Estado do Paraná / **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. – Curitiba: IPARDES, 2003. 55p.

IPEA. **Boletim do Mercado de Trabalho 47**. Brasília: IPEA, maio, 2011.

_____. **O Brasil em quatro décadas: Texto para discussão**. Brasília: IPEA, 2010.

IPPUL – INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE LONDRINA 2006.

JESUS, P. Desenvolvimento Local. In CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

KOGA, D. H. U. **Medidas de cidade:** entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KOGA, D.; NAKANO, K. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. **Revista Serviço Social e sociedade**, v.27. n. 85. p. 98-108.

KRAYCHETE SOBRINHO, G. Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. In: **Anais...** Seminário Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação, 2006, Salvador. Universidade Católica do Salvador, 2006.

_____. **Economia popular solidária:** paisagens e miragens. Cadernos CEAS, Londrina: UEL, 2007.

LANZA, L. M. B. ; et. al. Perfil socioeconômico e Economia Solidária: uma contribuição ao Serviço Social. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas.** São Luis, MA, 23 a 26 de agosto de 2011.

LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil. In: BARCELOS, E. S. et. al. (orgs) **Economia Solidária – sistematizando experiências.** (Coleção Ciências Sociais) Ijuí: Ed. Unijuí, 2010, p. 41-64.

LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 2009, vol.24, n.69.

LEITE, A. S. **O Governo Municipal como indutor de Desenvolvimento Local:** o caso da Economia Solidária. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Centro Universitário de Araraquara – São Paulo – 2007.

LIRA, I. C. D. Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In: SILVA, M. O. S. ; IAZBECK, M. C. (orgs). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** 2. ed, São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008, p. 130- 160.

LONDRINA. **Perfil do município de Londrina.** Londrina: PML, 2010.

MARQUES, R. M. A proteção social e o mundo do trabalho. São Paulo: Bial, 1997.

MARTINS, V. H. T. **Habitação, Infraestrutura e Serviços Públicos:** Conjuntos habitacionais e suas temporalidades em Londrina – PR. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UEL, Londrina.

MARTINS, R. C. A. **Cooperativas Sociais no Brasil:** debates e práticas na tecitura de um campo em construção. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UnB, Brasília.

MAZZETTO, T. S. C. et. al. A Economia solidária na perspectiva do desenvolvimento local. In: BORINELLI, B. et. al. (orgs.) **Economia Solidária em Londrina – aspectos conceituais e experiência institucional.** Londrina: UEL, 2010, p. 71- 89.

MTE/SENAES. **A Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_default.asp>. Acesso em: 05 de Maio de 2013.

MTE/SENAES. **Projeto de Lei das Cooperativas de Trabalho**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_elaboracao_lei.pdf>. Acesso em: 05 de Maio de 2013.

NISHIMURA, S. R. **Grupo de geração de trabalho e renda na construção da Economia Solidária em Londrina – Paraná**. Dissertação de mestrado em Serviço Social e Política Social – UEL – Londrina 2005.

NISHIMURA, S. R. ; RIZZOTTI, M. L. A. Grupos de geração de trabalho e renda na construção da Economia Solidária em Londrina. In: BORINELLI, B. et. al. (orgs.) **Economia Solidária em Londrina – aspectos conceituais e experiência institucional**. Londrina: UEL, 2010, p. 153- 196.

PITAGUARI, S. O. **A economia solidária no Brasil: políticas públicas e desenvolvimento local**. 138 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional), Universidade Estadual de Londrina, PR. Londrina, PR, 2010.

POCHMANN, M. O curso atual da divisão internacional do trabalho. In: POCHMANN, M. **O emprego na globalização**. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001, p. 11-75.

_____. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. (Brasil em debate; v.2)

_____. Rumos da política de trabalho no Brasil. In: SILVA, M. O. S. ; YAZBECK, M. C. (orgs). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2.ed, São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008, p. 23-40.

PRAXEDES, S. F. Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. **Revista: economia solidária e políticas públicas**. IPEA. Mercado de Trabalho. nº 39, maio de 2010.

PRETO, S. C. S.; FIGUEIREDO, L. F. G. O pensamento sistêmico como ferramenta organizacional da gestão de design nos grupos produtivos econômicos solidários. **Projéctica Revista Científica de Design**. Londrina. V.3. N.1. Julho 2012.

SALAZAR, S. N. **Trabalho e educação nas práticas de economia solidária: uma sociabilidade na perspectiva emancipatória?** 2008. 271 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, A. A. **Da pobreza à Recuperação das Capacidades – Avaliação do Programa de Transferência de Renda de Londrina**. Dissertação de Mestrado, UEL. Londrina: 2004.

SANTOS, L. M. L. ; BORINELLI, B. Socioeconomia Solidária: propostas e perspectivas. In: BORINELLI, B. et. al. (orgs.) **Economia Solidária em Londrina** – aspectos conceituais e experiência institucional. Londrina: UEL, 2010, p. 1-23.

SANTOS, L. M. L. **Pacto pelo fim da pobreza**. Disponível em: http://www.bonde.com.br/folha/folha.php?id_folha=2-1--6579-20101024. Acesso em 8 de dez. 2010.

SANTOS, B. S. (org.) **Produzir para Viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHWENGBER, A. M. Políticas Públicas de Economia Solidária e Gestores Públicos. In: **Mercado de Trabalho**. Brasília: nº 28, set. 2005, pp. 5-8.

SILVA, M. O. S. ; YASBEK, M. C. Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo: tema e conteúdo do livro. In: SILVA, M. O. S. ; IAZBECK, M. C. (orgs). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2.ed, São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008, p. 7- 22.

SILVA, J. A. ; GUIMARÃES, G. T. D. Políticas municipais de geração de trabalho e renda. In: BARCELOS, E. S. et. al. (orgs) **Economia Solidária** – sistematizando experiências. (Coleção Ciências Sociais) Ijuí: Ed. Unijuí, 2010, p. 155-172.

SILVA, N. J. R. et al. Modelo teórico de análise de políticas públicas e desenvolvimento: um exemplo de aplicação na piscicultura. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo. v. 54, n. 2, p. 43-66, jul./dez. 2007.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. Globalização, precarização do trabalho e exclusão social. In: SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. ; SOUZA, A. R. (org.). **A Economia Solidária no Brasil**: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. A Economia Solidária no Governo Federal. In: **Mercado de Trabalho**. Brasília, IPEA, ago-2004, pp. 3-5.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org). **Produzir para viver**: Os caminhos da produção não capitalista. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 81-129.

PITAGUARI, S. O. **A economia solidária no Brasil**: políticas públicas e desenvolvimento local. Dissertação de Mestrado em Economia Regional – Londrina, 2010. 145 f.

SOARES, L. T. R. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

SOUZA, C. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo em perspectiva**, 18(2), 2004, p. 27- 41.

_____. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUZA, L. P. ; NAZARENO, L. R. A insuficiência de renda nos domicílios paranaenses. **Cadernos IPARDES**, nº 11 - maio 2011.

SPOSATI, A. **Proteção social e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2008.

VIANA, A. L. Á. ; BAPTISTA, T. W. F. Análise de Políticas Públicas de Saúde. In: GIOVANELLA, L. (org). **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2008.

WELLEN, H. A. R. Contribuição à crítica da Economia Solidária. **Revista Katálysis**. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 105-115 jan./jun. 2008.

YASBEK, M. C. As ambiguidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. **Serviço Social e Sociedade**. 77. São Paulo: Cortez. 2004.

Sites consultados

<http://economiasolidária.londrina.pr.gov.br>. Acesso em 3 jan. 2013.

<http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 8 dez. 2012.

<http://www.parana-online.com.br/editoria/pais/news/63730/>. Acesso em 8 dez. 2012.

O que falta a eles é oportunidade' Disponível em:

http://www.bonde.com.br/folha/folha.php?id_folha=2-1--3897-20101015. Acesso em 8 dez. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Instrumento de coleta de dados aplicado à gerente de inclusão produtiva



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



GEOGRAFIA
DINÂMICA ESPAÇO
AMBIENTAL

Londrina, ____ / ____ / ____

1. Como se dá a organização dos empreendimentos?
2. Dentro da Economia Solidária existe a diferenciação entre cooperativa, associação e empreendimentos? De que forma ela é feita?
3. Quais são os pontos positivos e negativos que você observa hoje na economia solidária em Londrina?
4. Quais são as potencialidades da Economia Solidária no contexto brasileiro?
5. Qual é o papel do Centro público de Economia Solidária junto aos empreendimentos?
6. Como o Centro Público de Economia solidária incentiva, apoia e contribui com os empreendimentos?
7. Como é a relação dos profissionais com empreendimentos da economia solidária de Londrina?
8. Como é feito o financiamento da economia solidária?
 - 8.1 Como é direcionado o recurso?
 - 8.2 De que forma esse recurso é repassado?
 - 8.3 Como é a escolha do empreendimento para receber o recurso?
 - 8.4 Por quanto tempo o empreendimento recebe esse recurso?
9. Como se dá a autonomia dos empreendimentos?
10. Se o Estado se retira, como fica o empreendimento? Existe algum amparo?
11. Existe a preocupação com cursos de formação e crescimento e aperfeiçoamento humano dos empreendimentos?
12. Como os integrantes dos empreendimentos se designam, uma vez que não são trabalhadores assalariados?
13. Os integrantes dos empreendimentos têm preocupação com aposentadoria e outros direitos garantidos àqueles que contribuem com a previdência social?

APÊNDICE B

Instrumento de coleta de dados aplicado aos sócios do empreendimento



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



GEOGRAFIA
DINÂMICA ESPAÇO
AMBIENTAL

Londrina, ____ / ____ / ____

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Nome do empreendimento:
2. Produto:
 - Local:
 - Endereço/bairro:
 - Área de atuação: zona rural () zona urbana ()
3. Responsável pelo empreendimento:
(coordenador ou quem iniciou)
4. Ano de formação do empreendimento:
5. Quantos participantes atualmente estão no empreendimento:
6. Qual o número máximo e mínimo de integrantes que o empreendimento já obteve:

PERFIL DO RESPONSÁVEL PELO EMPREENDIMENTO

1. Idade:
2. Sexo: () feminino () masculino
3. Grau de instrução
 - () semi-analfabeto () analfabeto
 - () 1º grau incompleto () 1º grau completo
 - () 2º grau incompleto () 2º grau completo

REPRESENTAÇÕES DO EMPREENDIMENTO

4. Origem do empreendimento / como se iniciou:
5. Há quanto tempo participa do empreendimento de geração de renda?
6. Como você ficou sabendo da existência do empreendimento? O que o levou a participar do empreendimento?
7. Qual a sua motivação para continuar participando do empreendimento de geração de renda:
 - () financeira () ocupação () terapia () identificação com o empreendimento
 - () outros

8. Dedicar-se integralmente ao empreendimento? () sim () não

6.1 Em caso negativo, informar situação empregatícia:

() autônomo () registrado () desempregado

() aposentado () outros

8.2 Caso seja empregado, qual a sua ocupação? _____

8.3 Caso seja desempregado, você tem dificuldade de arrumar um trabalho? Por quê? Você contribui com a previdência social?

9. Qual a sua atividade antes de participar do empreendimento de geração de renda?

10. Você é beneficiário de algum programa do governo (federal, estadual, municipal)?

11. Qual a renda mensal da família: (s. m. brasileiro - R\$ 622,00)

() menos que 1 salário mínimo () de 1 a 2 salários mínimos

() de 2 a 3 salários mínimos () de 3 a 4 salários mínimos

() acima de 5 salários mínimos

12. Qual é a renda obtida pelo empreendimento de geração de renda?

13. A renda gerada pelo empreendimento é a única fonte de renda da família ou é um complemento?

14. Como é feita a comercialização dos produtos de seu empreendimento?

Destaque pontos positivos e negativos:

15. Quais são os problemas e dificuldades enfrentados pelo empreendimento?

16. O empreendimento participa dos fóruns e seminários? Quais?

17. Você acredita que a sociedade conhece e valoriza o trabalho desenvolvido pelo empreendimento de geração de renda?

18. Como é o relacionamento do empreendimento com a sociedade?

19. Como é a atuação do empreendimento no bairro?

20. Como é a relação do empreendimento com os profissionais do Centro Público de Economia Solidária?

ANEXOS

ANEXO A

Lista dos Empreendimentos Econômicos Solidários que integram o Centro Público
de Economia Solidária de Londrina

Grupo	1	Abre Apetite Salgados	Janaina	Oeste	3 part.
Endereço	Início em janeiro 2013 no Centro Público de Economia Solidária				
Telefone	8431-1891 Ires / 8444-4399 Isis				
Produz	Pães e salgados				

Grupo	2	Aeroflores	Amanda	Centro	3 part.
Endereço	Aeroporto de Londrina				
Telefone	3336-7068 Paulo				
Produz	Orquídeas e mudas de plantas em geral				

Grupo	3	AROMAS	Vilma	Leste	2 part.
Endereço	Estrada dos Periquitos – Chácara Luma - Limoeiro				
Telefone	9992-1489 Lúcia				
Produz	Sabonetes artesanais				

Grupo	4	Art de Tempero	Vilma	Leste	3 part.
Endereço	Rua Angelo Romeiro Nardo, 46 Cj. Ernani Moura Lima				
Telefone	3329-0402 Olga / Josiane / Jaqueline				
Produz	Salgados e Doces				

Grupo	5	Art Terra	Janaina	Oeste	2 part.
Endereço	Rua Benjamim Franklin, 730 jd. Jamaica				
Telefone	Iraci 9600-2426				
Produz	Linha Pet				

Grupo	6	Art's e Bordados	Vilma	Leste	2 part.
Endereço	Rua Brilhante nº 231 pq. Waldemar Hauer				
Telefone	3356-5079 Cleuza				
Produz	Bordados à máquina (toalhas/fraldas)				

Grupo	7	Art's e Laser	Amanda	Centro	2 part.
Endereço	Rua Maranhão nº 51 apto 62				
Telefone	3326-1460 Vanessa / Mariangela				
Produz	Decoupage em tecido, travesseiro de pescoço, máscara dormir, etc				

Grupo	8	Art's em E.V.A. Biscuit	Vilma	Leste	3 part.
Endereço	Rua José Perola, 96 Vila Romana				
Telefone	8442-4616 Claudinéia				
Produz	Artesanato				

Grupo	9	Art-Lar-Artesanato	Vilma	Leste	2 part.
Endereço	Rua Francisco Scoponi Carmelo, 220, Jd. Pioneiros				
Telefone	3337-9775 Ercília / 4102-0595 Maria Aparecida				
Produz	Pano de prato, luva, puxa saco, etc...				

Grupo	10	Arte Criativa Tapetes	Vilma	Leste	2 part.
Endereço	Jardim Monte Cristo				
Telefone	9104-4948 Sandra / 9184-3126 Ana				
Produz	Tapetes				

Grupo	11	Arte Rural	Amanda	Centro	2 part.
Endereço	Rua Almirante Crocane nº 133 jd. Califórnia				
Telefone	3325-7879 Ivanildes				
Produz	Artesanato rural				

Grupo	12	Bela Arte	Amanda	Centro	2 part.
Endereço	Rua Carlos Gil, 201, jd Morar Melhor				
Telefone	8405-8903 Tatiane / 8408-8613 Paula				
Produz	Lingerie				

Grupo	13	Beleza Rara Centro de Estética	Izabel	Norte	2 part.
Endereço	Rua Antônio Baldo,77, Luz de Sá				
Telefone	3321-3231 Miriam / Waldemar				
Produz	Cabeleireiro/manicuro				

Grupo	14	Boutique do Doce	Janaina	Oeste	2 part.
Endereço	Rua Jhon Lenon s/n Cj. Vivi Xavier				
Telefone	8422-7122 Tatiane / Michel				
Produz	Doces e salgados				

Grupo	15	Brincando com Crochê	Izabel	Norte	1 part.
Endereço	Rua Serra do Amparo nº 81 Jd. Bandeirantes				
Telefone	9157-4338 recado D ^a Maria José				
Produz	Tapetes, pano de prato, caminho de mesa em crochê				

Grupo	16	Casa de Pães	Janaina	Oeste	3 part.
Endereço	Rua José Borali, 225, Jd. Santiago				
Telefone	9979-2044 Marilza				
Produz	Pães, roscas, sonhos, salgados				

Grupo	17	Casa do Pão de Mel	Amanda	Centro A	2 Part.
Endereço	Rua da Justiça nº 51 Cj. Ruy Virmond Carnascialli				
Telefone	8428-2943 Renata / Wagner				
Produz	Pão de mel				

Grupo	18	Centro de Beleza Cheias de Charme	Izabel	Norte	2 Part.
Endereço	Rua Maria Guedes dos Santos nº 202 Jd. Itapoa				
Telefone	8441-8751 Patricia / 8429-8927 Debora				
Produz	Cabeleireiro				

Grupo	19	Centro de Estética RG da Beleza	Izabel	Norte	3 Part.
Endereço	Rua Luiz Favoretto nº 18 Jd. Beleville				
Telefone	3329-3539 Patricia / 8424-2647 Leila / 3327-9422 Rosimeire				
Produz	Cabeleireiro				

Grupo	20	Ciranda		Rural	3 Part.
Endereço	Rua Gerônimo Alves Domingues nº 377, Distrito de Lerroville				
Telefone	3398-9161 Izaura				
Produz	Bolsas, roupas infantis				

Grupo	21	Companhia do Pão	Vilma	Leste	2 Part.
-------	-----------	------------------	-------	-------	---------

Endereço	Rua Itália Choucino, 75, Mister Thomas
Telefone	Vera ou Maria dos Reis 3326-9856
Produz	Pão

Grupo	22	Corpo & Movimento		Rural	2 Part.
Endereço	Antiga sede da UBS de Guaravera				
Telefone	3398-3337 Roselei / Maria Celina				
Produz	Legging e top				

Grupo	23	Crochê Ideal	Izabel	Norte	3 Part.
Endereço	Rua Zircônio, 201, Jd. Ideal				
Telefone	9992-9064 / 9948-1061 Suzana / Suzete				
Produz	Crochê				

Grupo	24	Crochê Perfeito	Vilma	Leste	3 Part.
Endereço	Rua Mário Gobo, 103, Eucaliptos				
Telefone	3321-6786 Lilian / 3325-8241 Fátima				
Produz	Crochê				

Grupo	25	Delícias de Guaravera		Rural	3 Part.
Endereço	Rua Acre nº 26 – Distrito de Guaravera				
Telefone	3398-3292 Verônica				
Produz	Bombom				

Grupo	26	Doce Vida	Amanda	Centro	2 Part.
-------	-----------	-----------	--------	--------	---------

Endereço	Rua José Fierle nº 205 Vila Marísia
Telefone	3334-2264 Sirlene
Produz	Bombons

Grupo	27	Espelho Espelho Meu	Amanda	Centro	2 Part.
Endereço	Rua Araicas nº 804 Vila Casone				
Telefone	3339-6758 / 9948-5777 Adriana				
Produz	Cabeleireiro				

Grupo	28	Essencial	Rosane	Rural	2 Part.
Endereço	Rua Reinaldo Benis nº 34 Patrimônio Selva				
Telefone	8413-6235 Valdirene / 8422-4425 Fernanda				
Produz	Linha nécessaire, linha bolsas				

Grupo	29	Estilo e Arte em Papel	Izabel	Norte	3 Part.
Endereço	Rua Holando Caran nº 78 Jd. Campos Verdes				
Telefone	3326-6564 Valéria, Sueli / 9619-2557 Roseli				
Produz	Linha nécessaire, linha bolsas				

Grupo	30	Fino Sabor	Rosane	Rural	2 part.
Endereço	Sítio Ouro Fino – Distrito de São Luíz				
Telefone	3399-2030 / 9941-8887 Maria Santa				
Produz	Licor, doce de leite, bolachas, café				

Grupo	31	Flor de Trigo	Izabel	Norte	3 Part.
Endereço	Rua José Von Stein, s/n capela São Pedro – Belle Ville				

Telefone	8405-6753 / 9177-9560 Maria Stevan
Produz	Pães, roscas, panetones, tortas

Grupo	32	Frutos da Terra	Rosane	Rural	3 Part.
Endereço	Sítio das Minas – Paripará do Distrito de Lerroville				
Telefone	9946-3722 Ivonete				
Produz	doces				

Grupo	33	Fuxico	Amanda	Centro	1 part.
Endereço	Rua Uruguai, 1638				
Telefone	8427-3659 / 3354-2228 Sueli				
Produz	Produtos em fuxico				

Grupo	34	Jeito de Ser	Janaina	Oeste	2 part.
Endereço	Darcílio Egger, 235 Shangri-lá				
Telefone	3025-2736 Mirian / Valda				
Produz	Camisolas, pijamas, calças, cuecas, calça cargo masculino, vestido				

Grupo	35	Kaingang - Kre Kygfy	Marlene	Kaingang	23 Part.
Endereço	Terra Indígena – Apucarantina				
Telefone	9922-2897 / 3378-0394 (Marlene)				
Produz	Artesanato indígena (cestaria)				
Telefone	3341-0557 Cleide				
Grupo	36	Kid + Festas	Barbara	Sul	3 Part.
Produz	Decoração de festas				
Endereço	Rua Geraldo Sebastião dos Santos nº 159 Cafezal				

Grupo	37	Londri & Art's	Amanda	Centro	2 part.
Endereço	Rua União, 226, Rui Virmond Carnascialli				
Telefone	8445-2338 Josiane / Sueli				
Produz	Porta chaves em MDF				

Grupo	38	Macrafios	Amanda	Centro	2 part.
Endereço	Rua Avestruz, 21 jd Paraiso				
Telefone	3326-1460 Suely				
Produz	Tapetes, cortinas, cintos, bolsas em macramê				

Grupo	49	Manancial Decor	Izabel	Norte	2 Part.
Endereço	Rua Francisco Marques de Oliveira, 626, João Paz				
Telefone	3356-2740 / 8452-1689 Paulo				
Produz	Tapetes atoalhado				

Grupo	40	Mãos de Fada	Vilma	Leste	3 part.
Endereço	Rua Itália Choucino, s/nº Pq. Mister Thomas				
Telefone	9144-0565 Silvana				
Produz	Estética Facial e Corporal				

Grupo	41	Mãos e Artes	Barbara	Sul	4 part.
Endereço	Rua Rouxinol, 239, Pq. Indústrias Leves				
Telefone	3343-0778 Cleide				
Produz	Peças em MDF				

Grupo	42	Marmitex Tia Alaíde	Barbara	Sul	3 part.
-------	-----------	---------------------	---------	-----	---------

Endereço	Rua Rio de Janeiro, 1278 (Centro Público)
Telefone	3342-0858 Alaíde
Produz	Marmitex

Grupo	43	Marreca	Rosane	Rural	3 part.
Endereço	Av Paraná, 178				
Telefone	3398-6312 / 3398-6673 / 9944-8382 Necilda / Marinete				
Produz	Blusa de moletom, calça, shorts, camisetas				

Grupo	44	Mel Ouro Fino	Rosane	Rural	3 Part.
Endereço	Sítio Ouro Fino – Distrito de São Luís				
Telefone	9156-0971 Márcia / Júlio				
Produz	Mel				

Grupo	45	Menkoi Artesanato	Amanda	Centro	3 Part.
Endereço	Rua Tietê, 439				
Telefone	3323-3461 Erika				
Produz	Artesanato em EVA – lembrancinhas, brincos, colares				

Grupo	46	Michelle Centro de Beleza	Izabel	Norte A	2 Part.
Endereço	Rua Choki Kotinda, 150 Vista Bela				
Telefone	3328-0635 / 9938-5733 Michelle				
Produz	Cabeleireiro				

Grupo	47	Milla patchwork	Amanda	Centro	2 Part.
Endereço	Rua Artico, 72 fds Vila Brasil				

Telefone	3026-6681 Marta
Produz	Toalhas, cortinas, jogo americano, etc . em patchwork

Grupo	48	Nega Flor	Vilma	Leste	2 Part.
Endereço	Rua Videira, 88, casa 15 jd. Interlagos				
Telefone	Adriana 9618-7176 / Jacqueline 9634-6221				
Produz	Esculturas em gesso pintada				

Grupo	49	Parceria da Beleza	Janaina	Oeste	2 part.
Endereço	Rua Lenita César, 184, Cj. Avelino Vieira				
Telefone	3347-4885 / 3348-2661 Eliane / Sandra				
Produz	Cabeleireiro				

Grupo	50	Sabor Caseiro	Ezylida	Rural	2 part.
Endereço	Rua Tocantins nº 35 Guaravera				
Telefone	9941-5196 Adrinalva / Luis cCsar				
Produz	Coxinha de mandioca				

Grupo	51	Sabor de Quero Mais	Barbara	Sul	2 part.
Endereço	Parque Arthur Thomas				
Telefone	3342-4756 / 9147-0610 / 3372-4779 pq. Regina /José				
Produz	Salgados, Bombons e Trufas				

Grupo	52	Sabores do Campo	Ezylida	Rural	3 Part.
-------	-----------	------------------	---------	-------	---------

Endereço	Rua Alcini Alves Camargo – Distrito de Paiquerê
Telefone	9948-4313 Soeli
Produz	Salgados

Grupo	53	Salgados Santa Izabel	Rosane	Rural	2 part.
Endereço	Distrito de Lerroville				
Telefone	3398-2072 Maria Cida / 3398-2177 Maria José				
Produz	Salgados e bolos				

Grupo	54	Tito Artesão	Vilma	Leste	2 part.
Endereço	Rua Brigida Betoni Lot, 559 Cj Jesualdo Garcia Pessoa				
Telefone	3356-2689 Tito				
Produz	Produtos em madeira (casinhas, barquinhos, fazendinhas)				

Grupo	55	Top Sabor – Doces e Salgados	Vilma	Leste	part.
Endereço	Rua Itália Choucino s/n – antigo posto de saúde do Mr. Thomas				
Telefone	8412-4166 Solange / M ^a Cristina 3329-3062				
Produz	Bombom, salgados e doces				

Grupo	56	Tri Festas	Izabel	Norte	2 part.
Endereço	Rua Itália Choucino s/nº antigo posto saúde Conj. Mr Thomas				
Telefone	3334-3678 Aline				
Produz	Bombom, salgados e doces				

Grupo	57	Tudo a ver com Crochê	Vilma	Leste	2 part.
-------	-----------	-----------------------	-------	-------	---------

Endereço	Rua José Roberto Barion, 128 Jd Santa Fé
Telefone	8459-4650 M ^a José / 3321-3779 Sebastiana
Produz	Jogos de fraldas, fraldinhas de boca e crochê

Grupo	58	Variedades Doces e Salgados	Amanda	Centro	3 part.
Endereço	Rua Aristides Leonardo da Fonseca nº 40 Jd. Califórnia				
Telefone	3342-9371 Luana e Fátima / 3321-9636 Silvana				
Produz	Bolos, bolachas, cuca, salgados, tortas				

ANEXO B

LEI DA PREFEITURA DE LONDRINA - Nº 10.523, DE 28 DE AGOSTO DE 2008.

A lei municipal nº 10.523/2008 que cria no âmbito legal o Programa Municipal de Economia Solidária, também prevê a participação e controle social das trabalhadoras/trabalhadores e entidades de apoio e fomento da Economia Solidária na Política Pública de Economia Solidária, por meio do Conselho Geral de Gestão. É um Conselho que tem a finalidade de propor, deliberar, fiscalizar a Política Pública de Economia Solidária. É composto por 16 membros, sendo 6 trabalhadores e/ou trabalhadoras das Economia Solidária, 2 representantes de entidades de fomento e 8 representantes do Poder Público

SÚMULA: Cria o Programa Municipal de Economia Solidária, e dá outras providências

A CÂMARA MUNICIPAL DE LONDRINA, ESTADO DO PARANÁ, APROVA E EU PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LE I :

Capítulo I

Do Programa Municipal de Economia Solidária

Seção I – Denominação e objetivos

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Economia Solidária com o intuito de apoiar iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda que se organizam com base na autogestão, cooperação e solidariedade com os seguintes objetivos:

I. Proporcionar a assessoria aos empreendimentos econômicos solidários desde o processo inicial de formação e depois de estruturados, com formação continuada nas áreas conceitual, técnica e de gestão;

II. Apoiar a constituição e contribuir para o fortalecimento de redes solidárias de produção, comercialização e consumo;

III. Apoiar iniciativas que promovam a comercialização dos empreendimentos econômicos solidários;

IV. Promover acesso a políticas de investimento social.

Seção II - Estrutura Organizacional

Art. 2º O Programa Municipal de Economia Solidária constituiu-se como uma ação intersetorial da Prefeitura Municipal de Londrina com a participação das diversas políticas setoriais.

Art. 3º O Programa Municipal de Economia Solidária estará vinculado à estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social e será coordenado por esta secretaria.

Art. 4º Para a execução do Programa Municipal de Economia Solidária será designada equipe própria multidisciplinar composta por servidores e servidoras municipais vinculados às Secretarias participantes do referido Programa.

Seção III – Projetos

Art. 5º . O Programa Municipal de Economia Solidária será operacionalizado por meio de ações que oportunizem:

I. Projeto de Assessoria aos Empreendimentos Econômicos Solidários, que assessora, desde o processo de formação dos grupos de geração de trabalho e

renda e após a sua organização, propiciando conforme a necessidade, capacitação nas áreas conceitual, técnica e de gestão;

II. Projeto de Investimento Solidário, que objetiva o acesso a materiais de consumo para o processo de produção das iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda;

III. Projeto Rede Solidária, que visa apoiar e fortalecer a organização de rede solidária de produção, comercialização e consumo;

IV. Projeto Oficinas Solidárias, que tem o intuito de propiciar informações sobre a Economia Solidária, da perspectiva do trabalho coletivo, autogestionário, cooperativo e solidário;

V. Projeto de Educação para o consumo crítico e solidário, que tem por objetivo sensibilizar diferentes segmentos sobre a Economia Solidária e o consumo justo e solidário;

VI. Havendo outras necessidades posteriores, faculta-se ao Programa Municipal de Economia Solidária a formatação de outros projetos que visem o atendimento a suas finalidades, respeitado a disponibilidade orçamentária e mediante aprovação do Conselho Geral de Gestão.

Capítulo II

Da Política Pública Municipal de Fomento à Economia Solidária

Seção I – Princípios

Art. 6º A Política Pública Municipal de Economia Solidária é regida pelos seguintes princípios:

I. Articulação e Integração com enfoque no caráter intersetorial e multidisciplinar, o que permite atuar de forma integralizada com o público a ser atendido;

II. Participação e Controle Social;

III. Descentralização e territorialização das ações;

IV. Desenvolvimento local e sustentável;

V. Autogestão, cooperação e solidariedade como foco das ações.

Seção II – Objetivos

Art. 7º A Política Pública Municipal de Economia Solidária é possui os seguintes objetivos:

I. Propiciar acesso à geração de trabalho e renda na perspectiva da Economia Solidária;

II. Contribuir para a melhoria da elevação da qualidade de vida pela criação de fontes de renda;

III. Incentivar a constituição de cadeias produtivas na Economia Solidária;

IV. Apoiar os empreendimentos econômicos solidários nos aspectos relacionados ao comércio justo e solidário;

V. Propiciar o acesso as ações de Economia Solidária, por meio de estruturas físicas descentralizadas e territorializadas;

VI. Apoiar o cooperativismo popular e solidário;

VII. Promover a intersetorialidade e multidisciplinaridade das ações do Poder Público Municipal.

Capítulo III – Dos Beneficiários

Art. 8º São considerados beneficiários da Política Pública Municipal de Fomento à Economia Solidária, grupos de geração de trabalho e renda informais ou formais que se organizam com base na autogestão, cooperação e solidariedade, compostos por trabalhadores e trabalhadoras com mais de 16 anos de idade, residentes e domiciliados no Município de Londrina que cumpram ao menos um dos seguintes requisitos: estejam desempregados e/ou se encontrem em situação de vulnerabilidade social e/ou sejam procedentes da agricultura familiar e/ou se encontrem em situação de violência, e/ou indígenas da comunidade local e/ou usuários dos serviços de saúde mental.

Art. 9º A participação no Programa de Economia Solidária será formalizada por meio de um Termo de Adesão.

Capítulo IV – Dos Recursos

Art. 10. As atividades de fomento, de formação continuada dos empreendimentos econômicos solidários terão recursos procedentes da Política Pública de Assistência Social, da área de Proteção Social Básica – Inclusão Produtiva.

Art. 11. Outras atividades de apoio à Economia Solidária, conforme a área de execução estarão alocadas nas respectivas políticas setoriais.

Capítulo IV – Do Crédito

Art. 12. Os empreendimentos econômicos solidários participantes do Programa Municipal de Economia Solidária poderão acessar ao crédito solidário em convênio a ser estabelecido pelo Executivo Municipal com instituição que opere o micro-crédito. Capítulo V - Do Centro Público de Economia Solidária

Art. 13. O Centro Público de Economia Solidária constitui-se como espaço público de referência da Economia Solidária no município para o desenvolvimento de ações

pertinentes a área, para difusão da Economia Solidária e sede do Programa Municipal de Economia Solidária.

Art. 14. O Centro Público de Economia Solidária tem por objetivos:

- I. Abrigar ações da Política Pública de Economia Solidária;
- II. Contribuir com o processo de comercialização dos empreendimentos econômicos solidários;
- III. Possibilitar a articulação dos diferentes sujeitos na construção e fortalecimento das ações de Economia Solidária;
- IV. Promover formação continuada e capacitações nas áreas técnica, de gestão, entre outras, conforme a necessidade dos empreendimentos econômicos solidários.

Capítulo VI - Da Participação e Controle Social

Art. 15. Fica criado o Conselho Geral de Gestão, com as seguintes atribuições:

- I. Zelar pelo cumprimento e implementação desta lei;
- II. Acompanhar as ações desenvolvidas pela Política Pública de Economia Solidária;
- III. Zelar pela garantia do bom andamento das atividades desenvolvidas pelo Centro Público de Economia Solidária;
- IV. Apoiar as atividades realizadas que objetivem o fortalecimento da Economia Solidária;
- V. Contribuir para a elaboração do planejamento das ações da Política Pública de Economia Solidária e do Centro Público de Economia Solidária.

Art. 16. O Conselho Geral de Gestão será composto por 08 (oito) representantes do Poder Executivo das diferentes políticas setoriais que compõem o Programa Municipal de Economia Solidária e que executam a Política Pública de Economia Solidária no município, 06 (seis) trabalhadores e trabalhadoras da Economia Solidária sendo, um ou uma de cada região do município (norte, sul, leste, centro, oeste e rural) e 2 (dois) representantes de entidades de apoio à Economia Solidária, nomeados pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 17. O Poder Executivo deverá baixar norma para a devida regulamentação da presente lei, em especial quanto ao funcionamento, eleição e mandato dos componentes do Conselho Geral de Gestão.

Art. 18. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, rogadas as disposições em contrário.

Nedson Luiz Micheleti Adalberto Pereira da Silva

PREFEITO DO MUNICÍPIO SECRETÁRIO DE GOVERNO

Maria Luiza Amaral Rizzotti

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL